

ISSN 1516-8085

**ANPOCS** **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais**

**65**

**Neste número:**

**Elites Políticas e Instituições  
Teorias e Conceitos do Federalismo  
Abordagens do Trabalho Informal  
Conceito de Capital Social  
Catolicismo e Cultura Brasileira**

**EDITORA HUCITEC**

ISSN 1516-8085

**bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: bib@anpocs.org.br.

*Diretoria (Gestão 2007-2008)*

*Presidente:* Ruben George Oliven (UFRGS); *Secretário Executivo:* Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Gildo Marçal Bezerra Brandão (USP); *Diretores:* Glauécia Villas Boas (UFRJ); Renato Athias (UFPE); Yan de Souza Carreira (UFSC)

*Conselho Fiscal:* Antonádia Monteiro Borges (UnB); Isabelle Braz Peixoto da Silva (UFC); Magda de Almeida Neves (PUC-MG)

*Coordenação:* Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp)

*Editor:* João Trajano Sento-Sé (UERJ)

*Comissão Editorial:* Emerson Alessandro Giumbelli (UFRJ); José Eisenberg (IUPERJ); José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ); Maria Celi Scalón (IUPERJ)

*Conselho Editorial:* Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

*Edição*

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Cópidesque/preparação/revisão de textos: Gislaíne Maria da Silva

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e Júris Megnis Jr. (inglês)

Editoração eletrônica: Editora Hucitec

*Produção gráfica:* Editora Hucitec

---

Appropriate articles are abstracted/indexed in:  
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

---

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996). -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia  
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS  
Universidade de São Paulo – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar  
05508-900 – São Paulo – SP  
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043  
e-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:

**EDITORA  
HUCITEC**



Ministério  
da Educação

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais****Sumário**

Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições? <i>André Marengo</i>	5
Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados <i>Celina Souza</i>	27
Informalidade: um Debate sobre seus Distintos Usos e Significados <i>Edmar Aparecido de Barra e Lopes</i>	49
As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social <i>Fabrizio Mendes Fialho</i>	71
Sobre a “Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira <i>Roberta Bivar C. Campos</i>	89
Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs	105
Fontes de Pesquisa	109
Trabalhos Publicados: 1975-2008	115

**Colaboraram neste número:**

**André Marengo** é doutor em Ciência Política e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); membro do Centro de Estudos sobre Governo da UFRGS, onde desenvolve investigações acerca de instituições políticas comparadas, carreiras políticas e reforma eleitoral. E-mail: amarengo@terra.com.br.

**Celina Souza** é PhD em Ciência Política pela London School of Economics and Political Science (LSE) e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. É autora de *Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization* (London/ New York, Macmillan/ St. Martin Press, 1997), de artigos em periódicos e capítulos de livros no Brasil e no exterior. E-mail: celina@ufba.br.

**Edmar Aparecido de Barra e Lopes** é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp), com tese intitulada *As novas faces da informalidade na região central de Goiânia (GO): os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho*; professor assistente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e professor substituto do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB); pesquisador dos projetos Aspectos Sócio-históricos e Culturais do Projeto Educacional da Sociedade Goiana do Século XIX (UFG/ UFT/UEG/Fesgo-Fapeg) e A Crise do Trabalho e as Experiências de Geração de Emprego e Renda: as Distintas Faces do Trabalho Associado à Questão de Gênero (Unicamp/Unesp-Fapesp). E-mail: edclio@terra.com.br.

**Fabício Mendes Fialho** é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem como áreas de interesse: comportamento político, relações raciais, metodologia, e psicologia política. Atualmente desenvolve estudos sobre os efeitos de raça e gênero na participação política, e sobre as relações entre sofisticação política, “attitude attribution” e comportamento eleitoral. E-mail: fabriciofialho@gmail.com.

**Roberta Bivar Carneiro Campos** é PhD em Antropologia Social pela University of St. Andrews, com tese intitulada *When sadness is beautiful: a study of the place of rationality and emotions within the social life of The Ave de Jesus*; professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); autora de trabalhos em revistas especializadas e coletâneas na área de Ciências Sociais; vice-líder do Núcleo de Estudos sobre Religiões Populares (Nerp). Linhas de pesquisa: religião, cultura e identidade, corpo e emoções. E-mail: robertabivar@gmail.com.

## Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?

André Marengo

### Introdução

Durante grande parte do século XX, o exame da anatomia das elites políticas converteu-se em uma preocupação central da Ciência Política. A constituição da *classe política* como minoria organizada em Mosca (1992 [1896]), a *circulação de elites* de Pareto (1935), a tendência à oligarquização das organizações políticas conforme Michels (1982), até o debate entre *monistas* e *pluralistas*, nos anos 1950 e 1960, fizeram deste um dos temas *consagrados* da disciplina na época.

Subitamente, o tema elites políticas desapareceu das preocupações teóricas e da agenda de investigações dos cientistas políticos. A leitura de resenhas bibliográficas sobre o assunto, publicadas nos últimos anos (Scott, 1995; Sawicki, 1999; Grynszpan, 1996; Heinz, 2006; Charle, 2006), permite que se constate o caráter de certa forma datado da produção teórica voltada à compreensão da dinâmica e configuração das elites nas instituições poliárquicas contemporâneas: resta a forte impressão de que quase toda a produção voltada a essa problemática foi publicada até os anos 1970. Após esta data, encontra-se apenas trabalhos isolados, monográficos, descritivos e desprovidos de pretensões teóricas mais ambiciosas.

Como se pode explicar o ocaso de tema já tão assediado? Esgotamento dos debates canônicos? Impasses metodológicos? Percepção de que a análise da composição e recrutamento de elites políticas teria pouco a oferecer para a compreensão da dinâmica social, estabilidade e mudança das instituições?

Este artigo pretende discutir o que ainda tem a oferecer a teoria e os estudos de elites para a resolução dos enigmas da agenda de pesquisa sobre instituições políticas. O texto não faz uma resenha dos autores canônicos dessa linhagem, o que pode ser encontrado em outros e muito bons trabalhos, como em Grynszpan (1999). Aqui se busca entender as causas da perda de audiência dessa abordagem e quais contribuições podem ser extraídas de uma investigação sobre as condições de ingresso e trânsito nos círculos de elites políticas, para a explicação sobre estabilidade, mudança e variações institucionais.

Inicialmente, são identificados os impasses teóricos e metodológicos da *teoria das elites*, presentes seja em sua geração fundadora, seja, posteriormente, nas controvérsias sobre o caráter cumulativo ou disperso da produção de recursos políticos que constituem a classe política. A seguir, promove-se um diálogo entre os estudos de elites políticas e a escola neo-institucionalista, buscando extrair da investigação de padrões de recrutamento e circulação nos postos políticos elementos aptos a melhorar a compreensão sobre a formação de instituições, sua manutenção, variações nas configurações institucionais observadas e processos de crise e decadência institucional, contribuindo para *endogeneizar* a agenda de modelos interpretativos baseados em teorias de instituições.

### Impasses Teóricos e Metodológicos da Teoria das Elites

Alguns temas ou escolas analíticas conhecem seu ocaso pelo desaparecimento dos

objetos de estudo que constituíam sua pedra fundamental. Este parece ser o caso das *classes sociais*, pelo menos tal como descritas no século XIX, e seu impacto nos estudos sociológicos sobre estratificação e mobilidade social, ou nas interpretações políticas sobre estabilidade e mudança institucional. Órfão de seu sujeito social, o marxismo perdeu grande parte do encanto teórico e poder analítico de que dispôs até os anos 1960 ou 1970. Contudo, a analogia parece não se prestar para explicar a queda de audiência das teorias elitistas: não se trata aqui do desvanecimento de um objeto empírico (classe política, elites sociais e institucionais), por mais que estas apresentem mutações em relação a uma idade de ouro das democracias eleitorais, nas décadas do pós-guerra (Manin, 1995; Best e Cotta, 2000). As elites políticas não desapareceram, embora as condições de ingresso e circulação em seu interior possam apresentar variações diacrônicas e *cross-national* relevantes e inusitadas. Fenômeno que deveria reforçar a frequência de investigações orientadas por essa perspectiva, e não o contrário.

Entender a audiência e posterior ostracismo das questões levantadas por diferentes gerações das *teorias elitistas* supõe localizar o cerne da agenda posta a cada uma delas, as perguntas, controvérsias e respostas apresentadas em cada circunstância, para assim sabermos até que ponto essas interrogações continuam fazendo sentido ou tornaram-se – pelas mudanças sociais ou institucionais, ou pelas descobertas analíticas – clichês banais e de pequena resolução explicativa. A premissa que orienta a interpretação perseguida neste texto é de que a perda no emprego de elites políticas deve-se menos ao seu potencial explicativo para fenômenos políticos e mais àquilo que até então as diferentes gerações de *elitistas* propuseram-se a explicar. Se o argumento for correto, a eventual utilidade de uma perspectiva analítica centrada na composição e recrutamento de elites políticas reside menos na controvérsia de se minorias

continuam a preponderar mesmo em democracias (primeira geração elitista), ou se essas minorias são homogêneas ou divididas (segunda geração elitista), e mais na potencial possibilidade de se explorar as conexões entre elites e instituições políticas, buscando compreender processos de *self-enforcing* institucionais.

Em uma das passagens mais sugestivas de *A classe política*, Gaetano Mosca (1992 [1896]) destaca a relação existente entre a constituição dos grupos dirigentes e tipos ou estruturas políticas. Contestando a sabedoria convencional que, desde gregos e romanos até Montesquieu, abordava as diferenças nos processos políticos com base na classificação de formas de governo, Mosca (1992, p. 108) provocativamente chama a atenção para o fato de serem, no final do século XIX, Turquia e Rússia monarquias absolutas, Inglaterra e Itália monarquias constitucionais e, finalmente, França e Estados Unidos repúblicas. O que deve ser lido da seguinte forma: as óbvias diferenças existentes dentro de cada um desses pares de nações somente poderiam ser explicadas desconsiderando-se as semelhanças estabelecidas em seus respectivos códigos constitucionais, e fixando-se, alternativamente, na composição e recrutamento da classe política no interior de cada instituição nacional, bem como na matriz de sua *fórmula política*, fundamento simbólico de legitimidade responsável pelo exercício de autoridade e reconhecimento desse grupo dirigente. Sempre existiria uma minoria capaz, exatamente por ser um grupo pequeno e homogêneo, de resolver seus problemas de coordenação, em oposição à divisão e apatia da maioria dos cidadãos. Contudo, o caráter aberto ou fechado para o ingresso na classe política e a cumulatividade ou dispersão na distribuição de recursos de poder (como conhecimento, terra, meios coercitivos, renda) explicariam as diferenças observáveis nas estruturas políticas.

Não muito longe deste ponto, o conceito de *circulação de elites*, cunhado por Pareto

(1935), revela o momento no qual antigas elites dirigentes perdem ou têm depreciados os atributos com os quais são aceitas no exercício da autoridade, abrindo espaço para mobilidade no interior da elite governante, propiciando a ascensão de novos estratos que revigoram os velhos grupos, ou ainda, a emergência de conflitos de grupos sociais inferiores. Descobrir *o que é que as elites têm?* pode ser, assim, a chave para explicar as condições de estabilidade ou mudança política.

Finalmente, a equação michelsiana, *democracia = necessidade de organização = oligarquia*, inaugurou toda uma agenda de pesquisa em torno dos efeitos não-previstos associados à expansão eleitoral de partidos de esquerda, para os quais, dada a escassez de recursos materiais e reputação pessoal de seus membros, a dependência de suporte organizativo coletivo constituir-se-ia de forma crítica, conduzindo, por fim, à conversão dessa organização em máquinas poderosas e auto-interessadas. Embora a admoestação de Michels (1982) peque pelo simplismo na descrição linear das relações entre chefes partidários e seguidores, subestimando as complexas relações de troca que se constituem dentro das organizações partidárias (Panebianco, 1990; Katz e Mair, 1994), sua contribuição para a compreensão das legendas partidárias como constituídas não apenas por fatores exógenos, relacionados à distribuição de preferências do eleitorado ou ao desenho constitucional, terminou sendo prolífica.

Os *founding fathers* da teoria elitista antecipam, de alguma forma, a crítica que a Escola de Chicago e, mais tarde, a teoria pluralista farão ao que hoje se convencionou chamar *velho institucionalismo*: os limites de um tratamento formalista a partir da exegese dos textos jurídicos, as vantagens comparativas em um tratamento que considere os agentes e seus recursos organizativos, sociais, culturais e institucionais para além daquilo e entre aquilo escrito nos textos legais. Contudo, as incursões metodoló-

gicas encontradas em seus textos são, é verdade, toscas e rudimentares, não sendo possível encontrar conexões causais empiricamente testáveis, método comparativo rigoroso e técnicas de controle sistemáticas.

A leitura de Mosca, Pareto e Michels nos revela a presença de uma dupla ênfase em seus trabalhos. De um lado, o olhar dirigido à identificação das *qualidades diferenciais*, os *atributos*, a *natureza dos meios* que distinguem os indivíduos e oferecem um lugar diferenciado na sociedade aos portadores de recursos socialmente valorizados (Mosca, 1992, p. 110). Ao mesmo tempo, seu texto não esconde um acento programático, contido no esforço em demonstrar a *futilidade* das promessas de alargamento da participação e a fortuna inexpugnável representada pelo domínio das elites sobre a maioria.

Mais do que isso, é preciso reconhecer que essa abordagem *analítica* não é a faceta mais reconhecida na obra dos pioneiros elitistas. Ao contrário, sua ênfase prescritiva e polemista, a provocação dirigida ao fantasma alimentado simultaneamente por conservadores e reformistas do mito de uma ordem em que as distâncias entre indivíduos politicamente ativos e passivos seriam anuladas terminou convertendo-se no cartão de visitas dos pais elitistas. O discurso da *futilidade*, na feliz interpretação de Hirschman (1992, pp. 48-56), pelo qual seriam frívolas quaisquer esperanças na limitação do poder das minorias governantes, transforma-se em sinônimo da teoria elitista, comprometendo-a quase exclusivamente com um debate normativo sobre a extensão possível das mudanças produzidas pelas instituições democráticas. Além disso, proferidas em contexto de ampliação do sufrágio universal, as sentenças de Mosca, Pareto e Michels adquiriam uma entonação agressivamente excludente e aristocrática. Um século mais tarde, o desaparecimento do marxismo no cenário político e acadêmico e a estabilidade das poliarquias tornaram afirmações como *o representante não é*

*eleito pelos votantes, mas, em geral, se faz eleger por eles, algo triviais e singelas.*

Recuperar, através da *teoria das elites*, uma perspectiva de análise centrada nos microfundamentos individuais requer certa prudência para descartar o viés normativo secretado pelos autores filiados a essa tradição. É possível resgatar o ângulo *analítico*, evitando o viés *normativo*, presentes na *teoria das elites*, tangenciando a opção que consiste em encontrar na natureza humana as causas para a distinção entre os indivíduos. *Uma superioridade intelectual nata*, em Pareto, ou a suposição de uma *dependência psicológica das massas em relação aos chefes*, valorizada por Michels, caminham no sentido de uma naturalização da assimetria nas relações sociais, deixando pouco espaço para o exame dos processos que constituem as diferenças, e fazem com que aptidões sejam *adquiridas* e reconhecidas pela maioria como condição para o acesso a posições de mando e direção.

O destino da segunda geração de autores *elitistas* não difere muito do da primeira. Embora o debate dos anos 1950, entre *monistas* e *pluralistas*, tenha sido acompanhado por incremento no rigor conceitual e metodológico, com a formulação de técnicas *decisionais* e *posicionais* de isolamento e aferição das propriedades e recursos de poder das elites políticas, sobretudo norte-americanas, o acento determinante posto ao debate foi, mais uma vez, o quanto as instituições democráticas podem alterar a composição dos grupos dirigentes.

Contrapondo-se ao *conventional wisdom* que, de Tocqueville (1994 [1835]) aos teóricos dos grupos de pressão, como Bentley (1995 [1908]) e Truman (1951), costumava descrever os Estados Unidos como uma espécie exemplar de *statelessness*, Wright-Mills (1989 [1956]) reconstituiu a presença de uma elite de poder coesa, homogênea e dotada de interesses comuns. O New Deal dos anos 1930 e a ascensão econômica e militar dos Estados Unidos teriam gerado uma convergência e entrela-

çamento entre elites políticas, econômicas e militares norte-americanas. Mais do que isso, após os anos 1930, grandes corporações e lideranças militares ganharam fortes incentivos para o desenvolvimento de interesses comuns, articulados em torno da indústria bélica, deslocando a elite política para um plano secundário dentro da *elite do poder*. A anatomia dessa elite, promovida por Wright-Mills (1989, p. 262), parece sugerir correspondência entre hierarquias sociais e políticas: “quanto más elevado és el puesto, mayor es la proporción de hombres de las clases altas o relacionados con ellas”. Sem desconhecer a existência de facções no interior desse círculo, Wright-Mills (p. 265) acentua a semelhança e disciplina como traços constitutivos de sua ação: “pero mas fuerte que estas divisiones son la disciplina interna y la comunidad de intereses que unen a la elite”.

A singularidade norte-americana (Lipset, 1993), com reflexos na constituição da agenda política do país (Weir e Skocpol, 1985), tem sido fenômeno bastante reconhecido. Devido à ausência de clivagens sociais como as que seguiram a Revolução Industrial na Europa, ou à fragilidade de hierarquias adscritivas herdadas de sociedades feudais (Lipset, 1992), os Estados Unidos não conheceram a experiência de partidos de massa socialistas, como aqueles que vieram à luz com a ampliação do sufrágio na Europa (Bartolini, 2000), nem suas consequências na forma de recrutamento político mais diversificado e incremento na heterogeneidade social e cultural de sua *elite do poder* (Best e Cotta, 2000). Seria esperada, assim, maior propensão ao *monismo* das lideranças políticas, acompanhado por efeitos de *positive feedback*: competição eleitoral mais restrita gera elites mais homogêneas, que tendem a convergir na definição da agenda pública. O problema é que a interpretação *monista*, naquele contexto, estava mais interessada em oferecer uma leitura em grande medida semelhante ao ceticismo da primeira geração elitista, apenas que

com o sinal invertido. Enquanto aqueles estavam voltados para a afirmação de que a democracia não seria capaz de dissolver o poder de minorias governantes, os monistas dos anos 1950 sugeriam que, na economia de mercado, haveria correspondência entre hierarquias sociais e econômicas de um lado, e políticas de outro, banalizando ou tornando *fúteis* os efeitos da competição eleitoral. De alguma forma, o excepcionalismo norte-americano fora subsumido em nome da generalização do achado, convertido em máxima para a apresentação de elites políticas em qualquer latitude (Birnbau, 1977). Por outro lado, o acento posto na semelhança quanto à origem social e educacional dos membros da elite política daquele país eclipsou a percepção acerca de fenômenos como *divided government* (Fiorina, 1992), resultado de clivagem vertical (federalismo) e horizontal (Executivo, Senado, Câmara), com impactos na forma de aumento nos *veto players* institucionais (Tsebelis, 2002), existentes em sua política.

Novo alento ao estudo de elites políticas foi promovido pela Sociologia Política francesa, particularmente aquela inspirada nos trabalhos de Pierre Bourdieu. Como é possível a presença de elites de poder em uma nação marcada pela tradição igualitária e republicana, derivada do iluminismo e da *Grande Revolução*? A resposta encontra-se em dois conceitos tratados por Bourdieu: *homologia estrutural e reconversão*.

Seu ponto de partida são as relações formadas em um espaço social estruturado, cujos princípios são demarcados pela distribuição diferencial de propriedades ou tipos de capital: econômico e cultural. O lugar de cada agente nesse terreno é definido pelo volume global e pela composição do capital possuído (Bourdieu, 1996, p. 19). Esse autor projeta, assim, uma estreita relação entre a estrutura, as posições ocupadas no espaço social e as identidades e representações socialmente construídas.

Após delinear uma associação entre posições sociais e valores ou preferências, Bourdieu (1989b, p. 188) sugere que as estruturas sociais são condicionadas por uma *homologia estrutural* entre a hierarquia de posições constituídas nos *campos econômico e cultural* e as posições conquistadas no *campo do poder*. Isto significa que o acesso à elite política, mesmo em instituições democráticas, seria pouco influenciado pelo *caráter aberto* dessas elites (como supõe Mosca), sendo condicionado por uma distribuição cumulativa de recursos de poder. Dessa forma, indivíduos com acesso – por sua origem social – a recursos econômicos e capital escolar terminam por monopolizar postos de poder, gerando uma correspondência entre hierarquias sociais (fundadas sobre recursos econômicos e culturais) e políticas. Além disso, postos mais elevados na hierarquia política e governamental seriam preenchidos por indivíduos extraídos de escalões mais elevados dentro de classes ocupantes de posições superiores no espaço social (Bourdieu, 1989b).

Esse modelo serviu de base para a orientação de investigações sobre padrões de recrutamento político, com resultados que confirmariam a hipótese de uma homologia estrutural. Assim, por exemplo, Gaxie (1980, p. 5), sugere que

[...] la observation empirique établit que la probabilité d'exercer un pouvoir politique (quel qu'il soit) s'accroît avec la position dans la hiérarchie sociale et que la position d'origine (mesurée par exemple à la dernière profession avant l'entrée en politique) des hommes politiques est d'autant plus élevée qu'ils occupent des positions plus hautes dans la hiérarchie politique.<sup>1</sup>

A contradição entre cumulatividade nas assimetrias sociais e políticas e as normas legais e culturais baseadas em isonomia e igualdade seria equalizada através de processos de *reconversão* de capitais, constituído por deslocamentos

transversais e transformação na estrutura patrimonial, como condição para contrapor-se à sua desvalorização social (Bourdieu, 1979, p. 146). Formalmente abertas, recrutadas através de sufrágio universal ou de procedimentos meritocráticos, posições no *campo de poder* seriam na prática monopolizadas por elites sociais e econômicas, à medida que estas reconvertem seu capital econômico – não recambiável diretamente em poder, desde o fim das restrições censitárias – em capital escolar, na forma de títulos e diplomas obtidos nas *grandes écoles*, instituições de ensino superior dotadas de prestígio e reconhecimento. A posição de origem no campo econômico e cultural abre as portas para os bancos escolares nas instituições mais valorizadas e o título nelas obtido, por força de sua alta cotação social, representa o passaporte para altos postos administrativos ou políticos (Bourdieu, 1989a; Bauer e Bertin-Mouroit, 1995).

A favor ou contra Bourdieu, parece necessário reconhecer que instituições políticas podem ser geradoras de disposições duráveis, afetando a ação de seus membros. Uma contribuição significativa, extraída da *démarche* de Bourdieu, reside na conexão estabelecida pelo *habitus* entre posições delineadas pela distribuição de tipos específicos de capital e as escolhas e práticas dos indivíduos. Imersos em um terreno de costumes, práticas, valores e códigos compartilhados por indivíduos submetidos a enquadramento institucional comum, cada um toma para si, como seus, os parâmetros contextuais fixados, convertendo-os em uma *verdadeira linguagem* (Bourdieu, 1989a, p. 136) que enquadra as interações interpessoais. Sendo assim, instituições políticas são espaços em que relações se estabelecem e recursos ou capital próprios são alocados. Parece ser este o sentido do conceito de *campo político*, formulado por Bourdieu. A política constitui-se em um *campo* diferenciado quando é capaz de produzir os códigos, hierarquias, regras e valores que im-

pregnam as relações entre seus agentes e destes com o público. A dissociação do campo político se efetiva com a especialização de atividades e o aparecimento de profissionais que consagram seu tempo aos negócios públicos, distinguindo-se pela carreira estável e pelo treinamento a que se propõe ao longo da trajetória em postos públicos (Gaxie, 1993). Sendo a fonte geradora de seu prestígio, *status*, deferência, autoridade e lealdades, parece aceitável que homens políticos invistam nas instituições políticas, reforçando seus mecanismos de aderência.

As variáveis mais frequentes em estudos sobre recrutamento político (Sawicki, 1999, p. 136) referem-se em especial às origens, posição social e ocupação prévia dos integrantes da *classe política*. Para além de confirmar algo evidenciado desde os precursores da teoria das elites – minorias como portadoras de qualidades socialmente valorizadas na seleção para postos políticos –, a descrição do *social background* dos mandatários parece ter pouco mais a oferecer para a compreensão dos traços peculiares da representação parlamentar em um contexto singular (Dogan, 1999, p. 171). Mais ambiciosa seria a hipótese de demonstrar uma *homologia* (Gaxie, 1980, p. 5) entre as posições ocupadas na estrutura social e a distribuição de cargos políticos. Para tal, seria necessário demonstrar não apenas que os detentores de um mandato político são recrutados entre posições sociais elevadas, como também que, no interior dessas coordenadas, são aqueles indivíduos de maior prestígio e/ou maiores recursos em sua própria hierarquia que alcançam os postos políticos (Sawicki, 1999, p. 154). A elite altimétrica de Pareto seria a chave, assim, para explicar o recrutamento parlamentar.

Isso, no entanto, não é o que parece ocorrer. Mesmo quando oferece maior oportunidade de acesso a uma carreira política para indivíduos de *status* elevado, os processos de seleção política não se restringem a produzir uma correspondência das instituições represen-

tativas às estruturas sociais, como salienta Dogan (1999, p. 175).

Instituições políticas possuem uma superfície própria, com regras que definem as formas de competição e hierarquias internas, a exemplo do Legislativo norte-americano, onde se observa uma tendência ao autofinanciamento das candidaturas, reforçando uma composição plutocrática das instituições representativas. Contudo, esse fenômeno repercute de modo desigual entre as duas principais agremiações partidárias (Fiorina, 1997; Ihl, 1999). Republicanos são, de fato, homens de negócios, altos executivos e proprietários, catapultados na carreira por suas fortunas pessoais, com maior aversão pelo mundo político, menos treinados em postos de liderança parlamentar e dispostos a apostar em uma especialização legislativa ou a dedicar-se em tempo integral ao trabalho político. Em contraste, a genealogia democrata revela um padrão distinto de recrutamento, com a adesão de advogados, membros da administração pública, do sistema educacional, de sindicatos e associações mobilizadas em torno de causas públicas. Além de meios distintos de arregimentação eleitoral – como forma de compensar recursos econômicos desiguais –, diferenças no perfil partidário revelam também o impacto seletivo produzido pelas condições institucionais impostas aos candidatos. À medida que adota uma dinâmica mais profissionalizada, a instituição legislativa exige de seus aspirantes dedicação em tempo integral e especialização em assuntos públicos. Com frequência, isso também explica por que a condição profissional de origem não preenche todo o significado do comportamento em cargos públicos. Quanto mais se estende na carreira parlamentar, assumindo funções e tarefas próprias dessa atividade, mais o indivíduo é levado a se desfazer de sua prática profissional, a ponto de esta passar a ser mera referência em repertórios biográficos do Legislativo (Offerlé, 1999, p. 176). Por outro lado, aqui parece residir uma

das causas para maior proximidade de certas ocupações profissionais (como a dos advogados) com uma carreira política. Diante da possibilidade sempre presente de um revés eleitoral futuro, que imponha a retomada da atividade inicial, a carreira política representa um risco menor para quem possa, a um menor custo, reconvertê-la em seu labor profissional.

O problema é que o foco adotado para identificar alguma correspondência entre hierarquias sociais, econômicas e políticas terminou por conduzir os estudos de elites políticas a um beco sem saída: como não é difícil demonstrar a presença de origem social elevada, diplomas escolares e recursos materiais entre ocupantes de postos políticos, mesmo eletivos, torna-se pouco atrativo tentar explicar como elites *monistas* produzem políticas distintas, levando à conclusão de que elites podem não ser importantes para explicar os *outcomes* gerados pelas instituições políticas.

A conversão de um agregado de indivíduos, portadores ou não de propriedades semelhantes, em uma elite política, está relacionada à sua capacidade de controlar oportunidades de ingresso e mobilidade em seu interior, através de padrões *endógenos* de recrutamento. Já em meados dos anos 1950, Wright-Mills (1989, p. 263) localizava neste ponto a fonte de homogeneidade e coesão dos grupos de elite:

[...] la série de datos más importante respecto a um círculo de hombres son las normas de admisión, estimación, honor o promoción que prevalecen entre ellos; si éstas son análogas dentro del mismo círculo, sus miembros tenderán, como personas a parecerse.

A produção de uma *classe política* está relacionada menos à similitude social de seus membros do que aos processos de seleção que premiam aspirantes testados previamente em seus atributos políticos e submetidos aos valores e rotinas assimilados ao longo de sua trajetória

política. Carreiras longas sugerem a ocorrência de uma circulação mais restrita, com lenta progressão na hierarquia de cargos públicos e escassas probabilidades de desafio eleitoral aos ocupantes de postos políticos. Neste contexto é que se pode pensar a constituição de um grupo de *homens políticos*, nos termos identificados por Dogan (1999, p. 171): dotados de vocação precoce para a atividade política, longas trajetórias e experiência pública, recursos eleitorais endógenos, quer dizer, gerados pelas próprias organizações políticas, e acentuada especialização.

O rastreamento das condições para ingresso e mobilidade na carreira política – a natureza mais seletiva ou, inversamente, competitiva do recrutamento parlamentar – pode ser executado de forma mais eficaz através de indicadores que revelem o momento de início da atividade política, a trajetória percorrida e o tempo gasto entre o *début* e a conquista de postos políticos nacionais. Não se trata apenas de uma *projeção de estruturas sociais* sobre as instituições políticas, mas de *oportunidades e obstáculos oferecidos pela competição política* aos indivíduos originalmente portadores de diferentes recursos sociais.

### **Estudos de Elites Políticas e a Escola Neo-institucionalista**

Um traço comum às escolas fortemente enraizadas na investigação política e social, entre os anos 1930 e 1980, consistiu na explicação de processos e estruturas políticas a partir do recorte de variáveis exógenas à sua dinâmica: socialização de valores culturais (behaviorismo), origem social, capital econômico e cultural (sociologia política), preferências e utilidade esperada individuais (*rational choice*). Subproduto desse tratamento analítico, o Estado, em suas dimensões de análise e fatores causais para a compreensão de estabilidade, mudança e discrepâncias institucionais, foi

eclipsado e convertido, em diferentes versões, em modesto epifenômeno reativo a *inputs* externos.

Variações no escopo de políticas sociais e a percepção de um efeito indutor exercido por estruturas políticas sobre processos de desenvolvimento econômico terminaram por trazer, em meados dos anos 1980, o Estado de volta para o centro da produção teórica e investigação empírica (Evans, Rueschemeyer e Skocpol, 1985). Em um dos trabalhos fundacionais desta escola, March e Olsen (1983, p. 739) procuraram reafirmar que instituições deveriam ser consideradas como atores políticos, dotados de autonomia, sugerindo que “political institutions affect the distribution of resources, which in turn affects the power of political actors, and thereby affects political institutions [instituições políticas afetam a distribuição de recursos, o que, por sua vez, afeta o poder dos atores políticos, e assim afeta as instituições políticas]”. A primazia conferida às instituições e a recusa de uma abordagem reducionista, que consiste em decifrá-las por seus *outcomes*, conduziram March e Olsen a um *tour* de suas diferenças com o estoque de modelos teóricos então disponíveis: contextuais, behavioristas, utilitários, funcionalistas e instrumentalistas.

O impacto produzido pelo neo-institucionalismo adquire maior saliência quando se observa a inflexão ocorrida no interior da *public choice*, deslocando-se do individualismo metodológico prévio para interpretações fundadas em modelos de equilíbrio do tipo *structure-induced* (Shepsle, 1995).

Se indivíduos são movidos por cálculos visando maximizar a utilidade esperada de determinado benefício, sempre que envolvidos em situações de *externalidades* – impossibilidade de serem excluídos do consumo de um bem coletivo, tendo ou não contribuído para a sua provisão –, estes tenderiam a comportar-se de modo oportunista, agindo como *free-riders*. Disso resultaria, sempre que acompanhados por

incerteza e informação incompleta sobre o comportamento dos demais – tal como na situação configurada pelo conhecido *dilema do prisioneiro* –, a não probabilidade de cooperação social e ação coletiva, na forma de adesão a movimentos sociais, participação eleitoral, obediência a acordos e outras formas de interação social. Mais severo ainda seria o *teorema da impossibilidade* de Arrow (1951), prognosticando o caos a partir da impraticabilidade na definição de regras de tomada de decisão entre pelo menos dois integrantes e três opções a serem processadas e aptas a produzir uma conversão da ordem de preferências individuais em uma função de seleção social sob condições de universalidade, soberania do cidadão, ausência de ditadura, monotonia e independência das alternativas irrelevantes. A precariedade do equilíbrio social e institucional deveria constituir a conseqüência mais saliente dessa premissa. Inconsistência nas decisões sobre alocação de recursos públicos, instabilidade nos ciclos de maioria gerando mudança na composição de coalizões governamentais e legislativas (Riker, 1962), especialmente no contexto multipartidário, seriam alguns dos efeitos observados, previstos a partir desse paradoxo.

Em contraste com os sombrios augúrios, a cooperação social tem ocorrido em frequência superior à predita (Norris, 2002): democracias sobrevivem mesmo à ausência de valores cívicos (Lijphart, 1996; Newton e Norris, 2000), coalizões sobredimensionadas mostraram-se estáveis (Lijphart, 2003) e taxas de *turn-out* eleitoral mantêm-se elevadas, mesmo na ausência de constrangimentos legais (Le Duc e Niemi e Norris, 1996, 2002). O *puzzle* pode ser decifrado com a introdução do efeito produzido por instituições sobre as interações sociais. North (1990) chamou a atenção para a capacidade de instituições políticas de reduzir a incerteza e os custos de transação presentes nas relações entre os indivíduos, promovendo uma estrutura de incentivos para a concertação de

preferências e esforços. Satz e Ferejohn (1994) propuseram uma interpretação *externalista* para explicar a racionalidade das preferências individuais, sustentando que, menos por seu conteúdo material ou seletivo, a natureza racional do comportamento individual estaria relacionado à capacidade de adaptação aos constrangimentos fixados por estruturas que cercam os agentes individuais. Paralelo a isso, tudo se passaria como se houvesse uma espécie de seleção darwiniana, responsável por marginalizar agentes incapazes de compreender os parâmetros institucionais e converter seus desejos originais em preferências subótimas, ditadas pela estrutura de oportunidades estabelecida em cada instituição.

O *novo institucionalismo* tem conferido sua ênfase aos processos pelos quais as instituições, concebidas como *set* de constrangimentos e oportunidades contextuais, moldam o comportamento político, estruturando resultados prováveis para interações entre agentes sociais (Hall e Taylor, 1996; Peters, 1999; Diermeier e Krehbiel, 2003). Para além de uma valorização da textura institucional como variável independente e da ênfase atribuída ao condicionamento exercido por regras e estruturas sobre ações individuais, o que parece implícito em interpretações *hard* do modelo é o sentido unidirecional da causalidade presente na relação entre instituições e agentes: “the theories assume that institutional features cannot be altered by the actors [estas teorias assumem que configurações institucionais não podem ser alteradas pelos atores]” (Diermeier e Krehbiel, 2003, p. 130). A irrelevância da dimensão individual para explicar o funcionamento de instituições políticas é encontrada, ainda, em pioneiros da escola institucionalista, como March e Olsen (1989, p. 741):

[...] by a political structure we mean a collection of institutions, rules of behavior, norms, roles, physical arrangements, buildings

and archives *that are relatively invariant in face of turnover of individuals and relatively resilient to the idiosyncratic preferences and expectations of individuals*. In contrast to theories that assume action is choice based on individual values and expectations, theories of political structure assume action is the fulfillment of duties and obligations<sup>2</sup> (*grifo do autor*).

A leitura imediata, sugerida por esta passagem, parece remeter a um valor residual, conferido a problemas derivados de recrutamento, ingresso e mobilidade no interior de elites políticas, dado que instituições disporiam de mecanismos aptos a modelar seus membros individuais. Tal definição de estruturas políticas como coleção de regras de comportamento, normas e papéis relativamente invariantes em relação à circulação de indivíduos e suas idiosincrasias (March e Olsen, 1989, p. 741) projeta ainda uma questão, relativa às condições precisas em que instituições se *institucionalizam*, ou seja, adquirem estabilidade e rotina, convertendo suas regras em padrões de conduta capazes de enquadrar a ação de seus membros. Se, de um lado, a introdução de *instituições* nos modelos explicativos para ação coletiva e escolhas individuais permitiu resolver o paradoxo da cooperação, por outro, não parece possível desconhecer a presença de lacunas relacionadas à interpretação sobre a formação e origem dessas instituições, as condições que contribuem para sua manutenção e estabilidade e os fatores que provocam decadência e mudança institucional. Essas questões provavelmente constituem o calcanhar de Aquiles da escola neo-institucionalista, para as quais as respostas parecem ainda insuficientes (Peters, 1999; Pierson, 2004). Sem dúvida, *institutions matter*, como afirma o mantra neo-institucionalista.

Contudo, instituições não são um dado da natureza, não emergem por geração espontânea, nem se mantêm pelo cumprimento de necessidades ou funções sociais. Para além de

utilizá-las como espécie de *deus ex-machina*, artefato introduzido subitamente para solucionar um problema formal presente na reconstituição analítica, é preciso explicar (1) por que algumas instituições mostram-se mais capazes do que outras para resolver dilemas de ação coletiva, (2) as condições que geram o surgimento de tipos específicos de instituições, (3) as causas da variedade de modelos institucionais, e (4) os fatores de continuidade e ruptura institucionais. O desafio posto para a agenda das teorias institucionais consiste em *endogeneizar* as interpretações sobre instituições políticas, oferecendo elementos capazes de explicar sua existência, bem como incorporar a diacronia como dimensão interpretativa de sua dinâmica.

Como surgem as instituições? Parte das respostas parecem não conseguir fugir da sedução exercida pela economia analítica oferecida por explicações funcionalistas:

[...] economic organizations and institutions are explained in the same way: they are structures that emerge and take specific form they do because they solve collective action problems and thereby facilitate gains from trade (Moe, 1990, p. 217).<sup>3</sup>

Interpretações baseadas em conseqüências observadas ou necessidades preenchidas, embora parcimoniosas, são inaptas para explicar por que necessidades latentes (por exemplo, desenvolvimento econômico) não produzem, automaticamente, as estruturas funcionais capazes de supri-las. Considerando a inexistência de qualquer mecanismo supra-individual do tipo “mão invisível”, capaz de assegurar a correspondência entre necessidades e estruturas (Elster, 1989) e, ainda, tendo em conta as condições de incerteza, informação incompleta e horizontes temporais que cercam as escolhas e interações individuais, trata-se de desvendar o enigma de como surgiram as instituições que sabemos, *ex-post*, foram capazes de equacionar

problemas de cooperação social, e por que, sob outras circunstâncias, as instituições em si não são eficientes para induzir os indivíduos a cooperar.

Exemplo dessa dificuldade pode ser encontrado na agenda de pesquisa sobre as conseqüências políticas das regras eleitorais: incentivos ao *voto estratégico* produzido por diferentes fórmulas de conversão de votos em cadeiras legislativas (Cox, 1997), conseqüências dos mecanismos de alocação de sobras e da magnitude eleitoral (Rae, 1977; Taagepera e Shugart, 1989) ou, ainda, efeitos provocados por diferentes modelos de ordenamento de listas intrapartidárias (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1987; Carey e Shugart, 1996; Crisp *et alii*, 2004) parecem constituir exemplos persuasivos da promessa de que as instituições importam para explicar decisões, estratégias e comportamentos políticos. A lacuna, contudo, reside no poder explicativo para interpretar a origem de instituições eleitorais que, sob certas condições, provocam efeitos previsíveis sobre os agentes políticos. Nessa direção, Colomer (2003) testa um modelo de equilíbrio *behavioral-institutional*, invertendo a direção da causalidade, comprovando que a dispersão e o número efetivo de partidos é que incentivariam a mudança das regras eleitorais, com a adoção de uma fórmula proporcional em vez de serem gerados por esta. Analisando processos de mudança nas instituições eleitorais, Boix (1999) demonstra que a alteração da fórmula majoritária para a de representação proporcional seria resultado de estratégias de elites políticas em face da (1) ascensão eleitoral de partidos socialistas, combinado ao (2) equilíbrio e incapacidade de resolução de problemas de coordenação por partidos tradicionais.

A distinção proposta por Diermeier e Krehbiel (2003) entre *teoria institucionalista* e *teoria de instituições* procura oferecer uma solução ao desafio de endogeneizar a explicação para a formação institucional. Enquanto a pri-

meira deduz comportamentos e *outcomes* a partir dos constrangimentos fixados por uma determinada configuração institucional, a ênfase da teoria de instituições “é explicar por que algumas configurações institucionais são formadas e mantidas, enquanto outras não existem ou são instáveis [is to explain why some institutional features come into existence, and persist, while others are either non-existent or transient]” (Diermeier e Krehbiel, 2003, p. 130).

Adotando o modelo de equilíbrio de Nash (alternativamente à explicação institucionalista do tipo *structure-induced equilibrium*), Diermeier e Krehbiel sugerem que a escolha institucional pelos agentes políticos racionais estaria condicionada por instituições de *segunda ordem*. Em outras palavras, as instituições que condicionam comportamentos e resultados são produtos de cálculo e escolhas efetuados pelos agentes, mas essas escolhas são constrangidas pela presença de instituições prévias, em uma explicação que, no limite, leva a um exercício de infinitas – e frustrantes – regressões, como se fossem bonecas russas.

Em extremo oposto, a sugestão dos *historical institutionalists* de que a contingência preside a formação institucional pode representar uma pista para compreensão da origem de estruturas institucionais não como resposta a desígnios funcionais, mas como produto de eventos discretos e de conseqüências não-previstas de estratégias voltadas para objetivos imediatos e circunstanciais (Pierson, 2004). Como ilustração, pode-se recorrer ao relato oferecido por Tilly (1985, 1996 [1990]) para a formação dos modernos estados nacionais. Embora a produção de ordem social tenha constituído um de seus efeitos não-antecipados, estruturas estatais européias foram, como mostra Tilly (1996), resultado de estratégias maximizadoras de monarcas visando expandir seus territórios. Para isso, recorreram à guerra e à busca dos meios materiais para executá-las. Armas e exércitos requeriam recursos financeiros, obtidos através

da organização de aparatos fiscais e extrativos como fiscais e coletores de impostos, estatística e censo, burocracia fazendária, e polícia para inibir os recalcitrantes. A redução dos custos de transação referentes ao pagamento de impostos levou alguns desses monarcas ao oferecimento de contrapartidas, na forma de ordem e proteção social, garantidas pela expansão de arcabouço legal e de cortes jurídicas. A cooperação social promovida por instituições políticas foi, assim, resultado não necessário da justaposição de fatores, como o declínio de ordens patrimoniais (Weber, 1984), estratégias, recursos políticos e utilidades perseguidas por elites estatais (Tilly, 1985) e capacidade de solução, pelos cidadãos, de seus problemas de coordenação (Weingast, 1997). Uma última vez é importante repetir: instituições tal como conhecidas em um momento  $t$  não equivalem à configuração existente em sua origem, no tempo  $t - 1$ . A diacronia representa uma dimensão analítica indispensável para proceder à anatomia institucional.

Aqui, o problema reside em explicar como *instituições* tornam-se *instituições*. Embora a noção de *institucionalização* possa estar carregada por sua criação derivada das teorias de desenvolvimento e modernização políticas (Limongi, 1999), pode ainda ser útil, se despojada de conotações isomórficas e determinísticas, considerando a possibilidade de múltiplos equilíbrios e desdobramentos institucionais entre a configuração original de instituições e seu congelamento posterior. O que levou os comitês legislativos da House of Representatives, criados por Clay em 1812, como produto de mera estratégia de multiplicação e partilha de cargos, a se converterem em estruturas capazes de resolver – seja por componentes *distributivos*, seja *informativos* – problemas de coordenação dos representantes? Se não foi mera obediência cega a determinações funcionais – porque então seria necessário explicar a causa de processos similares não terem ocorrido em outras expe-

riências legislativas –, então é preciso endogeneizar a interpretação, encontrando, nas condições de preenchimento dos postos nesses comitês e nas estratégias de seus ocupantes, a explicação para sua *institucionalização*.

Despojado de implicações normativas, *institucionalização* significa que uma estrutura tornou-se estável e contínua, oferecendo parâmetros para a ação de seus membros, a despeito de quaisquer que possam ser as interpretações de valor para esse fenômeno. O resultado deve apresentar-se de forma equilibrada, implicando que os atores envolvidos num determinado curso de ação não possuem incentivos para perseguir ampliação em seus ganhos através da alteração unilateral de sua estratégia (Tsebelis, 1998, p. 52).

O equilíbrio pode resultar da percepção de riscos de piora na posição relativa com a mudança, custos de transação elevados para o convencimento dos demais atores, ou, ainda, da existência de mecanismos de *self-enforcement*, que tornam a alteração do *status quo* um processo difícil e de ocorrência pouco provável. Regras que estabelecem quórum elevado para a mudança de dispositivos constitucionais podem constituir, assim, procedimento que contribui para a inércia institucional. Em direção semelhante, o número e posição dos *veto players* reduz a área do *winset*, restringindo as probabilidades de mudança no *status quo* e a instabilidade institucional (Tsebelis, 2002). O ponto aqui consiste em que a análise não pode deixar de lado um esforço em dissecar a constituição dos agentes políticos: fatores presentes em jogos iterativos – que tornam mais provável o conhecimento e previsão do comportamento dos demais, alterando a estrutura de *pay-offs* para a mudança ou continuidade institucional – dependem das condições de ingresso e mobilidade no interior de elites políticas, reduzindo custos de transação, ampliando a informação disponível e favorecendo oportunidade para *commitment* e cumprimento de acordos,

ou, inversamente, tornando mais incertas e imprevisíveis as ações de cada membro, mesmo aos olhos dos demais. Da mesma forma, as curvas de indiferença dos *veto players* não são fixadas exogenamente ao processo político, podendo ser reformatadas com base em informação e utilidade, representadas pela própria instituição para grupos específicos de atores.

Assim, a relevância de indivíduos ou facções para explicar a dinâmica das instituições pode ser maior em contextos de precária institucionalização, ou, ainda, conforme as características que marcam a gênese de cada instituição. Na ausência de cimentos “normativos” como padrões do tipo *appropriateness*, valores, crenças compartilhados, presentes em instituições *agregativas* (March e Olsen, 1989), os indivíduos têm maiores probabilidades de agir segundo um parâmetro de cálculo, sobretudo em um contexto em que os custos de transação são mais elevados e o *winset* de decisões apresenta-se mais largo e o *core* mais reduzido.

A questão passa a ser, então, que condições oferecem maior probabilidade à institucionalização de organizações, como legislativos ou partidos políticos, e que escalas de medida podem ser empregadas para, no estudo comparado, cotejar experiências distintas de congelamento institucional. A resposta fornecida pelo institucionalismo histórico ao problema da estabilidade institucional está relacionada aos custos elevados para a reversão de políticas ou regras institucionais, presentes na forma de *path-dependency*. As condições originais da formação institucional e a seqüência cronológica dos eventos – indicando que, nesse caso, a ordem temporal dos fatores altera o produto final – são responsáveis pela geração de uma inércia estrutural. O tempo, aqui, apresenta efeito de retornos crescentes, ou *positive feedback* (Pierson, 2004, p. 18), reforçando com seu prolongamento a aderência institucional.

O acento posto na influência das instituições sobre os indivíduos não deve obscurecer o

fato de que seu *congelamento* é produto de ações e estratégias desenroladas previamente por indivíduos que permitiram a fixação da estrutura institucional que os constrange posteriormente. Isso significa que a gênese e morfologia das instituições políticas podem ser compreendidas de modo mais sensível ao se reconstituírem estratégias, trajetórias e *background* dos indivíduos que as tripulam, para desvendar as condições da escolha institucional. Assim, a gênese de um modelo institucional centralizador em um país como a França (Badie e Birnbaun, 1979; Rosanvallon, 1990) e suas conseqüências sobre as estratégias dos agentes sociais (Stepan e Suleiman, 2005) pode ser mais bem compreendido ao se isolar a presença de magistrados e juristas na formação de suas estruturas públicas modernas (Weber, 1984). Um exercício de regressão ampliado certamente localizará a *teoria da apelação*, como um momento decisivo na transferência de poder dos núcleos locais para o soberano real:

[...] apesar de não ser o resultado de uma intenção, e ainda menos de um plano, de não ser objeto de nenhum acordo entre aqueles que dele se beneficiam, especialmente o rei e os juristas, o movimento de concentração orienta-se sempre em uma mesma direção, e cria-se um aparelho jurídico (Bourdieu, 1996, p. 108).

Se a centralização de poder constitui uma configuração institucional, sua origem não pode prescindir da percepção do papel da autoridade real e de juristas na consagração dessa instituição e na constituição de uma *dependência de trajetória* a partir de então.

Da mesma maneira, a formação de um sistema de lealdades institucionais resulta, para Panebianco (1990), do êxito de um *núcleo dirigente* em controlar *zonas de incerteza* e mobilizar, quando necessário, mecanismos próprios de remuneração política, sejam identidades coletivas, recursos materiais ou *status*. *Zonas de*

*incerteza* podem ser compreendidas como pontos críticos que, ao serem controlados, fornecem os meios para a construção de identidades institucionais consistentes: formulação e aplicação de regras, *expertise*, informação organizacional, acesso a recursos materiais e fontes de financiamento, fluxos de comunicação internas e outros atributos coletivamente valorizados, reconhecidos nos quadros dirigentes, e mecanismos de recrutamento e seleção de candidatos a carreiras e postos políticos (Panebianco, 1990). Ainda conforme Panebianco, a intensidade desses processos pode ser mensurada por meio de indicadores como (1) fontes de financiamento próprias, com fluxos regulares e contínuos; (2) controle sobre organizações próximas; (3) um aparato administrativo centralizado, capaz de exercer o controle e padronizar subunidades territoriais; (4) correspondência entre os estatutos e as relações de poder efetivas, o que significa que a liderança real é aquela definida regimentalmente e não por meio de personalidades externas; e (5) uma estrutura de oportunidades endógena para aspirantes à carreira política ou a postos de liderança partidários.

Em síntese, as instituições adquirem estabilidade sob condições de funcionamento centrípeto, no qual o núcleo dirigente controla a distribuição dos recursos estratégicos que constituem a vida organizacional, impondo integração vertical e lealdade interna. Os interesses na manutenção da organização e os incentivos identitários fazem com que a estrutura torne-se um valor em si mesmo, confundindo-se com os fins para os quais foi originalmente formada. Dessa mesma forma, recrutamento endógeno (Dogan, 1999) e iniciação severa (Hirschman, 1977) configuram uma estrutura de oportunidades que reforça vínculos centrípetos e a promoção de lealdades institucionais.

Carreiras políticas são projetadas pela disponibilidade desigual de recursos, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios ou votos. Quando predomina

uma seleção *endógena* (Dogan, 1999; Mastro-paolo, 1990), a estrutura institucional fornece os meios necessários para ingresso e mobilidade nos postos institucionais. Isso significa que, para obtê-los, o aspirante à carreira deve adaptar-se às regras e diretrizes da instituição, seguindo um padrão *centrípeto* (Panebianco, 1990), premiando lealdades confirmadas após anos de dedicação institucional. Carreiras adquirem a forma de um *cursus honorum* (Gaxie, 1993), em que, ingressando nos níveis mais inferiores da hierarquia institucional, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até posições dirigentes é, via de regra, longo. Com uma reduzida circulação entre ocupantes de cargos, a progressão na hierarquia da carreira torna-se lenta. O postulante deve esperar, prudentemente, que se ofereça uma vaga, com poucas perspectivas de desafiar, com êxito, os veteranos. Ambiente este que constitui uma escola política, onde o aspirante é socializado, adquirindo regras e valores da instituição. Em suma, uma iniciação institucional severa, seguida por continuidade e previsibilidade nas interações entre os agentes, constituem uma forma de jogo iterativo, no qual a repetição contribui para a produção de *commitment*, seja por informação seletiva, seja pelos custos da violação dos ritos e regras consagrados. Preferências passam a ser endogenamente constituídas e a preservação institucional converte-se de estratégia em utilidade por si própria.

Em contraste, um recrutamento *lateral* tende a valorizar atributos adquiridos *fora* das fronteiras organizacionais. Processos de osmose podem representar metáfora sugestiva a respeito: “na política, processos de osmose obedecem às mesmas leis que na natureza: a difusão se faz através de suas membranas permeáveis [en politique, l’osmose obéit aux mêmes lois que dans la nature: la diffusion se fait à travers de ses membranes perméables]” entre posições adjacentes (Dogan, 1999, p. 173). Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são,

nesse caso, meios mais eficazes para a arremetida de recursos estratégicos. Detendo *recursos próprios*, os candidatos não dependem do aval institucional, podendo ignorar os constrangimentos institucionais com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, muitas vezes, são os dirigentes institucionais que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes. Carreiras políticas são, com isso, mais rápidas e descontínuas, oferecendo oportunidade para aspirantes com escassa ou pequena experiência política.

Examinando cerca de um século de vida legislativa no Congresso norte-americano, Polsby (1968) identificou elementos presentes que teriam contribuído para sua consolidação institucional: estabilidade, complexidade organizacional e os critérios adotados na distribuição dos postos de liderança. Para ele,

[...] the extent to which an institution has established boundaries is to consider its leaders, how they are recruited, what happens to them, and most particularly, the extent to which the institution permits lateral entry to and exit from positions of leadership” (Polsby, 1968, p. 144).<sup>4</sup>

Particularmente importante parece ter sido o baixo *turn-over* no recrutamento, permitindo crescente especialização entre seus membros, combinado à existência de uma liderança prolongada e profissionalizada, recrutada internamente com base em *seniority*, após longa aprendizagem no trabalho congressual. Patamares de institucionalização seriam expressão de uma estabilidade em sua composição e crescente especialização no trabalho interno. Dessa forma, essa instituição deve possuir uma liderança prolongada e profissionalizada, com recrutamento endógeno, após demorado treinamento e aprendizagem internos. Polsby sugere como processo bem-sucedido de institucionalização parlamentar o declínio de membros novatos na House of Representatives e as mudanças

nas condições de seleção para postos de liderança em seu interior:

[...] as an organization institutionalizes, it stabilizes its memberships, entry is more difficult, and turnover is less frequent. Its leaderships professionalize and persist [...] thus the organization establishes and hardens its outer boundaries (Polsby, 1968, p. 145).<sup>5</sup>

Por fim, um último problema consiste na interpretação dos fatores responsáveis pela decadência, ruptura e mudança institucional. As instituições perecem quando falham no preenchimento das tarefas para as quais foram formadas, como assegurar previsibilidade e cooperação social (Peters, 1999, p. 56). Perspectiva distinta pode ser localizada no modelo de *garbage can*, identificando mudanças nas estruturas de preferências mantidas pelos agentes envolvidos nas instituições (March e Olsen, 1989). Ou, ainda, interpretações baseadas em *critical junctures* (Collier e Collier, 1991) supõem que eventos discretos, os quais poderiam exercer isoladamente efeitos apenas residuais, quando combinados e simultâneos, seriam capazes de alterar equilíbrios institucionais, criando condições para a mudança. Aqui, o desafio consiste em ultrapassar a explicação tautológica: instituições sofrem colapso quando surgem circunstâncias ou desafios não-previstos. Mais uma vez, os estudos de elites podem oferecer *insights* promissores: quando perdem a capacidade para controlar processos de seleção para carreiras institucionais ou preenchimento de postos e cargos políticos, as instituições sofrem um incremento na circulação de sua composição interna; alteram-se os *pay-offs* relativos à manutenção das regras internas, com depreciação no valor das utilidades promovidas pela operação da instituição, e um incremento, simultâneo, no custo de transação entre seus integrantes. Dessa forma, a explicação para a decadência institucional pode deslocar-se de um

modelo “inputista” (mudanças no ambiente) para o foco dirigido a processos e engrenagens internas de cada instituição.

### Conclusão

Os estudos de elites políticas entraram em um beco sem saída quando centraram seus esforços quase exclusivamente na conclusão de que minorias governam, mesmo em democracias, e que minorias governantes são homogeneamente selecionadas. Se as elites são quase sempre as mesmas, parece não haver relevância em estudá-las para compreender as variações institucionais observadas nas democracias contemporâneas. O caminho adotado neste artigo procurou explorar as possibilidades de se recuperar um enfoque analítico dos estudos de elites políticas para enfrentar o desafio posto à

*teoria de instituições*, que consiste em endogeneizar a explicação para a formação, continuidade e mudança institucionais.

O argumento adotado foi que composição, recrutamento e circulação no interior de elites políticas afetam o modo como – e à medida que – grupos ou facções controlam recursos estratégicos e os convertem em coerção sobre o comportamento individual. Padrões de recrutamento endógenos, caracterizados por *iniciação severa* e *longas trajetórias* geram lealdades institucionais, terminando por configurar modelos *path-dependent*: ingresso seletivo e carreiras verticais induzem homogeneidade interna, maior economia na produção de informação, menores custos de transação e incerteza. Dessa forma, oferecem *insights* para se compreender como instituições tornam-se instituições.

### Notas

- 1 “[...] a observação empírica mostra que a probabilidade de exercício de um poder político qualquer aumenta com a posição na hierarquia social e que a posição de origem (tal como medida pela última profissão antes da entrada na política) dos homens políticos é mais alta nos postos mais elevados da hierarquia política.”
- 2 “[...] por estrutura política, compreendemos uma coleção de instituições, regras de comportamento, normas, papéis, constrangimentos físicos, construções e arquivos *que são relativamente invariantes em face da rotatividade de indivíduos e relativamente resilientes em relação às preferências idiossincráticas e expectativas dos indivíduos*. Em contraste com teorias que supõe a ação como escolha baseada em expectativas e valores individuais, teorias institucionalistas pressupõe a ação como preenchimento de deveres e obrigações” (*grifo do autor*).
- 3 “[...] organizações econômicas e instituições são explicadas da mesma forma: elas são estruturas que surgem e tomam formas específicas, porque resolvem problemas de ação coletiva e assim reduzem custos de transação”.
- 4 “[...] a extensão que uma instituição consegue estabelecer para suas fronteiras é constituída pela forma como recruta seus dirigentes, e à medida que ela permite ingresso lateral e rápida circulação em suas posições de liderança”.
- 5 “[...] quando uma organização se institucionaliza, ela estabiliza suas adesões, a entrada é mais difícil, e a circulação é menos freqüente. Sua liderança torna-se mais profissional e estável no tempo. [...] assim a organização se estabiliza e estabelece barreiras de entrada mais rigorosas”.

## Bibliografia

- ALEXANDER, Jeffrey (1995), *Fin de siècle social theory. Relativism, reduction and the problem of reason*. London, Verso.
- ARROW, Kenneth. (1951), *Social choice and individual values*. New Haven, Yale University.
- BADIE, Bertrand; BIRNBAUN, Pierre (1979), *Sociologie de l'Etat*. Paris, Gasset.
- BARTOLINI, Stefano (2000), *The political mobilization of the European Left, 1860-1980: The class cleavage*. Cambridge/ New York, Cambridge University Press.
- BAUER, Michael; BERTIN-MOUROT, Bénédicte (1995), "La tyrannie du diplôme initial et la circulation des élites: la stabilité du modèle français", in E. Suleiman; H. Médras, *Le recrutement des élites en Europe*, Paris, La Découverte. pp. 48-63.
- BENTLEY, Arthur (1995 [1908]). *The process of government: a study of social pressures*. Chicago, Transaction Publishers.
- BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio (2000), *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000. Legislative recruitment and careers in eleven European countries*. London, Oxford University Press.
- BIRNBAUN, Pierre (1977), *Les sommets de l'Etat. Essai sur l'élite du pouvoir en France*. Paris, Seuil.
- BOIX, Carles (1999), "Setting the rules of the game: the choice of electoral systems in advanced democracies". *American Political Science Review*, 93, 3: 609-24, Sept.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1989a), *La noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1989b), "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", in P. Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Bertrand. pp. 163-207.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas (SP), Papirus.
- CAIN, Bruce; FERREJOHN, John; FIORINA, Morris (1987), *The personal vote: constituency service and electoral independence*. Cambridge, Harvard University Press.
- CAREY, John; SHUGART, Matthew (1996), "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas". *Electoral Studies*, 13, 4: 417-39.
- CHARLE, Christophe (2006), "Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea", in F. Heinz (org.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. pp. 19-39.
- COLLIER, Rut; COLLIER, David (1991), *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement and regime dynamics in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.
- COLOMER, Josep (2003), "Its's parties that choose electoral systems (or Duverger's Laws Upside Down)". Paper prepared for the American Political Science Association Annual Meeting, Philadelphia, 28-31 Aug.

- COX, Gary (1997), *Making votes count. Strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CRISP, Brian *et alii* (2004), "Vote-seeking incentives and legislative representation in six presidential democracies". *The Journal of Politics*, 66, 3: 823-46.
- DAHL, Robert A. (1958), "A critique of the ruling elite model". *American Political Science Review*, 52, 2: 463-9.
- DIERMEIER, Daniel; KREHBIEL, Keith (2003), "Institutionalism as a methodology". *Journal of Theoretical Politics*, 15, 2: 123-44.
- DOGAN, Mattei (1999), "Les professions propices à la carrière politique", in M. Offerlé, *La profession politique. XIXe.-XXe. siècles*, Paris, Belin.
- ELSTER, Jon (1989), *Ulises y las sirenas. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad*. México, Fondo de Cultura Económica.
- EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.) (1985), *Bringing the state back in*. Cambridge/ New York, University Press.
- FIORINA, Morris (1992), *Divided government*. New York, Macmillan.
- \_\_\_\_\_. (1994), "Divided government in the American states: a byproduct of legislative professionalism?". *American Political Science Review*, 88: 417-32.
- \_\_\_\_\_. (1997), "Professionalism, realignment and representation". *American Political Science Review*, 91, 1: 152-62, March.
- GAXIE, Daniel (1977), "Economie des partis et rétributions du militantisme". *Revue Française de Science Politique*, 27, 1: 123-54, Paris, fév.
- \_\_\_\_\_. (1980), "Les logiques du recrutement politique". *Revue Française de Science Politique*, 38, 3: 5-45, Paris, juin.
- \_\_\_\_\_. (1993), *La démocratie représentative*. Paris, Montchrestien.
- GAXIE, Daniel; OFFERLÉ, Michael (1985), "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir. Capital collectif et carrière politique", in P. Birnbaun (ed.), *Les élites socialistes au pouvoir, 1981-1985*. Paris, Presses Universitaires de France. pp. 105-38.
- GRYNSZPAN, Mário (1996), "A teoria das elites e sua genealogia consagrada". *BIB*, 41: 35-83.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary (1996), "Political science and the three 'new institutionalisms'". *Political Studies*, XLIV: 936-57.
- HEINZ, Flávio (org.) (2006), *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- HIRSCHMAN, Albert (1977), *Salida, voz y lealtad*. México, Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Retóricas da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras.

- IHL, Olivier (1999), “‘Deep pockets’. Sur le recrutement ploutocratique du personnel politique”, in M. Offerlé, *La profession politique. XIXe.-XXe. siècles*, Paris, Belin. pp. 333-57.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter (1994), *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*. Thousand Oaks, Sage.
- LeDUC, Lawrence; NIEMI, Richard; NORRIS, Pippa (1996), *Comparing democracies. Elections and voting in global perspective*. London, Sage.
- LIJPHART, Arend (1996), “The puzzle of Indian democracy: a consociational interpretation”. *American Political Science Review*, 90, 2., 258-68, Washington, June.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Modelos de democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LIMONGI, F. (1999), “Institucionalização política”, in S. Miceli (org.), *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*, vol. 3. São Paulo, Anpocs. pp. 101-55.
- LIPSET, Seymour (1993), *Consenso e conflito*. Lisboa, Gradiva.
- MANIN, Bernard (1995), *Principes du gouvernement représentatif*. Paris, Calmann-Lévy.
- MARCH, James; OLSEN, Johan (1989), *Rediscovering institutions. The organizational basis of politics*. New York, Free Press.
- MASTROPAOLO, Alfio (1990), “Parlamenti e parlamentari negli anni ottanta”. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, XX, 1, aprile.
- MICHELS, Robert (1982), *A Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, UnB.
- MOE, Terry (1990), “The politics of structural choice: toward a theory of public bureaucracy”, in O. Williamson (ed.), *Organization theory*, Oxford, Oxford University Press. pp. 116-53.
- MOSCA, Gaetano (1992 [1896]), *La classe política*. México, Fondo de Cultura Económica.
- NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa (2000), “Confidence in public institutions: faith, culture or performance”, in S. Pharr; R. Putnam (eds.), *Disaffected democracies. What's troubling the Trilateral countries?*, New Jersey, Princeton University Press. pp. 52-73.
- NORRIS, Pippa (2002), *Democratic phoenix: reinventing political activism*. New York, Cambridge University Press.
- NORTH, Douglass C. (1990), *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge/ New York, Cambridge University Press.
- OFFERLÉ, Michel (1999), *La profession politique. XIXe.-XXe. Siècles*. Paris, Belin.
- PANEBIANCO, Ângelo (1990), *Modelos de partidos. Organización y poder en los partidos políticos*. Madrid, Alianza.
- PARETO, Vilfredo (1935), *The mind and society*. Harcourt, Brace.
- PIERSON, Paul (2004), *Politics in time. History, institutions, and social analysis*. Princeton, Princeton University Press.

- PETERS, B. Guy (1999), *Institutional theory in Political Science: the new institutionalism*. London/ New York, Pinter.
- POLSBY, Nelson (1968), "The institutionalization of U. S. House of Representatives". *American Political Science Review*, LXII: 144-68, March.
- PUTNAM, Robert (1976), *The comparative study of political elites*. New Jersey, Prentice Hall.
- RAE, Douglas (1977), *Leyes electorales y sistemas de partidos políticos*. Madrid, Citep.
- RIKER, William (1962), *The theory of political coalitions*. New Haven, Yale University Press.
- ROSANVALLON, Pierre (1990), *L'Etat en France. De 1789 à nos jours*. Paris, Seuil.
- SATZ, Debra; FERREJOHN, John (1994), "Rational choice and social theory". *The Journal of Philosophy*, XCI, 2: 96-102, New York, Feb.
- SAWICKI, Frédérick (1999), "Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionalization politique", in M. Offerlé, *La profession politique. XIXe.-XXe. Siècles*, Paris, Belin. pp. 135-70.
- SCOTT, John (1995), "Les élites dans la sociologie anglo-saxonne", in E. Suleiman; H. Médras, *Le recrutement des élites en Europe*, Paris, La Découverte. pp. 9-23.
- SHEPSLE, Kenneth (1995), "Studying institutions: some lessons from the rational choice Approach", in J. Farr; J. Dryzek; S. Leonard (eds.), *Political Science in history: research programs and political traditions*, Cambridge/ New York, Cambridge University Press. pp. 131-49.
- STEPAN, Alfred; SULEIMAN, Ezra (2005), "¿Por qué arde Francia?". *La Vanguardia*, 19 nov., Institute for Human Sciences. Disponível em: <www.project-syndicate.org>.
- SULEIMAN, Ezra (1995), "Les élites de la administration et de la politique dans la France de la Ve. République: homogénéité, puissance, permanence", in E. Suleiman; H. Médras, *Le recrutement des élites en Europe*, Paris, La Découverte. pp. 55-67.
- SULEIMAN, Ezra; MÉDRAS, Henri (1995), *Le recrutement des élites en Europe*. Paris, La Découverte.
- TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew (1989), *Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems*. New Heaven, Yale University Press.
- TILLY, Charles (1985), "War making and state making as organized crime", in P. Evans; D. Rueschemeyer; T. Skocpol (eds.), *Bringing the state back in*. Cambridge/ New York, University Press. pp. 192-227.
- \_\_\_\_\_. (1996 [1990]). *Coerção, capital e Estados europeus: 990-1992*. São Paulo, Edusp.
- TOCQUEVILLE, Alexis (1994 [1835]), *La democracia en América*. México, Fondo de Cultura Económica.
- TSEBELIS, George (1998), *Jogos ocultos. Escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo, Edusp.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Veto players. How political institutions work*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- WEBER, Max (1984), *Ciência e política: duas vocações*. Rio de Janeiro, Cultrix.

- WEINGAST, Barry (1997), "The political foundations of democracy and the rule of the law". *American Political Science Review*, 91, 2: 245-63, June.
- WEIR, Margaret; SKOCPOL, Theda (1985), "State structures and the possibilities for 'keynesian' responses to the great depression in Sweden, Britain and the United States", in P. Evans; D. Rueschemeyer; T. Skocpol, *bringing the state back* Cambridge, Cambridge University Press. pp. 107-63.
- WRIGHT-MILLS, C. (1989 [1956]), *La elite del poder*. 10. ed. México, Fondo de Cultura Económica.

Artigo recebido em abril/2007

Aprovado em julho/2008

### Resumo

*Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?*

O ponto de partida deste artigo foi a constatação do desaparecimento da *teoria das elites* da agenda da Ciência Política nas últimas três décadas. As razões para esse fenômeno podem ser identificadas em dois elementos: de um lado, o tipo de questões propostas pelos autores filiados a essa escola (se elites continuam a existir em democracias e se elas são coesas ou divididas) e, de outro, a influência adquirida pelas teorias institucionalistas. Considerando que o principal desafio posto às teorias de instituições políticas consiste em endogeneizar as explicações sobre a formação, estabilidade e mudança institucionais, o autor reconhece o potencial dos estudos de elites políticas para, através do exame de padrões de ingresso e circulação em grupos dirigentes, oferecer pistas para uma compreensão mais refinada sobre como instituições perduram no tempo.

Palavras-chave: Instituições; Elites políticas; *Path-dependency*; Recrutamento; Carreiras políticas.

### Abstract

*Do Studies on Political Elites Explain how Institutions Becoming Institutions?*

The point of departure for this article was the disappearance of the theory of the elites in the agenda of political science during the last three decades. The reasons for this phenomenon can be identified on two elements: on the one hand, the type of questions proposed by the authors belonging to this elites' approach (if elites continue to exist in democracies and how cohesive or divided they are), and another, the influence gained by institutionalist theories. Whereas the main challenge put to the theories of institutions is promoting an endogenous explanation on the formation, stability, and institutional change, the author recognizes the potential of studies on political elites to, by examining patterns of political recruitment inside institutions, provide clues for a more refined understanding of how institutions are building and persisting in time.

Keywords: Elites theory; Political institutions; Theory of institutions; Path-dependency; Political recruitment.

## Résumés

*Les études des élites politiques expliquent-elles comment les institutions deviennent des institutions ?*

Le point de départ de cet article a été la constatation de la disparition de la théorie des élites de l'agenda des Sciences Politiques au cours des trois dernières décennies. Les raisons de ce phénomène peuvent être identifiées à partir de deux éléments : d'une part, le genre de questions proposées par les auteurs appartenant à cette école (si les élites continuent d'exister dans les démocraties et si elles sont unies ou partagées) et, d'autre part, l'influence acquise par les théories institutionnalistes. Considérant que le principal défi proposé aux théories des institutions consiste en une explication endogène sur la formation, la stabilité et le changement institutionnel, l'auteur reconnaît le potentiel des études des élites politiques et, par l'examen des modèles d'entrée et de circulation dans des groupes dirigeants, offre des pistes en vue d'une compréhension plus raffinée sur la façon par laquelle ces institutions perdurent dans le temps.

**Mots-clés:** Institutions; Élites politiques; *Path-dependency*; Recrutement et carrière politique.

## Introdução

O conhecimento teórico sobre federalismo é complexo por algumas razões. Se, como sabemos, o objetivo da teoria é explicar regularidades e gerar hipóteses passíveis de teste, as teorias sobre federalismo apresentam alguns problemas. O primeiro é que algumas formulações teóricas tendem a tratar o federalismo ora como uma forma superior de governo ora como uma doutrina.<sup>1</sup> Na verdade, o federalismo como doutrina padece dos mesmos problemas dos conceitos e princípios que resultam em “ismos”, aproximando-o, portanto, de outros sistemas abrangentes, tais como os sistemas de crenças e as ideologias.<sup>2</sup> No entanto, a visão do federalismo como doutrina está longe de ser consensual, dado que, na prática, interesses políticos e econômicos são determinantes nas decisões e mudanças que ocorrem nas federações.<sup>3</sup>

O segundo problema é que o federalismo enquanto sistema antecede sua teorização, o que o distingue das demais teorias formuladas pelos clássicos sobre o mundo social, político e econômico, as quais buscavam entender racionalmente a natureza humana e como “domá-la”, ou seja, as bases da autoridade e da liberdade. Embora os “pais fundadores” da nação norte-americana tenham testado e aplicado, pela primeira vez, os conhecimentos adquiridos dos clássicos do pensamento político com a experiência das treze colônias e tenham inaugurado o chamado federalismo moderno (Elazar e Kincaid, 1994), não se pode considerar suas for-

mulações sobre a divisão territorial de autoridade como uma teoria do federalismo. No entanto, as fórmulas políticas concebidas na sempre celebrada Constituição de 1787 permitiram a convivência de um sistema de separação de poderes com um sistema de freios e contrapesos, no qual o federalismo está inserido.<sup>4</sup> A fórmula, copiada por muitos países, foi um projeto de engenharia política e constitucional e de argumentação e barganha, sendo a negociação em torno dos mecanismos de freios e contrapesos, que guiariam a nova república democrática e federativa, a mais complexa e polêmica.<sup>5</sup>

O terceiro problema é que o federalismo não é um constructo teórico “primitivo” no sentido de primário ou de não-derivado, dada sua dependência de outros constructos teóricos, principalmente o de democracia constitucional e o de democracia descentralizada, o que suscita tanto fluidez como ambigüidades teóricas (Filippov, Ordeshook e Shvetsova, 2004, p. 11).

O quarto problema diz respeito ao caráter instável, mutante e experimental dos arranjos federativos, o que, em princípio, contradiz a lógica da estabilidade das instituições, principalmente das regras constitucionais, e problematiza o teste das formulações teóricas. Seja qual for a linha teórica seguida pelos estudiosos do federalismo, existe consenso sobre seu caráter mutante. Ostrom (1991), por exemplo, afirma que o federalismo democrático corresponde mais a um processo no qual há um fluxo constante de autoridade entre os níveis de

governo, que varia de acordo com as preferências dos cidadãos, mas que é limitado pelos direitos individuais. Eulau (1973) argumenta na mesma direção, afirmando que a prática norteamericana permanece experimental devido às mudanças ocorridas nas relações entre os três níveis de governo a partir do aumento de sua participação na formulação e implementação de políticas sociais.<sup>6</sup> Em outra linha teórica, Bednar (2005) e Bednar, Eskridge Jr. e Ferejohn (2001) argumentam que, apesar das profundas mudanças legais e constitucionais no federalismo de muitos países, inclusive nos Estados Unidos, para atender às demandas de políticas específicas, o federalismo permanece enquanto sistema, mesmo quando existem fortes demandas separatistas como no Canadá. Rupturas do sistema federativo (como, por exemplo, na ex-Iugoslávia) ocorrem, ainda segundo esses autores, quando inexistem razões para se acreditar que os termos da barganha federativa são confiáveis.<sup>7</sup> No entanto, mudanças nas regras federativas, mais do que rupturas do sistema, têm sido apontadas como um dos mais difíceis problemas para se entender e explicar as federações. Daí porque a literatura continua buscando respostas para as condições necessárias à estabilidade do sistema, ao mesmo tempo que tenta explicar sua mutabilidade, incorporando-a à própria natureza do federalismo devido à sua capacidade de adaptar-se às demandas de outros sistemas, como o político e o econômico.

O quinto problema é que os estudiosos do federalismo pouco dialogam entre si, com raras exceções.<sup>8</sup> Cada trabalho sobre o tema representa uma escola de pensamento e um partido teórico e metodológico, o que abre espaço para que cada novo texto sobre federalismo ofereça sua própria definição desse sistema e crie novas características e tipologias adaptáveis aos dados empíricos, mas pouco dialogando com outros achados e teorias anteriormente formuladas.<sup>9</sup>

Apesar dessas dificuldades, o conhecimento teórico sobre o tema é fundamental. Em países como o Brasil, por exemplo, o sistema político – que combina presidencialismo, federalismo e representação proporcional com lista aberta – tem sido apontado por muitos, em especial pelos chamados brasilianistas, como uma combinação explosiva que bloqueia a governabilidade, ou seja, que impossibilita a aprovação da agenda do governo federal (Ames, 2001; Mainwaring, 1999), seja pelo veto, seja pelos altos custos. Alguns desses analistas vão mais além, afirmando que tal combinação dificulta a consolidação democrática no Brasil (Ames, 2001; Stepan, 1999). No entanto, tais visões sobre o sistema político brasileiro têm sido questionadas por outros pesquisadores.<sup>10</sup> Apesar da importância do federalismo como campo teórico e empírico, sabemos que, como tão bem chamaram a atenção Campello de Souza (2006) e Almeida (2001), a aplicação das teorias do federalismo ainda é relativamente incipiente no Brasil.

Este artigo trata do federalismo na perspectiva da Ciência Política. Abordarei o tema em três partes. A primeira mapeia as razões apontadas na literatura para a constituição de um Estado federal. A segunda é dedicada às teorias sobre essa forma de divisão territorial de governo e autoridade (ou poder, como diriam alguns) e às diferentes ênfases que cada agrupamento teórico dedica às características-chave e às principais variáveis do sistema federativo. A terceira parte discute alguns conceitos usualmente associados ao federalismo – relações intergovernamentais e descentralização.

Porque o tema, suas teorias e conceitos associados podem ser relativamente complexos, este artigo objetiva contribuir para organizar o pensamento teórico sobre federalismo. Para tanto, mapeio e discuto criticamente as principais teorias sobre federalismo, as distinções entre federalismo e os conceitos de relações intergovernamentais e descentralização, os quais,

embora possam ser associados ao federalismo, com ele não se confundem, e as possibilidades de programas de pesquisa sobre esses temas.<sup>11</sup>

### Por que Federações são Criadas?

Podemos começar perguntando por que 25 dos 193 países hoje existentes optaram por uma forma de divisão territorial de governo que implica a criação de instituições que tornam muito mais complexa a tarefa de governar e que enfrentam o desafio de incorporar populações e regiões heterogêneas em uma única nação, garantindo-lhes autonomia relativa?<sup>12</sup>

De modo geral, dá-se a essa opção três justificativas: a ameaça militar (Riker, 1964), a justificativa econômica, pela possibilidade de fazer circular bens e mercadorias de forma competitiva em vastos espaços territoriais, criando, portanto, um mercado unificado, aliada a uma justificativa econômica mais normativa, de que pólos de decisão descentralizados oferecem mais alternativas aos cidadãos-consumidores. Por último, há uma lista de justificativas políticas, que variam desde o preço pago para que minorias concordem em ceder parte dos poderes coercitivos a um único ente, ou seja, a um governo nacional; para que instituições locais e regionais possam ser mais controladas; para desencorajar a alienação dos indivíduos em relação a um governo mais distante e menos passível de controle, minimizando problemas de informação e *accountability*; para agregar indivíduos e grupos com demandas similares em relação à provisão de serviços, reduzindo insatisfações com as instituições políticas; para minimizar conflitos nas sociedades multiculturais; para gerar eficiência na provisão de bens e serviços pela competição entre diferentes governos; e, dentro de cada instância governativa, pela competição eleitoral entre diferentes elites políticas; para permitir a descentralização do conflito e impedir a dissolução da política nacional quando clivagens regionais emergem; e,

finalmente, para firmar o compromisso de certa autonomia regional diante dos riscos da ação descoordenada.<sup>13</sup>

### Teorias sobre o Federalismo

Há, na literatura, inúmeras definições de federalismo, assim como um leque considerável de características de um sistema federativo e de suas variáveis mais relevantes. A existência de várias linhas teóricas pode ser explicada, em parte, pelo fato de o federalismo, enquanto forma de governo, ter sido adotado antes de uma formulação teórica acabada, ou seja, quando da sua primeira institucionalização formal na Constituição norte-americana, o sistema ainda não tinha um corpo teórico claro e específico. Além disso, diferentemente de outras teorias sobre o mundo político e social, não há, em relação ao federalismo, quaisquer teorias “primitivas”, a partir das quais outras vão sendo criadas como produto do diálogo entre teorias ou testes empíricos.

São mapeadas a seguir as principais linhas teóricas sobre o federalismo. A revisão dessas teorias será acompanhada de alguns comentários críticos. Essas formulações teóricas não aparecem de forma pura. Na verdade, existem influências e combinações diversas. Como não é possível analisar todas as teorias existentes, selecionei as mais influentes ou as mais passíveis de aplicação ao caso brasileiro.

#### *Federalismo como Descentralização das Instituições Políticas e das Atividades Econômicas*

Nessa abordagem, o federalismo é tratado como um sistema em que a distribuição da atividade política e econômica é espacialmente descentralizada no interior de um território nacional. Essa escola guia, por exemplo, a literatura sobre federalismo fiscal e grande parte da literatura que trata o federalismo como um

sistema que permite a competição entre mercados políticos, promovendo, portanto, eficiência política e econômica.<sup>14</sup> Os seguidores dessa linha teórica conferem pouca importância ao desenho constitucional, o que, a meu ver, dificulta a identificação de uma ordem política específica ou muito diferente da que ocorre em Estados unitários; as divisões políticas, os conflitos e as barganhas que envolvem os entes constitutivos da federação são as variáveis mais importantes. O federalismo como descentralização das instituições políticas e das atividades econômicas pode ser subdividido em algumas escolas teóricas.

A contribuição de William Riker faz parte dessa moldura teórica, mais por sua ênfase na descentralização dos partidos políticos e menos pelo que ele chamou de federalismo centralizado. Na verdade, ninguém enfatizou a importância da competição política para o federalismo como Riker. Para ele, o federalismo é um fenômeno político e a questão central da teoria é identificar como as instituições moldam a competição política e criam incentivos para que as elites políticas apóiem ou rejeitem o federalismo. Para Riker (1964, 1975), esses incentivos decorreriam do federalismo centralizado, ou seja, um governo federal forte para implementar a barganha federativa contra os demais membros da federação, e da fragmentação dos partidos políticos, para contrabalançar as tendências da “tirania da maioria”. Sabemos, contudo, que Riker não confiava na corte constitucional como implementadora das regras federativas, fez tábula rasa do desenho institucional, dado que, para ele, as federações não são produto de um desenho coerente, mas de barganha e manipulação, e também fez tábula rasa da importância do federalismo para as políticas públicas. A desconfiança ou a descrença de Riker nas instituições federativas é, de certa forma, paradoxal, por ser ele considerado o maior teórico do federalismo.<sup>15</sup>

Uma variante dessa teoria incorpora a questão eleitoral ao definir o Estado federal como

aquele em que a estrutura governamental possui múltiplas camadas e, em cada uma dessas camadas, os formuladores de políticas – governadores, presidentes, primeiros-ministros, parlamentares, juízes – são diretamente eleitos por aqueles a quem eles servem, ou seja, por diferentes *constituencies*. No caso dos juízes, estes seriam nomeados pelos que são diretamente eleitos (Filippov, Ordeshook e Shvetsova, 2004).

A literatura sobre federalismo fiscal, que também influenciou teorias mais recentes como a nova economia institucional e a escolha racional, vê o federalismo como mecanismo descentralizador capaz de promover a competição entre governos para criar ou preservar as vantagens de uma economia de mercado. Argumenta-se que a questão central do federalismo é limitar o exercício arbitrário da autoridade em todos os níveis de governo, o que, segundo a teoria, promoveria eficiência econômica e preservaria as instituições do mercado (Ferejohn e Weingast, 1997).

Essa linha tem produzido vasta literatura (e construído várias tipologias), e muitos teóricos da escolha racional, por exemplo, incorporaram o federalismo como variável explicativa sobre as diferenças entre as federações no que se refere ao seu desempenho macroeconômico. Essa é a base, por exemplo, da teoria do *market-preserving federalism* (Qian e Weingast, 1997; Weingast, 1995; Montinola, Qian e Weingast, 1995). Nessa linha, se o país é formalmente federal ou uma federação *de fato*, como a China é classificada nessa literatura, não tem nenhuma relevância, como também parece não ter importância se o regime é ou não democrático. A principal crítica dessa teoria recai no próprio argumento da eficiência, ou seja, a competição entre governos pode gerar ineficiência e forçar os entes subnacionais a uma “corrida ao fundo do poço” (*race to the bottom*), gerando baixos níveis de taxaço e má qualidade dos serviços.

Embora também influenciados pela teoria do federalismo fiscal, Bednar, Eskridge Jr. e Ferejohn (2001) e Bednar (2005) trouxeram para a literatura uma preocupação não refletida nessa teoria, que é a possibilidade dos entes constitutivos burlarem o arranjo federativo. Para esses autores, o federalismo é uma divisão de autoridade soberana entre níveis de governo que torna estável e crível as estruturas de governo descentralizadas. Nessa linha, a pergunta de um programa de pesquisa é se os arranjos federativos de fato insulam as decisões governamentais em todos os níveis de governo, ao mesmo tempo que mantém estável e crível a estrutura política descentralizada. A questão central dessa conceituação é que o federalismo será durável e crível se as forças nacionais e as subnacionais são limitadas nas tentativas de infringirem as regras federativas. Ou seja, todos têm boas razões para acreditarem que os termos da barganha federativa são confiáveis. Isso porque ambas (ou as três) jurisdições têm, constantemente, a tentação de burlar a barganha federativa para aumentar seu poder relativo. Daí ser necessária, de acordo com essa teoria, a combinação dos seguintes elementos para que nenhum dos entes constitutivos possa burlar o arranjo federativo: um sistema de separação formal de poderes; alguns requisitos para a aprovação de legislação, tais como votação bicameral e veto presidencial; um sistema eleitoral que limite a coligação de partidos políticos; e uma corte constitucional independente. Os primeiros elementos constituem o que é chamado de federalismo estrutural e o último de federalismo judicial. Nessa moldura teórica, o federalismo estrutural reduz o oportunismo e o judicial remedeia as conseqüências de ações que contrariem os termos da barganha federativa. Essa abordagem teórica enfatiza a importância de instituições políticas fragmentadas e descentralizadas, embora, diferentemente das teorias acima, valorize as regras formais e as instituições políticas, principalmente o Judiciário.

Além do mais, essa linha aponta saídas para a investigação de um dos maiores problemas do federalismo em todos os países, que é a sua aplicação prática (*enforcement*).

Com a autoridade dos que defendem o caráter descentralizado das instituições políticas nas federações, Bednar, Eskridge Jr. e Ferejohn (2001, p. 228) fazem um alerta fundamental sobre a diferença entre federalismo e descentralização, tema que será adiante mais explorado:

A theory of federalism, as opposed to a theory of decentralization, must explain how subnational institutions can actually be provided with decision-making powers in certain domains. Without such an account, federalism is just another word for decentralization. If we are to take seriously the distinction between federalist and decentralized non-federalist regimes, we need to find a place in the theory for the allocation of powers.<sup>16</sup>

#### *Federalismo como Pacto*

A escola do federalismo como aliança ou pacto tem um constitucionalista, Wheare (1953), e depois um cientista político, Elazar (1984; 1987; 1991; 1994), como seus principais formuladores. Conta também com seguidores como Duchacek (1987) e Kincaid (1995). O federalismo é definido por meio da conhecida síntese de Elazar (1991): “regras próprias e regras partilhadas” (*self-rule and shared rule*), ou seja, a combinação, via pacto ou aliança, do princípio da unidade com o princípio da autonomia interna. Essa escola teórica também advoga a descentralização (ou a não-centralização, nos termos propostos por Elazar), mas a descentralização é mais restrita às esferas de governo e não a outros elementos ou variáveis ressaltados pela escola analisada acima.

O federalismo, nessa perspectiva, não decorre de um contrato entre decisores individuais, como nos Estados unitários, mas entre

governos soberanos. Se essa conceituação traz enormes contribuições e captura um dos elementos importantes do sistema federativo, qual seja, regras partilhadas entre os governos constitutivos que convivem com regras próprias de cada nível de governo; por outro lado, ao enfatizar as interações entre entidades coletivas abstratas, ou seja, os estados, seja o nacional ou as esferas subnacionais, obscurece as divisões políticas e os conflitos no interior dessas entidades. Ainda por tomar entidades coletivas como unidades de análise, essa teoria tende a focalizar mais os interesses das populações locais, suas condições sociais, étnicas e econômicas, e menos os interesses dos indivíduos que decidem, tal como faz Riker (1964). Por fim, ao tratar a opção complexa do federalismo como um pacto e não como uma barganha em constante evolução, nesse sentido distanciando-se da escola analisada acima, essa linha teórica encobre o caráter altamente conflituoso e instável que marca esse sistema de divisão territorial de autoridade e de governo e apresenta o federalismo como uma situação de equilíbrio entre forças opostas – união *versus* autonomia, centralização *versus* descentralização e regra da maioria para preservar a unidade *versus* direitos das minorias para preservar a diversidade.

#### *Federalismo e Democracia*

Para muitos, o federalismo é associado à democracia, sobretudo à democracia constitucional, uma vez que, segundo essa visão, só nesse regime é possível haver garantias confiáveis e mecanismos institucionais que possam assegurar que as prerrogativas legislativas das unidades da federação serão respeitadas (Lane e Ersson, 2003; Ostrom, 1974, 1984, 1991; Stepan, 1999). Dahl (1986), por exemplo, define federalismo como um sistema em que algumas matérias são de exclusiva competência de determinadas unidades locais – cantões, estados, províncias – e estão constitucionalmente

além do âmbito da autoridade da União, enquanto outras estão fora da esfera de competência de unidades menores. Como consequência, argumenta-se que só os sistemas democráticos têm meios de assegurar que as regras formais, inclusive as do federalismo, não serão arbitrariamente violadas. Além do mais, países que adotaram o federalismo o fizeram através de um cálculo racional materializado nas suas constituições – no que Riker (1964) diverge –, muitas, inclusive, como as sete constituições brasileiras, resultam de experiências prévias bem ou malsucedidas, uma vez que as instituições não são criadas no vazio.

Dada a interseção entre as regras que regem o federalismo e sua constitucionalização, programas de pesquisa dentro dessa linha teórica requerem “trazer a constituição de volta” (Dearlove *apud* Evans, 2001). Isso porque a teoria constitucional busca respostas para questões políticas fundamentais que afetam os entes constitutivos da federação, tais como: “quem governa, como se governa e quem deveria governar” (Evans, 2001). O reforço dessa postura teórica vem sendo dado nas Ciências Sociais em geral pelas teorias e pesquisas sobre desenho institucional. Na Ciência Política especificamente, teorias sobre desenho institucional buscam respostas principalmente para a questão do equilíbrio e para os dilemas da ação coletiva (Goodin, 1998), ambos cruciais em sistemas federativos.<sup>17</sup>

A postura teórica que interliga federalismo e democracia constitucional também não é isenta de críticas. Em primeiro lugar, se vários programas de pesquisa têm se voltado para o desenho institucional, o que implica propostas e análises sobre a construção constitucional da democracia e do federalismo, por outro lado, muitos programas também concentram esforços na análise de como o federalismo funciona na prática, dado o consenso de que as federações atuam de modo diversificado, instável e mutante e que, no mundo real, princípios e

mandamentos constitucionais não são automaticamente implementáveis.

Em segundo lugar, a associação do federalismo a um determinado regime político – democrático – termina por abrir espaço para a inclusão de outros elementos. Teóricos influentes, tais como Vincent Ostrom (1974, 1984, 1991), incorporam, além da importância da democracia para o federalismo, valores como liberdade, justiça e auto-organização. Para Ostrom (1991),

Federalism is commonly understood as a theory of government that uses power to check power amid opposite and rival interests. But the idea of federalism is rendered trivial when applied only to the coexistence of state and national governments. Rather, federalism offers no less than an enabling basis for the development of self-organizing and self-governing capabilities under conditions of equal liberty and justice.<sup>18</sup>

Outra abordagem que minimiza a importância do federalismo constitucional argumenta a favor do que está sendo chamado de federalismo “por permissão” (*statutory federalism*), ou seja, o federalismo derivado de um corpo de princípios e regras, que produziria flexibilização dos papéis dos entes federativos dentro dos programas governamentais, com o objetivo de, inclusive, dar conta do caráter mutável das federações (Ferejohn e Weingast, 1997).<sup>19</sup> Isso significa que aos estados seria concedida maior liberdade de ação e autonomia decorrentes não de mandamentos legais específicos ou de decisões judiciais, mas de sua inserção nos programas federais. Essa abordagem não assume, *a priori*, que programas serão comandados por qualquer nível de governo por força de requisitos constitucionais, mas a alocação de competências seria flexível, adaptando-se às mudanças técnicas, demográficas e às características dos programas governamentais, evitando, assim, questionamentos constitucionais. A defesa que Ferejohn e Weingast (1997) fazem do federa-

lismo “por permissão” baseia-se na possibilidade de evitar embates entre o Legislativo e o Judiciário, uma vez que, nessa abordagem, não se questiona se um determinado programa deve ser comandado por este ou aquele nível de governo por razões constitucionais, mas sim de acordo com suas características, permitindo mudanças de um nível para outro sem a necessidade de reformas legais, que envolvam o Legislativo, ou questionamentos constitucionais, que envolvam o Judiciário. A perspectiva desses autores coloca em destaque, portanto, as possibilidades de conflito entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, quando a maioria das teorias volta-se mais para as relações entre os diferentes Executivos ou entre os Executivos e seus respectivos Legislativos.

Outra grande crítica ao federalismo constitucional decorre do alerta de Riker (1975): para se entender o funcionamento dos sistemas federativos não é necessário compreender a estrutura constitucional, mas sim as forças reais do sistema político, os sistemas de partidos nacionais, as práticas políticas e as estruturas do poder econômico. Embora concordando com Riker que a estrutura constitucional não prediz, por si só, o impacto causal das instituições federativas ou a dinâmica política interna das federações, a estrutura constitucional pode ajudar que se compreenda melhor as regras da barganha federativa.

Muitos estudiosos do federalismo concordam com a visão de Riker de que a estrutura constitucional sozinha não é suficiente para prever o impacto das instituições federativas ou para explicar a dinâmica política interna das federações. Pelo federalismo estar sempre inserido (*embedded*) em um sistema político mais amplo, muitos programas de pesquisa buscam identificar as características e os efeitos que são claramente atribuídos às instituições federais e os que são atribuídos ao sistema político, ou seja, se o regime é democrático ou autoritário, as características do sistema de partidos, as regras

eleitorais, a política fiscal e a economia política (Gibson, 2004).<sup>20</sup> Trabalhos nessa perspectiva tratam o federalismo tanto como variável dependente como independente. No entanto, essa abordagem também não está isenta de riscos, uma vez que, assim como acontece com as teorias neo-institucionalistas em geral, a relação entre instituições como sistemas de regras e os resultados políticos, sociais e econômicos não é tarefa fácil e depende da construção de modelos que incorporem a causalidade.<sup>21</sup>

Por último, algumas variantes dessa formulação teórica relacionam ontologicamente federalismo e democracia, quando, a meu ver, essa relação se estabelece via mecanismos institucionais.

#### *Federações e Federalismos*

Por fim, apresento uma contribuição que busca distinguir conceitualmente *federalismo* de *federação*. O federalismo é concebido como conceito de valor – o valor da diversidade –, e é esse valor que dá base às federações. Essa abordagem, inicialmente formulada por King (1982), a quem é creditada a primeira tentativa de distinguir conceitualmente federalismo de federação, foi aprofundada por Burgess (1993a, 1993b) e Burgess e Gagnon (1993). Argumentam os seguidores dessa escola que a lógica das federações é o federalismo, que é a percepção ideológica do que deve acontecer após a federalização. Para eles, e para a quase unanimidade dos teóricos do federalismo, uma federação é um arranjo institucional que se distingue dos demais porque o governo nacional incorpora unidades regionais – a diversidade – nos procedimentos decisórios, por força de mandamentos constitucionais. No entanto, federalismo e federação não são a única nem a melhor opção quando há diversidade, mas o que dá sentido à opção federativa é quando a diversidade adquire visibilidade política, podendo transformar-se em conflito.

A federação é uma forma organizacional específica, que inclui estruturas, instituições e

técnicas que pretendem dar conta de uma realidade tangível. Já o federalismo é a ideologia política no sentido de ser um meio (e não um fim em si mesmo), através do qual interesses são conscientemente defendidos e persistentemente perseguidos.

Mais do que uma distinção semântica, a necessidade de distinguir federação de federalismo é importante devido à existência de grande variedade na prática dos princípios federativos em cada federação, e da existência de princípios federativos em contextos em que o sistema federativo não é formalmente adotado. A União Européia é o exemplo mais claro, ou seja, princípios federativos existem sem a existência da federação. Nesse sentido, pode haver federalismo sem federação, mas o contrário não seria possível do ponto de vista da organização de um Estado. De acordo com Burgess (1993a, p. 12), várias análises e discursos políticos rotulam de federalismo questões que são relativas às federações.

A noção de federalismo como valor implica o reconhecimento de que valores variam não apenas em relação aos seus princípios, mas também de acordo com cada circunstância histórica, com a dinâmica da economia política, dos partidos e da cultura política. A teoria enfatiza, sobretudo, a importância do entendimento da economia política de um Estado federal, ou seja, os interesses dos atores políticos e econômicos. Isso aproxima essa abordagem, embora apenas parcialmente, da de Riker (1964) e de Gibson (2004) e a distancia da escola do federalismo como pacto. É importante destacar que, de acordo com essa teoria, as variáveis acima listadas sobrepõem-se a outras manifestações territoriais do federalismo, tais como a divisão de poderes dentro do Legislativo e entre níveis de governo, o papel do Judiciário, a alocação de recursos fiscais e de competências e as garantias constitucionais dos entes que compõem a federação.

Tais variáveis, segundo essa perspectiva teórica, fazem com que se entenda melhor que interesses, valores e negociações prevalecem

quando ocorrem mudanças nas federações. A importância de se incorporar a abordagem da ideologia política deve-se ao fato de que mudanças e práticas diversas dentro de cada federação têm-se constituído em um dos aspectos mais difíceis para explicar e compreender o funcionamento dos sistemas políticos federativos, para além de seus aspectos meramente formais e legais. Mudanças ocorrem quando novos grupos e interesses vocalizam novas demandas, construindo uma agenda reformista. Esses interesses passarão a influenciar o federalismo – os valores –, o qual, por sua vez, promoverão mudanças na federação. Em síntese, as federações são diferentes e passíveis de mudanças porque os interesses que as compõem (o federalismo) também são diferentes e mutantes.

Vale ressaltar que o entendimento do federalismo como ideologia política não significa a inclusão de princípios normativos, tais como liberdade ou democracia, mas sim o entendimento de que valores refletem interesses (Burgess, 1993b). Cada federalismo, e também cada federação, incorpora um número variado de atributos econômicos, políticos e socioculturais que se inter-relacionam para produzirem padrões complexos de interesses e identidades. Um programa de pesquisa guiado por esse partido teórico permite pesquisar não só a gênese das federações, mas suas forças impulsionadoras principais, seus *leitmotivos*, ou o tema ou a idéia que, apesar das mudanças ocorridas, são perseguidos desde o momento fundador da federação. É possível também entender melhor o papel que movimentos mais amplos, como os advindos da economia e da política, influenciam as mudanças no federalismo e na federação.<sup>22</sup>

#### *Conclusões sobre as Teorias de Federalismo*

O que se pode extrair de todas essas formulações teóricas?

Do ponto de vista de um programa de pesquisa, cada corpo teórico coloca diferentes

ênfases nas características e nas variáveis explicativas dos sistemas federativos, daí ser fundamental guiar as pesquisas empíricas pelas formulações de uma ou de várias escolas para se verificar como o federalismo atua na prática, seja nos estudos comparados ou nos estudos de caso. Hoje, uma parte dos programas de pesquisa concentra-se também na discussão sobre se o federalismo é ou não uma instituição importante. Diferentemente da resposta óbvia em relação à importância das instituições, dúvidas persistem no que se refere ao federalismo, daí porque a agenda de pesquisa tem focalizado questões como: a influência ou não do federalismo na política, na formulação de políticas públicas, na qualidade de vida dos habitantes de um Estado federal, na performance econômica desses países e no desenho institucional do federalismo, sempre se perguntando que diferenças há nesses processos entre Estados federais e unitários. Em resumo, pesquisas empíricas tentam hoje respostas para a questão teórica acerca da influência das instituições federais sobre a política, a prática democrática e a política pública.

Do ponto de vista mais normativo, algumas teorias tratam o federalismo como um sistema “ideal” *vis-à-vis* os sistemas unitários, sempre que as condições forem as mesmas, enquanto outras o vêem como um mal necessário. Teóricos importantes, como Riker (1964), interpretaram o federalismo em determinado momento histórico como um terrível mal. A última frase do livro clássico de Riker (1964, p. 155) é bombástica: “se nos Estados Unidos alguém desaprova o racismo, também desaprova o federalismo”, expressando sua defesa dos direitos civis, mas também do federalismo centralizado. Ainda do ponto de vista normativo, algumas teorias tratam o federalismo como produtor de eficiência econômica e outras como de eficiência democrática. Por fim, há teorias que vêem o federalismo como uma instituição que estimula a competição, e outras que estimula a cooperação.

Do ponto de vista teórico, se diferentes variáveis são privilegiadas, ou seja, constituições, democracia, pluralismo,<sup>23</sup> partidos políticos, cortes constitucionais, descentralização, fragmentação, credibilidade, economia, interesses etc., o ponto comum é que o federalismo organiza o Estado em dois ou mais níveis de governo, que têm autoridade formal sobre o mesmo espaço territorial e sobre todos os cidadãos. Essa é, a meu ver, uma das principais distinções entre Estados federais e unitários. Exemplificando de forma simples: se o parlamento britânico decidir redesenhar as fronteiras de seus governos locais, ele tem competência legal para fazê-lo, e o faz constantemente; mas, em Estados federais, nenhuma instituição sozinha pode fazê-lo, exceto em situações excepcionais.

Apesar da importância da divisão territorial da autoridade definida constitucionalmente para a teoria do federalismo, ela não é a única referência, e requer complementações importantes. Como vimos acima, cada corrente teórica, embora partilhando pontos comuns, dá peso diferenciado às variáveis analíticas. Daí porque os programas de pesquisa sobre federalismo necessitam fazer escolhas teóricas guiadas por uma ou algumas dessas variáveis. Se muito se avançou no Brasil na pesquisa empírica, talvez já possamos agora formatá-la para, não só analisar a realidade, mas também para testar um ou mais referenciais teóricos. Também acredito que buscar explicar o que o federalismo de cada país tem de permanente, a despeito de sua instabilidade e mutabilidade, é um caminho teórico e empírico promissor. Como já referido, o ponto comum na literatura é que o federalismo distribui territorialmente a autoridade em jurisdições autônomas. No entanto, e embora essa seja a característica mais marcante dos sistemas federais, ela está hoje matizada pela existência de grande interdependência entre os governos.

## Federalismo e Conceitos Associados

É exatamente a grande interdependência entre os governos, que se inicia nas primeiras décadas do século XX, aliada à popularidade da descentralização no final daquele século, que permite fazer a ponte entre federalismo e os conceitos de relações intergovernamentais e descentralização. Esses conceitos, diferentemente das teorias analisadas acima, não são aplicáveis apenas a Estados federais. No entanto, quando analisados em contextos federativos, muitas vezes acabam confundidos com o próprio conceito de federalismo. Isso se explica, a meu ver, por duas razões. A primeira é que os três focalizam preferencialmente os governos, embora o federalismo seja, como já visto, muito mais abrangente do que os outros dois conceitos. O segundo é que os três sistemas são cada vez mais reconhecidos como processos – um *continuum* – e assim passíveis de mutações constantes e não como sistemas fechados.

Se estudos sobre o federalismo nem sempre precisam ser complementados com análises sobre relações intergovernamentais (RIGs) e descentralização, os dois últimos sistemas estão hoje muito interligados. Como mostra Falletti (2005), as pesquisas tendem cada vez mais a analisar o impacto das políticas descentralizadas sobre as RIGs e as mudanças que a descentralização promove nessas relações, inclusive nos estudos comparados.

Análises sobre esses temas – federalismo, relações intergovernamentais e descentralização/centralização – são dificultadas por problemas de definição, e suas fronteiras são, em geral, tênues. Mas o federalismo distingue-se dos dois conceitos pelas seguintes razões. Primeiro, o federalismo extrapola as relações entre as instâncias governamentais pela incorporação de princípios normativos e mandamentos constitucionais sobre essas relações. Além do mais, embora o federalismo seja um sistema de governo, a ele não se restringe, incorporando não

só os demais poderes, como também os sistemas partidário e eleitoral, a economia política etc. Já os processos intergovernamentais combinam tão-somente Executivos de vários níveis e são menos sujeitos a produzirem efeitos legais e jurídicos (Agranoff, 2007). Segundo, apesar de o federalismo estar muitas vezes acompanhado da descentralização e influenciar a forma como as relações intergovernamentais manifestam-se, ele não se confunde com os dois outros conceitos porque Estados unitários podem optar por políticas descentralizadas e possuem sofisticados e complexos sistemas de relações intergovernamentais.

Muitas vezes, a aplicação do referencial específico das RIGs e da descentralização é mais apropriada para determinados objetivos de pesquisa do que o de federalismo. Embora muitos acreditem que o federalismo tenha impacto sobre as políticas públicas, posição que, como sabemos, não conta com o apoio de Riker (1964; 1975), os conceitos de RIGs e de descentralização são muitas vezes mais apropriados do que o de federalismo para analisar as relações que se estabelecem entre níveis de governo, quando da implementação de políticas, e para responder às questões sobre o que os governos fazem e como fazem. Esses conceitos são particularmente úteis em Estados federais por permitirem abordagens menos baseadas nas regras constitucionais e formais e no caráter relativamente hierárquico das federações.<sup>24</sup> Isso porque a divisão de autoridade entre níveis de governo sobre políticas públicas, por exemplo, raramente está inscrita nas constituições, embora haja tendência crescente no sentido da constitucionalização das políticas públicas nas constituições que foram escritas ou reescritas mais recentemente, e não apenas na Constituição brasileira.<sup>25</sup> A divisão de responsabilidades entre níveis de governo emerge gradualmente ao longo do tempo a partir de negociações entre os governos regionais e o central e, só após essas negociações,

essa divisão materializa-se, embora nem sempre, em instrumentos constitucionais ou extraconstitucionais (Congleton, Kyriacou e Bacaria, 2003).

Por fim, a definição de federalismo e suas teorias consideram que a divisão de autoridade ocorre em apenas dois níveis – o federal e o estadual (federalismo dual). Isso faz com que a análise teórica e empírica sobre a situação de espaços territoriais que possuem garantias constitucionais próprias, inclusive tributárias, como é o caso dos municípios no Brasil, África do Sul e Índia e das comunidades belgas, permaneça em uma espécie de limbo teórico dentro das teorias do federalismo.<sup>26</sup> A existência de Estados federais com três esferas de governo, fenômeno que surgiu mais recentemente em países que reescreveram suas constituições, torna ainda mais clara a necessidade do uso dos conceitos de relações intergovernamentais e de descentralização.<sup>27</sup> Isso porque esses conceitos permitem analisar de forma mais acurada as esferas locais e comunitárias dos Estados federais, onde municípios e comunidades são reconhecidos como entes que compõem a federação, mas estão fora do alcance das teorias do federalismo. O uso desses conceitos permite, portanto, analisar os espaços territoriais que operam em relativo deslocamento da jurisdição dos estados da federação e são apropriados, também, para incorporar a tendência, quase universal, de políticas descentralizadas.

### *Relações Intergovernamentais (RIGs)*

A importância das RIGs como área de pesquisa acadêmica é claramente reconhecida pelas associações científicas.<sup>28</sup> Isso pela óbvia razão de que os governos relacionam-se entre si, tanto em Estados federais como em unitários, formando complexas redes de inter-relações. O campo das RIGs é, em geral, categorizado em dois grupos: relações verticais (entre instâncias de diferentes níveis de governo) e horizontais

(entre instâncias do mesmo nível, inclusive entre Estados soberanos).

Não existem grandes conflitos envolvendo o conceito de RIGs. Pesquisas sobre elas focalizam as relações entre diferentes níveis de governo. Na definição de Ostrom (1974), estudos sobre relações intergovernamentais investigam os padrões existentes naqueles programas que envolvem múltiplas estruturas decisórias e arranjos multiorganizacionais. No entanto, distintos ramos das Ciências Sociais disputam como abordar estudos sobre RIGs. Smith (1985) sumariza esse debate afirmando que a abordagem histórico-legal focaliza as mudanças institucionais e procedimentais que alteram a distribuição de poder entre níveis de governo. A abordagem da *community politics* (ou poder local, como alguns a traduzem) resalta a importância dos contextos político e econômico locais nas mudanças nas RIGs. Os estudos organizacionais chamam a atenção para a natureza multidimensional das RIGs.<sup>29</sup>

Existe também outra forma de se analisar as RIGs. Trata-se da visão das RIGs como uma combinação de estruturas e processos que interagem continuamente. Esses padrões de interação ocorrem de forma extra-institucional e extraconstitucional e são legitimados pela prática, podendo ou não se converter posteriormente em legislação ou em decisões administrativas dos Executivos. Aqueles envolvidos nesse processo desenvolvem trocas mútuas, as quais criam, também, novas estruturas e novos processos. Essas relações são orientadas pelas políticas públicas e centradas na solução de problemas decorrentes de sua implementação. A partir dessa abordagem, conflitos entre níveis de governo não são vistos simplesmente como uma disputa entre eles, mas como uma das várias formas possíveis de articulação entre essas esferas e da convivência entre estruturas (esferas governamentais) e processos (formulação e implementação de políticas públicas). A aplicação dessa matriz analítica ao estudo das

RIGs nos Estados federais permite a incorporação do caráter instável das federações no que se refere à distribuição de competências entre níveis de governo.<sup>30</sup> Essa abordagem é particularmente importante para países como o Brasil, que desenvolveram complexos sistemas de relações intergovernamentais para implementar políticas sociais.

Diferentemente do que ocorre aqui, onde pesquisas guiadas pelo conceito de RIGs ainda são raras, há, em outros países, vasta literatura acadêmica sobre o tema.<sup>31</sup> A maioria desses trabalhos reconhece que a identificação das atividades dos diferentes níveis de governo é apenas o ponto de partida desses estudos. Outras abordagens também são incluídas, tais como a dinâmica das RIGs, que compreende análises sobre a difusão e o processo de aprendizado e de transferência de conhecimento e de experiências. Existem também estudos que focalizam o processo de mudanças na estrutura das RIGs, provocadas pela descentralização (transferência de poder), “devolução” (delegação de poder), ou “agencificação”. Essas mudanças são analisadas a partir de diferentes perspectivas, ou seja, maior ou menor hierarquização, constituição de redes, incorporação de instrumentos de mercado ou como evolução das formas de controle tradicionais para formas mais flexíveis de cooperação intergovernamental.<sup>32</sup>

### *Descentralização*

Já sobre a descentralização, o melhor ponto de partida é também começar com uma definição simples. Descentralizar é dispersar ou distribuir poder que estava anteriormente concentrado no centro. Essa definição, no entanto, pode ser aplicada a diferentes instâncias. Enquanto alguns autores enfatizam a desconcentração administrativa, outros vêem a descentralização como uma questão política que envolve uma efetiva transferência de autoridade para setores, parcelas da população ou

espaços territoriais antes excluídos dos processos decisórios. A descentralização assume ainda diferentes formatos, podendo ser funcional, territorial, política, econômica, tributária ou uma combinação de todos esses aspectos.

A descentralização política refere-se à dispersão do poder decisório, ou seja, à efetiva capacidade das instâncias políticas subnacionais e de seus eleitores de tomarem decisões sobre seus governantes, suas políticas públicas e sobre a alocação de recursos tributários. Embora os autores concedam pesos diferenciados às variáveis que compõem a descentralização, a maioria concorda que, quando se trata de descentralização entre níveis de governo, as variáveis mais importantes são a política, a fiscal e a administrativa.<sup>33</sup> A política transfere autoridade para atores subnacionais, sendo materializada, principalmente, quando os ocupantes de cargos no Executivo e Legislativo são eleitos por voto popular. A fiscal implica o aumento dos recursos e da capacidade decisória sobre sua aplicação. A administrativa refere-se ao deslocamento do eixo de responsabilidade pela elaboração e/ou implementação de políticas, sejam elas financiadas ou não por outras esferas.<sup>34</sup>

Assim como a descentralização envolve várias instâncias, seus estudos também enfatizam diferentes aspectos. Em alguns casos, o foco recai sobre a reforma do Estado ou a forma como os governos atuam, uma vez que a descentralização muda o centro de responsabilidade sobre políticas do governo nacional para as esferas subnacionais, ou seja, do governo federal para os estados e municípios, no caso dos Estados federais. Tal abordagem é particularmente adequada nas pesquisas acerca de políticas públicas. Em outros estudos, a ênfase é colocada na mudança de responsabilidades entre governo e setores não-governamentais, ou seja, nos mecanismos e instituições de mercado ou da chamada sociedade civil, que atuam em áreas ou setores antes de exclusiva responsabilidade dos governos, caracterizando o que

vem sendo chamado de governança de múltiplo nível.<sup>35</sup> Em outros casos, a ênfase recai na análise do *mix* de reformas governamentais e estímulos ao mercado, analisando as respostas dadas pelo “mercado social”. Na literatura sobre federalismo fiscal, estudos sobre descentralização analisam suas implicações sobre a performance fiscal e macroeconômica. Na literatura da Ciência Política propriamente dita, estudos sobre descentralização focalizam, principalmente, os incentivos do sistema partidário e/ou do sistema eleitoral que induzem ou não a descentralização.

Se a literatura sobre federalismo e RIGs é abundante, a da descentralização é mais ainda.<sup>36</sup> No entanto, seja qual for o partido analítico ou normativo adotado, pesquisas que investigam a descentralização, as RIGs e o federalismo, em conjunto ou separadamente, concentram-se, hoje, em dois grupos de temas: suas causas e seus efeitos. No entanto, análises sobre causas e efeitos não se restringem, obviamente, aos estudos sobre descentralização, RIGs e federalismo, mas têm ocupado a agenda daqueles que produzem estudos teóricos e empíricos sobre as várias instituições políticas, econômicas e sociais.

## Comentários finais

A título de conclusão, espero ter demonstrado que o federalismo, embora seja um sistema de divisão de autoridade, não se restringe apenas a essa característica. Por isso, é importante mapear as principais teorias e retirar do silêncio alguns referenciais teóricos que podem auxiliar o desenvolvimento das nossas pesquisas.

Espero ter demonstrado também que estudos sobre federalismo são passíveis de vários “olhares” teóricos e do apoio de outros referenciais teóricos e analíticos, que, se reconhecidamente complementares ao federalismo, com ele não se confundem. Os conceitos de RIGs e descentralização podem ser virtuosamente

associados e, quando emoldurados na teoria do federalismo, podem oferecer melhores explicações sobre o que o federalismo brasileiro e o de outros países têm em comum e de específico, como funcionam e por quê, como e para que foram desenhados.

Espero, por fim, estimular alguns alunos a embarcarem nesses temas enfrentando seus desafios e complexidades. Isso porque o federalismo e seus conceitos associados são ferramentas importantes para entendermos melhor nosso complexo e mutante mundo político.

#### Notas

- 1 Por doutrina, entenda-se uma idéia normativa defendida por meio de argumentação prática ou de retórica deliberativa, que funciona como metáfora de casos (Hood e Jackson, 1991).
- 2 Devo a Cícero Araújo, professor do Departamento de Ciência Política da USP, o comentário sobre os sistemas baseados em “ismos”.
- 3 A esse respeito, ver Peterson (2005) e sua instigante análise sobre as disputas entre os “pais fundadores” da nação e da Constituição dos EUA em torno dos interesses econômicos conflitantes das ex-colônias e, posteriormente, entre os partidos Republicano e Democrata quando do crescimento e declínio das políticas sociais norte-americanas.
- 4 Como analisa Almond (1998, pp. 50-61), Madison e Hamilton perseguiram os mesmos objetivos de pensadores políticos como Hobbes, Locke, Montesquieu e Hume, os quais, por sua vez, também seguiram as trilhas abertas pelos filósofos políticos gregos e por Maquiavel e Bodin, ou seja, a questão fundamental das regras, suas formas e variedades, assim como os padrões para julgá-las.
- 5 Há inúmeras descrições e análises sobre a construção da Constituição de 1787, principalmente sobre como foram negociados os conflitos entre estados menores e maiores, como, por exemplo, em Riker (1995) e Elster (1995). Em português, os dilemas enfrentados pelos “pais fundadores” foram analisados por Limongi (1989), entre outros.
- 6 A palavra governo é aqui utilizada como ato ou efeito de governar e não como referência ao sistema ou ao regime político pelo qual um Estado é governado, ou seja, governo presidencialista ou parlamentarista, republicano ou monárquico etc.
- 7 Franck (1968) propõe explicação semelhante para essas rupturas. Para ele, a sobrevivência das federações depende dos laços existentes entre as diversas instituições em torno do ideal político de federação. Esse compromisso ideológico – a ideologia federativa – advém da percepção das elites e das massas de que a federação lhes trará ganhos permanentes.
- 8 Algumas exceções são Stepan (1999) e Filippov, Ordeshook e Shvetsova (2004), que travam excelente diálogo com as premissas teóricas de William Riker. Outra exceção é o debate entre Vicent Ostrom e William Riker acerca da relevância das constituições para o federalismo. As notas desse debate foram publicadas no periódico *Public Choice* 27, de 1976.
- 9 Autores como Peterson (1995) reconhecem os problemas advindos da inexistência de uma teoria integrada sobre o federalismo moderno.

- 10 Sobre a aprovação da agenda do governo federal, ver Figueiredo e Limongi (1999); e sobre a adaptação dos estados à política federal de controle fiscal, ver, entre outros, Souza (2006).
- 11 Este texto não revê a literatura empírica sobre o federalismo brasileiro, tema que professores, pesquisadores e ex-alunos de muitos programas de pós-graduação em Ciência Política têm aportado grandes contribuições. Ademais, um exímio balanço da produção brasileira sobre federalismo foi realizado por Almeida (2001).
- 12 A definição mais usual de federalismo é a seguinte: forma de governo pela qual vários estados se reúnem numa só nação, sem perderem sua autonomia fora dos negócios de interesse comum. A definição de federalismo como forma de governo não se confunde com a classificação dos regimes políticos de governo (presidencialismo ou parlamentarismo, por exemplo), que dizem respeito à chefia do Executivo. O federalismo é um sistema e uma forma de governo porque promove a divisão territorial do governo em dois (União e estados) ou em três níveis (incluindo os municípios). Uso neste texto a expressão sistema ou forma de governo com referência apenas à divisão da organização territorial entre instâncias de governo que detêm autonomia relativa nos seus respectivos territórios (nacional-federal; estadual, municipal) e não como a forma que é exercida a chefia do governo.
- 13 Parte dessas justificativas são também mencionadas por Filippov, Ordeshook e Shvetsona (2004, p. 2).
- 14 A linha que vê o federalismo como provedor de eficiência é tributária das teorias econômicas e fiscais formuladas inicialmente por Tiebout (1956).
- 15 Para uma excelente e atual revisão da contribuição de Riker para a teoria do federalismo, ver Filippov (2005).
- 16 “Uma teoria do federalismo, diferente de uma teoria da descentralização, precisa explicar como as instituições podem exercer poderes de decisão em certas matérias. Sem isso, federalismo é apenas outra palavra para descentralização. Se entendermos que a distinção entre regimes federativos e regimes descentralizados não-federativos deve ser levada a sério, precisamos encontrar um lugar na teoria para a alocação de poderes.”
- 17 Para uma teoria de desenho institucional aplicável especificamente ao federalismo, ver Filippov, Ordeshook e Shvetsova (2004).
- 18 “O federalismo é usualmente compreendido como uma teoria de governo que utiliza o poder como freio entre interesses opostos e rivais. Mas a idéia de federalismo passa a ser trivial se aplicada apenas à coexistência entre governos nacional e estadual. Em vez disso, o federalismo oferece a base para o desenvolvimento de capacidades de auto-organização e de autogoverno em condições de liberdade e justiça.”
- 19 Ferejohn e Weingast (1997) defendem particularmente maior participação dos estados em programas federais e mudanças nessa participação quando as circunstâncias assim exigirem.
- 20 Isso não significa que o federalismo também não influencie essas instituições e políticas. Para uma excelente discussão sobre a influência do federalismo na dinâmica e estabilidade dos partidos políticos, ver Chhibber e Kollman (2004).

- 21 Sobre este ponto, ver Lane e Ersson (2003); e para uma tentativa de aplicar essa abordagem ao federalismo brasileiro, ver Melo (2005) e Souza (2003).
- 22 Essa abordagem teórica foi testada por Souza (1997).
- 23 Federalismo e pluralismo são elementos que, junto com outros, compõem o modelo de democracia consensual de Lijphart (1984). Sobre as disputas federativas nesse tipo de democracia, ver Frogner (1982).
- 24 Não há consenso sobre o componente hierárquico das federações, daí porque alguns autores (Kincaid, 2005, p. 446, por exemplo) preferem a expressão *order of government*, que pode ser traduzida como “esfera de governo”, em lugar de nível de governo.
- 25 Sobre este ponto, ver Kincaid e Tarr (2005).
- 26 Isso não significa, obviamente, que as esferas locais não possam ser analisadas teoricamente. Note-se que a literatura teórica sobre os governos locais é vasta.
- 27 Na maioria dos Estados federais, os municípios e os níveis de governo e de administração infra-estaduais são criados e regulados pelos estados da federação, ou seja, essas esferas são criações dos estados e não do sistema político nacional.
- 28 Como mostra Falletti (2005), muitos autores consideram as RIGs como um “governo secreto” ou como um “quarto nível de governo”, enquanto outros (Wright e Krane, 1999 e Wright, 1978) argüem que o crescimento acadêmico da área tornou o conhecimento sobre as políticas públicas menos opaco.
- 29 A literatura baseada na teoria da escolha racional define as RIGs de forma diferente, ou seja, como a relação entre os formuladores de políticas públicas (em geral, os legisladores) e os implementadores da política (em geral, a burocracia). Para mais detalhes, ver Shepsle e Bonchek (1997, pp. 345-79).
- 30 Sobre a visão das RIGs como uma combinação de estruturas e processos, ver, por exemplo, Anton (1989) e Chapman (1993).
- 31 Alguns trabalhos recentes de cientistas políticos brasileiros incorporam o tema das RIGs, como Abrucio (2005) e Almeida (2005), entre outros.
- 32 Assim como acontece com a literatura sobre descentralização, aquela sobre RIGs é vasta, sendo possível citar apenas alguns trabalhos considerados marcos de estudos subsequentes. Deil Wright é unanimemente reconhecido como o introdutor dos estudos das RIGs na agenda da pesquisa acadêmica (Wright, 1978, 1998; Wright e Krane, 1999). Todos os autores citados neste artigo, na seção “Federalismo como Pacto”, trataram do tema, principalmente Elazar (1962). Vicent Ostrom também é considerado um dos mais importantes acadêmicos da área de RIGs. Wright, Elazar e Ostrom receberam, da *American Political Science Association* (APSA), o prêmio de *Distinguished Scholar* na área de federalismo e relações intergovernamentais. Também trataram do tema autores como Ashford (1988), Sharkansky (1981) e Tarrow, Katzenstein e Graziano (1978). Para uma literatura mais atual, ver inúmeros artigos publicados em *Publius – The Journal of Federalism*, muitos dos quais tratam das interfaces entre RIGs e federalismo.

- 33 Ver Arretche (2000), Falletti (2006) e Souza (1996) para uma visão mais detalhada dessas e de outras variáveis da descentralização.
- 34 Políticas voltadas para a descentralização nem sempre implicam transferência de recursos para seu financiamento. Este tem sido o caso, por exemplo, de várias políticas nos EUA, que foram descentralizadas sem a adição de novos recursos, gerando o que ficou conhecido como *unfunded mandates*.
- 35 O conceito de governança de múltiplo nível refere-se a trocas negociadas entre sistemas de governança em diferentes níveis institucionais, reduzindo ou abolindo comandos hierárquicos e formas de controle tradicionais. A base do conceito está na negociação, e não na submissão, e na mobilização conjunta das esferas pública, privada, nacional e multinacional. Sobre este conceito e suas implicações, ver Pierre e Stoker (2000).
- 36 A popularidade da descentralização e principalmente sua adoção como um dos princípios dos organismos multilaterais para financiamento a países em desenvolvimento, principalmente do Banco Mundial, é creditada a vários trabalhos elaborados por Shabbir Cheema e Dennis A. Rondinelli, como a obra de 1983, *Decentralization and development: policy implementation in developing countries*.

#### Bibliografia

- ABRUCIO, Fernando Luiz (2005), "A coordenação federativa no Brasil: experiência do período FHC e os desafios do governo Lula", *Revista de Sociologia e Política*, 24: 41-68.
- AGRANOFF, Robert (2007), "Intergovernmental policy management: cooperative practices in federal systems", in M. Pagano; R. Leonardi (eds.), *The dynamics of federalism in national and supranational political systems*, Houndmills, Palgrave. pp. 248-84.
- ALMEIDA, M. Hermínia Távares de (2001), "Federalismo, democracia e governo no Brasil: Idéias, hipóteses e evidências". *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 51: 13-34.
- \_\_\_\_\_. (2005), "Recentralizando a federação?", *Revista de Sociologia e Política*, 24: 29-40.
- ALMOND, Gabriel (1998), "Political science: the history of the discipline", in R. E. Goodin; H.-D. Klingemann (eds.), *A new handbook of political science*, Oxford, Oxford University Press. pp. 50-96.
- AMES, Barry (2001), *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- ANTON, T. (1989), *American federalism and public policy*. Philadelphia, Temple University Press.
- ARRETCHÉ, Marta (2000), *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro, Revan; São Paulo, Fapesp.
- ASHFORD, Douglas (1988), "Decentralizing Welfare States: social policies and intergovernmental politics," in B. Dente; F. Kjellberg (eds.), *The dynamics of institutional change: local government reorganization in Western democracies*, London, Sage.

- BEDNAR, Jenna (2005), "Federalism as a public good", *Constitutional Political Economy*, 16: 189-205.
- BEDNAR, Jenna; ESKRIDGE Jr., William N.; FERREJOHN, John (2001), "A political theory of federalism", in J. Ferejohn; J. Rakove; J. Riley (eds.), *Constitutional culture and democratic rule*, New York, Cambridge University Press. pp. 223-70.
- BURGESS, Michael (1993a), "Federalism and federation: a reappraisal", in M. Burgess; A.-G. Gagnon (eds.), *Comparative federalism and federation: competing traditions and future developments*. New York, Harvester Wheatsheaf. pp. 3-13.
- \_\_\_\_\_. (1993b), "Federalism as political ideology: interests, benefits and beneficiaries in federalism and federation", in M. Burgess; A.-G. Gagnon (eds.), *Comparative federalism and federation: competing traditions and future developments*. New York, Harvester Wheatsheaf. pp. 102-12.
- BURGESS, M.; GAGNON, A.-G. (eds.) (1993), *Comparative federalism and federation: competing traditions and future developments*. New York, Harvester Wheatsheaf.
- CAMPELO DE SOUZA, M. do Carmo (2006), "Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964)", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21, 61: 7-40.
- CHAPMAN, R. J. K. (1993), "Structure and process and the federal factor: complexity and entanglement in federations", in M. Burgess; A.-G. Gagnon (eds.), *Comparative federalism and federation: competing traditions and future developments*, New York, Harvester Wheatsheaf. pp. 69-93.
- CHEEMA, Shabbir; RONDINELLI, Dennis (eds.) (1983), *Decentralization and development: policy implementation in developing countries*. Beverly Hills, Sage.
- CHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken (2004), *The formation of national party system: federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton, Princeton University Press.
- CONGLETON, R.; KYRIACOU, A.; BACARIA, J. (2003), "A theory of menu federalism: decentralization by political agreement", *Constitutional Political Economy*, 14: 167-90.
- DAHL, Robert (1986), "Federalism and the democratic process", in *Democracy, identity and equality*, Oslo, Norwegian University Press. pp. 114-26.
- DUCHACEK, Ivo (1987), *Comparative federalism*. Lanham, University Press of America.
- ELAZAR, Daniel (1962), *The American partnership: intergovernmental cooperation in the nineteenth century United States*. Chicago, IL, University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1984), *Self-rule/shared rule: federal solutions to the Middle East conflict*. Lanham, University Press of America.
- \_\_\_\_\_. (1987), *Exploring federalism*. Tuscaloosa, University of Alabama Press.
- \_\_\_\_\_. (1991), *Federal systems of the world: a handbook of federal, confederal, and autonomy arrangements*. Essex, Longman Group.

- \_\_\_\_\_. (1994), "Federalism, intergovernmental relations and the changing modes of the polity", in L. Picard; C. Zariski (eds.), *Subnational politics in the 1980s: organization, reorganization and economic development*, New York, Praeger. pp. 5-20.
- ELAZAR, Daniel; KINCAID, John (eds.) (1994), *The covenant connection: from federal theology to modern federalism*. Lanham, Lexington Books.
- ELSTER, Jon (1995), "Equal or proportional? Arguing and bargaining over the Senate at the federal convention", in, J. Knight; I. Sened (eds.), *Explaining social institutions*, Ann Arbor, The University of Michigan Press. pp. 145-60.
- EULAU, Heinz (1973), "Polarity in representational federalism: a neglected theme of political theory", *Publius – The Journal of Federalism*, 3, 2: 157-72.
- EVANS, Mark (2001), "Studying the new constitutionalism: bringing political science back in", *British Journal of Politics and International Relations*, 3, 3: 413-26.
- FALLETTI, Tullia (2005), "A sequential theory of decentralization: Latin American cases in comparative perspective", *American Political Science Review*, 99, 3: 327-46.
- \_\_\_\_\_. (2006), "Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada", in C. Souza; P. F. Dantas Neto (orgs.), *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*, Rio de Janeiro, Revan. pp. 57-90.
- FEREJOHN, John; WEINGAST, Barry (1997), *The new federalism: can the states be trusted?* Stanford, Hoover Institution Press.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo, Editora FGV e Fapesp.
- FILIPPOV, Mikhail (2005), "Riker and federalism", *Constitutional Political Economy*, 16: 93-111.
- FILIPPOV, M.; ORDESHOOK, P.; E SHVETSOVA, O. (2004), *Designing federalism: a theory of self-sustainable federal institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FRANCK, T. M. (1968), "Why federations fail", in T. M. Franck (ed.), *Why federations fail*, New York, New York University Press. pp. 167-99.
- FROGNIER, A.-P (1982), "Federal and partly federal systems, institutions and conflict management: some Western European examples", in D. Rea (ed.), *Political co-operation in divided societies*, Dublin, Gill e Macmillan Ltd. pp. 187-215.
- GIBSON, Edward L. (ed.) (2004), *Federalism and democracy in Latin America*. Baltimore/ London, The Johns Hopkins University Press.
- GOODIN, Robert E. (ed.) (1998), *The theory of institutional design*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HOOD, Christopher; JACKSON, Michael (1991), *Administrative argument*. Aldershot e Vermont, Dartmouth.
- KINCAID, John (1995), "Values and value tradeoffs in federalism", *Publius – The Journal of Federalism*, 25: 29-44.

- KINCAID, John; TARR, Alan (eds.) (2005), *Constitutional origins, structure, and change in federal countries*. Montreal, McGill-Queen's University Press.
- KING, P. (1982), *Federalism and federation*. London, Croom Helm.
- LANE, Jan-Erik; ERSSON, Svante (2003), *The new institutional politics: performance and outcomes*. London/ New York, Routledge.
- LIJPHART, A. (1984), *Democracies: patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven/ London, Yale University Press.
- LIMONGI, Fernando (1989), "O federalista: remédios republicanos para males republicanos", in F. Weffort (org.), *Os clássicos da política*, São Paulo, Ática. pp. 243-55.
- MAINWARING, Scott (1999), *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- MELO, Marcus A. (2005), O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social, *Dados*, 48, 4: 845-89.
- MONTINOLA, Gabriella; QIAN, Yingyi; WEINGAST, Barry R. (1995), "Federalism, Chinese style: the political basis of economic success in China", *World Politics*, 48, 1: 32-50.
- OSTROM, Vicent (1974), "Can federalism make a difference?". *Publius – The Journal of Federalism*, 3, 3: 197-238.
- \_\_\_\_\_. (1984), *The political theory of compound republic*. Bloomington, Indiana University Press.
- \_\_\_\_\_. (1991), *The meaning of American federalism: constituting a self-governing society*. San Francisco, ICS Press.
- PETERSON, Paul E. (1995), *The price of federalism*. Washington, D.C., The Brookings Institution.
- \_\_\_\_\_. (2005), "The new politics of federalism", *Spectrum*, 78, 2: 5-7.
- PIERRE, Jon; STOKER, Gerry (2000), "Towards multi-level governance", in P. Dunleavy et al. (eds.), *Developments in British politics*, Houndmills/ London, Macmillan.
- QIAN, Yingyi; WEINGAST, Barry R. (1997), "Federalism as a commitment to preserving market incentives", *The Journal of Economic Perspectives*, 11, 4: 83-92.
- RIKER, William H. (1964), *Federalism: origin, operation, significance*. Boston, Little Brown.
- \_\_\_\_\_. (1975), "Federalism", in F. Greenstein; N. W. Polsby (orgs.), *Handbook of Political Science*, Reading, Addison-Wesley, vol. 74, pp. 432-47.
- \_\_\_\_\_. (1995), "The experience of creating institutions: the framing of the United States Constitution", in J. Knight; I. Sened (eds.), *Explaining social institutions*. Ann Arbor, The University of Michigan Press. pp. 121-44.
- SHARKANSKY, Ira (1981), "Intergovernmental Relations," in Paul C. Nystrom; William H. Starbuck (eds.), *Handbook of organizational design*, vol. 1., New York, Oxford University Press. pp. 456-70.
- SHEPSON, Kenneth; BONCHEK, Mark (1997), *Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions*. New York/ London, W.W. Norton.

- SMITH, B. (1985), *Decentralization: the territorial dimension of the state*. London, George Allen & Unwin.
- SOUZA, Celina (1997), *Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization*. Houdmills/ London, Macmillan; New York, St. Martin's Press.
- \_\_\_\_\_. (2003), "Federalismo e conflitos distributivos: Disputa dos estados por recursos orçamentários federais", *Dados*, 46, 2: 345-84.
- \_\_\_\_\_. (2006), "Instituições políticas estaduais em um contexto federativo: coalizões eleitorais e ajuste fiscal", in C. Souza; P. F. Dantas Neto (orgs.), *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*, Rio de Janeiro, Revan. pp. 91-126.
- STEPAN, Alfred (1999), "Para uma análise comparativa do federalismo e da democracia: Federações que restringem ou ampliam o poder do *demos*", *Dados*, 42, 2: 1-37.
- TARROW, S.; KATZENSTEIN, P. J.; GRAZIANO, L. (eds.), *Territorial politics in industrial nations*. New York/ London, Praeger Publishers.
- TIEBOUT, Charles (1956), "A pure theory of local expenditures", *Journal of Political Economy*, 64, 5: 416-24.
- WEINGAST, Barry R. (1995), "The economic role of political institutions: market-preserving federalism and economic development", *Journal of Law, Economics, and Organization*, 11, 1: 1-31.
- WHEARE, K. C. (1953), *Federal government*. London, Oxford University Press.
- WRIGHT, Deil S. (1978), *Understanding intergovernmental relations*. North Scituate, MA: Duxbury Press.
- WRIGHT, Deil S.; KRANE, Dale (1999), "Intergovernmental management," in Jay M. Shafritz (ed.), *International encyclopedia of public policy and administration*. Boulder, CO, Westview.

Artigo recebido em julho/2008

Aprovado em agosto/2008

## Resumo

### *Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados*

O artigo mapeia as principais teorias sobre federalismo e os desafios teóricos e empíricos enfrentados pelos pesquisadores que analisam esse modelo de divisão territorial de governo e autoridade. São analisadas também as diferentes ênfases que cada agrupamento teórico dedica às características-chave e às principais variáveis do sistema federativo. O artigo discute ainda a aplicação dos conceitos de relações intergovernamentais e descentralização em estudos sobre países federais, assim como as possibilidades de programas de pesquisa sobre esses temas.

**Palavras-chave:** Teorias do federalismo; Relações intergovernamentais; Descentralização.

## **Abstract**

### *Federalism: a Review of Theories and Concepts*

The paper analyzes the main theories on federalism and the analytical challenges derived from such a model of territorial division of government and authority. It also discusses how different theories approach the key characteristics and the main variables of federal systems. The concepts of intergovernmental relations and decentralization are added to the discussion of federalism, as well as the possibilities of scholarly research on these topics.

**Keywords:** Theories of federalism; Intergovernmental relations; Decentralization.

## **Résumé**

### *Fédéralisme : théories et concepts revisités*

L'article présente les principales théories sur le fédéralisme et les défis théoriques et empiriques qu'affrontent les chercheurs responsables par l'analyse de ce modèle de partage territorial de gouvernement et d'autorité. Les différents degrés d'importance que chaque groupement théorique dédie aux caractéristiques clés et aux principales variables du système fédératif sont également analysés. L'article aborde aussi l'application des concepts de relations intergouvernementales et de décentralisation dans des études sur les pays fédéraux, ainsi que les possibilités de programmes de recherche sur ces sujets.

**Mots-clés:** Théories du fédéralisme; Relations intergouvernementales; Décentralisations.

## Informalidade: um Debate sobre seus Distintos Usos e Significados

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

### Introdução

Diversos estudos têm sido realizados sobre o setor informal.<sup>1</sup> No entanto, a percepção de especialistas é de que sua conceituação permanece pouco clara, como mostra Filgueiras, Druck e Amaral (2002 p. 164):

[...] o termo informalidade se constitui num dos mais polêmicos da literatura de Economia e Sociologia do Trabalho, comportando, historicamente, desde suas origens, inúmeros significados e distintos usos, a depender da compreensão teórica e dos distintos objetivos específicos de cada autor.

Para fazermos a revisão proposta acerca da literatura relativa ao tema, estabelecemos uma classificação com base no trabalho de Cartaya (1987), associada a um recente marco conceitual: a *neo-informalidade* ou *nova informalidade* (Pérez-Sainz, 1996). Assim, obtemos uma tipologia com cinco distintas frentes interpretativas.

A primeira se baseia no excedente da força de trabalho e remete principalmente aos ensinamentos da Prealc/OIT (Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe, da Organização Internacional do Trabalho). A segunda enfatiza a subordinação da produção informal à produção capitalista, associada ao viés interpretativo da NEO-Prealc. A terceira, denominada neoliberal ou legalista, se refere às teses defendidas por De Soto (1987), que trata da extralegalidade das atividades informais. A quarta é representada por sistematizações de autores, autodenominados neomarxistas ou es-

truturalistas, como Portes, Castells e Benton (1989) e Portes e Schaufler (1993), acerca de novas formas de trabalho que buscam a flexibilização e que se associam à chamada “economia subterrânea”. A quinta e última vertente é representada por autores como Pérez-Sainz (1996), Filgueiras, Druck e Amaral, (2002), Baltar e Dedecca (1997), Broad (2000), Sassen (2000) e Tabak (2000), entre outros, e se distingue das demais por defender a tese de que as transformações após a década de 1980, particularmente nos países em desenvolvimento, têm respondido por uma nova e mais complexa heterogeneidade ocupacional da informalidade, chamada *nova informalidade*.

### O Enfoque do Prealc/OIT: Excedente Estrutural de Mão-de-Obra

Trata-se, segundo Trejos (2002, p. 18), do “enfoque de mayor difusión operativa en la región es el desarrollado por el Prealc”.<sup>2</sup> É a versão latino-americana do marco conceitual apresentado no relatório do Quênia. Suas produções estão representadas, sobretudo, por autores como Tokman (1987a, 1987b, 1995, 1999), Mezzera (1987), Cartaya (1987) e Souza (1980).

O principal marco teórico desta vertente defende que o excedente estrutural da mão-de-obra tem sua origem em fatores de oferta e de demanda. No que concerne à oferta, o elevado crescimento demográfico seria responsável por um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, num contexto de

urbanização acelerada e modernização. Por outro lado, no que diz respeito à demanda, a industrialização por meio da substituição de importações, seria responsável: (a) pelo alto nível de concentração econômica (estruturas oligopólicas); (b) pela adoção de técnicas intensivas em capital (incapaz de absorver satisfatoriamente a crescente força de trabalho); e (c) pela criação de uma estrutura produtiva heterogênea.

De outro modo, o setor informal é, para esta primeira vertente interpretativa: (a) uma forma de desemprego para aqueles que não puderam conquistar empregos no setor formal; (b) estratégias de auto-emprego ou atividades econômicas de natureza tradicional; e (c) atividades econômicas marcadas pela baixa produtividade. Enfim, tratar-se-ia de um contingente de excluídos no setor moderno, fruto de uma economia dual na tradição dos trabalhos de Lewis (1963, pp. 333-74) e Harris-Todaro (1970). A lógica de funcionamento deste seria, assim, a sobrevivência (Tokman, 1999).

Nessa linha de análise, algumas das principais conseqüências da heterogeneidade da estrutura produtiva do setor informal são: (a) baixa dotação de capital; (b) reduzida relação capital/trabalho; (c) atuação em atividades com reduzidas ou nulas barreiras de entrada em termos de qualificação, destreza, capital e organização; (d) unidades produtivas de tipo familiar, com participação direta do proprietário; (e) escala de produção pequena (tanto em volume, quanto em venda e número de trabalhadores); (f) ampla presença de atividades unipessoais; (g) uso de capital obsoleto ou simples com débil divisão do trabalho; (h) inserção em mercados competitivos ou não-regulados, com precário acesso aos mecanismos de apoio do Estado; (i) baixa produtividade; e (j) reduzida capacidade de acumulação.<sup>3</sup>

No que concerne à *heterogeneidade* do setor informal, esta não deixa de ser também apontada nos trabalhos do Prealc. Para Tokman (1987b, p. 98),

[...] é obvio que as franjas dos mercados oligopolizados não apresentam iguais oportunidades de acesso e nem os membros do excedente de mão-de-obra possuem as mesmas dotações de capital. Sendo assim, geram-se desigualdades dentro do setor informal que definem seu caráter heterogêneo.

De acordo com Pamplona (2000), o conceito Prealc do setor informal surge, pelo menos aparentemente, operacionalizado em Souza (1981, pp. 57-82).<sup>4</sup> Nele, o autor buscou aprimorar a definição de informal, o que representou um dos marcos na literatura brasileira sobre o assunto e nas interpretações que se desdobraram a partir das análises iniciais do Prealc. Neste trabalho, o informal é definido a partir da sua organização da produção, da relação do trabalhador com seus meios de produção, como um conjunto de “organizações não tipicamente capitalista”.

Assim, segundo Souza (1981, p. 51):

Em primeiro lugar, podemos classificar nesse grupo as empresas onde o trabalho assalariado permanentemente não existe; trata-se dos trabalhadores autônomos que contam, ou não, com ajuda familiar. Em segundo lugar, temos as pequenas empresas onde, existindo o trabalho assalariado permanente, o proprietário dos meios de produção não está totalmente desvinculado das tarefas diretamente produtivas.

Souza (1981) constrói, a partir desta definição de “pequena produção urbana” ou setor informal, uma “tipologia das organizações não-capitalistas” para países atrasados, em especial, os latino-americanos.

A tipologia elaborada pelo autor é composta pelos seguintes grupos: (1) *formas de organizações mercantis simples sem assalariamento permanente*. Este grupo inclui as “empresas familiares” (compostas por pequenas “empresas” ou trabalhadores autônomos – excluídos os profis-

sionais liberais, concentrados fundamentalmente no pequeno comércio, na pequena indústria – padarias, confecções, serralharias etc. – nas oficinas mecânicas etc.); (2) os “*trabalhadores por conta própria subordinados*” (são autônomos, mas prestam serviço a uma única empresa ou capital, como, por exemplo, costureiras que trabalham no domicílio para determinada fábrica ou vendedores ambulantes de produtos de uma determinada empresa – caso dos sorveteiros); (3) os “*pequenos vendedores de serviços*”. O grupo formado por autônomos que não dispõe de bons equipamentos, não possui reserva de mercado e não está submetido a um só capital é composto pelos biscateiros, vendedores ambulantes, engraxates etc. Sobre os últimos, Cacciari (1991, p. 127) explica que:

Não são empresas plenamente capitalistas porque seus proprietários estão envolvidos diretamente no processo produtivo e a taxa de lucro não é a variável chave de seu funcionamento e sim o rendimento total do seu dono. O rendimento total dos proprietários é a prioridade, o que muitas vezes significa impossibilidade de remunerar os assalariados conforme a legislação vigente.

Soma-se à tipologia um quarto grupo, os dos “*serviços domésticos*”. Nesta classificação, este é um caso especial, já que, formalmente, se está diante de assalariamento, mas a subordinação não é a um capital e sim a uma família – unidade não-econômica.

Essa tipologia demonstra uma grande heterogeneidade das situações dentro da ocupação “não tipicamente capitalista”, principalmente “quanto ao grau de facilidade de entrada e, por conseguinte, quanto à renda obtida”. De acordo com Souza (1981):

As “empresas familiares” e as “quase empresas capitalistas” dispõem de equipamentos e instalações, são mais eficientes e produtivas, e possuem acesso a mercados mais

protegidos da competição, o que proporciona renda média mais elevada (inclusive maior que assalariados do setor informal em ocupações afins) e estável. As outras categorias – pequenos vendedores de serviços, trabalhadores por conta própria subordinados e dos serviços domésticos –, por sinal a maior parte do setor informal, estão em atividades onde há facilidade de entrada, a renda média tende a ser baixa (inclusive mais baixa que a média dos salários das ocupações afins) e há instabilidade.

### O Enfoque do NEO-Prealc: Subordinação da Produção Informal à Produção Capitalista

Outra reflexão importante desenvolvida pela vertente interpretativa da NEO-Prealc diz respeito à subordinação<sup>5</sup> das formas não tipicamente capitalistas (setor informal) ao núcleo capitalista (setor formal). Gerry (1978, p. 1.150) sintetiza a interdependência entre os setores formal e informal e a posição subordinada deste último ao primeiro:

Os pequenos produtores têm vínculos com a grande indústria e comércio – muito mais no contexto de compras do que de vendas – bem como com diversas instituições do Estado. O mundo do pequeno produtor e do trabalhador ocasional interpenetra aquele das corporações multinacionais, de grande comércio, dos bancos e das agências internacionais. No entanto, como em todas as relações caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação, não existe igualdade na extensão e natureza desta interpenetração. Cada pólo da relação se beneficia e depende do outro, mas de maneira diversa. A dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista.

Reforçando esta linha da abordagem, a da subordinação, Souza (1981, p. 59) esclarece:

Estas formas não capitalistas não são fruto da ausência de capitalismo, como imaginava

o dualismo, mas fruto de sua presença. A penetração capitalista nos mercados é inexorável e pode estar ligada ou não a maior eficiência econômica. Mas isto não significa que os espaços da pequena produção tendam a desaparecer com o processo de desenvolvimento capitalista, significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço numa economia em que o capital é dominante [...]. O núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, *cria, destrói e recria* os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista.

Neste enfoque, explica Cacciamali (1983, p. 27), o setor informal, é considerado: (1) “como esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista, logo, à expansão da produção capitalista (em) nível nacional e internacional”; (2) “sua subordinação se dá em vista dos movimentos da dinâmica capitalista fluírem ao toque das grandes firmas e grupos oligopolistas, que em países economicamente atrasados encontram-se vinculados ao capital estrangeiro, em geral, ratificados pelos modelos de desenvolvimentos fomentados pelo Estado”; (3) “a subordinação reporta-se tanto na ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias-primas e equipamentos, na implantação da tecnologia, no acesso ao crédito, nas relações de trocas, nos vínculos mais concretos de subcontratação”.

Uma análise importante ressaltada pela autora, no que concerne a abordagem subordinada, está no fato de que:

Esta conceituação teórica implica visualização do setor informal como forma dinâmica de produção, que não se atém à produção de mercadorias e serviços de má qualidade, não visa atender somente mercadorias de baixa renda e nem a utilização de técnicas tradicionais. É neste sentido que este setor se desenvolve e se moderniza continuamente no seio da produção capitalista. Há introdução de tecnologias nessas atividades

que, às vezes, existem em função de nova tecnologia. Também nesta interpretação, a discussão volta-se para a tendência à involução que determinadas atividades informais, num determinado momento, apresentam, em razão das desvantagens inerentes, quando comparadas ao setor formal e os vínculos de subordinação que lhes emperram a extensão e o crescimento (*idem, ibidem*).

Cacciamali dá continuidade às interpretações de Souza (1981, p. 142), elaborando o que ela chama de abordagem intersticial e subordinada do setor informal. Assim, a produção informal é entendida por Cacciamali (*idem, ibidem*) como

Conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos intersticiais, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial e efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas.

Pamplona (2000) ressalta que: “um outro aspecto importante da análise da autora é a afirmação de que as atividades informais não estariam obrigatoriamente associadas a baixos níveis de renda e a trabalhadores excluídos do setor formal”. Trata-se de uma crítica da autora à definição de informal de Mezzera,<sup>6</sup> um dos principais representantes do enfoque do Prealc. Assim, Cacciamali (1989, p. 28) defende:

As atividades informais estariam mais vinculadas a “estratégias de sobrevivência” e de “ascensão social” de uma parte da população com características específicas; ou seja, por um lado, trabalhadores que não têm qualificação, educação ou hábitos de trabalho apropriados às demandas do setor tipicamente capitalista; por outro lado, trabalhadores que não têm oportunidades ou não querem submeter-se às condições e os salários oferecidos pelo setor formal.

Para encerrar esta primeira parte da revisão da literatura sobre o setor informal, sem com isso pretendermos ter exposto a grande diversidade de matizes interpretativos representados pelo Prealc, lembramos a contribuição de Rakowski (1994, p. 503). O autor enfatiza a natureza heterogênea do informal e identifica três grupos de pessoas participando do informal. O primeiro, aqueles permanentemente pobres (capital técnico e humano inexistente ou praticamente inexistente), que usam o informal como estratégia de sobrevivência; o segundo, aqueles desempregados “conjunturais” (por ajustes conjunturais ou estruturais); e um terceiro grupo menor, formado de empreendedores (donos de micro e pequenas empresas) com potencial para crescer.

### **O Enfoque Marxista: Crítica à Noção Dualista da Marginalidade Urbana**

Outra grande linha de abordagem do setor informal é a de matriz teórica marxista. Trata-se de destacados estudos clássicos de Sociologia e Economia brasileiras. Seus principais nomes são: Kowarick (1977), Singer (1979), Prandi (1977) e Oliveira (1981, 1988).

Algumas características que aproximam este grupo de autores são: (1) crítica à noção dualista da marginalidade urbana; (2) análise do excedente de mão-de-obra como “modalidades produtivas arcaicas”, “novas formas tradicionais na divisão social do trabalho”, “setor autônomo”, categoria dos “por conta própria”, “atividades não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo”; (3) destaque para o caráter funcional do setor informal<sup>7</sup> para o capital.

Nesse sentido, Oliveira (1981) defende que o setor informal é criado pela expansão capitalista, pela industrialização, em lugar de ser “resquício pré-industrial”. Insiste no fato de que o setor informal deve ser visto como um “conjunto não homogêneo” de “atividades não capitalistas” dentro do setor capitalista, que também constituiria a fronteira para a transformação em

novas atividades capitalistas”. O conceito de “informal” formulado por Oliveira é representativo do modo de pensar dos demais autores dessa linha de abordagem.

É importante frisar também que, em Oliveira (1988),<sup>8</sup> o termo informal é criticamente substituído por “flanco aberto”, “largo exército de reserva”, “conjunto de trabalhadores-desempregados”.

Outra contribuição fundamental de Oliveira (pp. 85-95) para o debate reside em sua preocupação quanto à “questão da identidade dos autônomos”, ou seja, a sua definição dentro da estrutura social. Oliveira, baseado em dados empíricos de Prandi (1977), ressalta principalmente, o fato de que:

[...] 1) Os trabalhadores do informal estão colocados no último degrau do amplo proletariado, mas não são operários, pois, embora possuam meios de produção, estes não se mostram no produto, do que decorre que não é de capital que se trata; 2) a “externalidade do modo de produção capitalista” coloca tais trabalhadores numa posição social inferior;<sup>9</sup> 3) o fato dos ditos informais enfrentarem problemas semelhantes àqueles colocados pela literatura clássica no que concerne ao *lumpen-proletariado*.

Prandi (*ibidem*, p. 31), grande expoente da abordagem marxista sobre o setor informal, destaca:

A identificação de seu caráter “subordinado e explorado” mas “secundário” e de certa forma tendendo ao definhamento. Assim, o trabalho autônomo, no nível formal e aparente, nem está subordinado ao capitalista nem às classes assalariadas, mas tem sua exploração determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção, que, por ser predominante, historicamente já colocou em plano secundário o trabalhador incapaz de gerar excedente, mesmo que ainda dele faça uso, na finalidade última de se realizar.

Figura não menos importante deste grupo é Paul Singer. Em trabalho publicado em 1979, o autor analisa o setor informal, designando-o de “setor autônomo”. Nesse sentido, define-o como sendo aquele que é composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado. O autor aponta como componentes predominantes desse setor: (a) explorações camponesas; (b) unidades do comércio de varejo; (c) unidades de prestação de serviço (bares, oficinas, táxis etc.); (d) artesãos e indústrias domésticas (costureiras, padarias etc.); (e) profissionais liberais; (f) *límpen* (prostitutas, mendigos, delinquentes).

Singer estabelece como denominador comum dessas atividades, o “precário nível de produtividade” e o fato de só sobreviverem porque “sub-remuneram os fatores” (fatores de produção), “uma sobrevivência do passado” e que “tende a se reduzir com o desenvolvimento da economia”, que teria, na maior parte dos seus ocupados, uma “população de desempregados disfarçados”. Nesta classificação, o segmento de maior renda e qualificação dentro do setor autônomo seriam os profissionais liberais que tenderiam ao longo do tempo ao assalariamento.

Singer acredita também (análise que fez sentido nos anos 1970 e não faz mais hoje) que as “tendências à concentração vertical, que levam as indústrias a incorporar funções do terciário”, responderiam pela redução tendencial do “setor autônomo”, transformando-o em *locus* de pobreza. Segundo Lino (1992, p. 42), podemos concluir que:

A análise de Singer está entre aquelas que propuseram uma nova abordagem para o tema. O autor não só abre mão de utilizar o termo informal, mas também estuda o papel das atividades econômicas não tipicamente capitalistas, sob a ótica das relações sociais de produção. Neste sentido, “a oposição entre setores arcaicos e modernos da economia é substituída por uma nova visão onde o modo de produção capitalista penetra e subordina outros modos

de produção pré-existentes”. Sob esta perspectiva, o progresso e a miséria seriam decorrentes de um mesmo processo.

Já Kowarick (1977), apesar de suas aproximações com Singer, ao privilegiar as relações sociais de produção e ao reconhecer a existência de atividades econômicas não tipicamente capitalistas, nunca admitiu a existência de outros modos de produção convivendo com o capitalista, mesmo de forma subordinada a este último. Entretanto, Kowarick e Singer convergem ao reconhecerem que uma atividade para ser considerada tipicamente capitalista necessita apresentar todas as características que são próprias do movimento de reprodução do capital, tais como: a propriedade privada dos meios de produção, a não-participação direta do proprietário no processo de produção, o assalariamento da força de trabalho e a produção do excedente econômico, onde uma parcela obrigatoriamente deve ser destinada a acumulação através de sua incorporação como capital novo.

### O Enfoque Neoliberal ou Institucional-legal: Atividades Econômicas Extralegais

De acordo com Trejos (2002, p. 19),

[...] este enfoque es popularizado durante la segunda mitad de los ochenta por el economista peruano Hernando De Soto (1986) a través de su análisis sobre las actividades económicas en torno a la vivienda, el comercio y los transportes en Lima.

Interpretando o caso peruano, esta abordagem coloca em relevo o papel positivo desempenhado pelo informal, desde que operando dentro de uma legalidade de Estado. Nesse sentido, De Soto (1987, p. 276), defende:

Supusimos que si el mundo informal era tan enorme como pensábamos, ese mundo

que trabaja a margen de la legalidad, entonces necesariamente tendría que haber un lugar, un punto de encuentro, con la legalidad. No era posible, por ejemplo, nos decíamos, que un 50 por ciento de la población peruana fuese informal.

O autor coloca em destaque a necessidade de uma economia de mercado como indispensável “ponto de encontro entre o setor informal e formal”. Assim, De Soto (1987, p. 283) afirma:

Nos dimos cuenta que crear una economía de mercado, no solamente era quitar los obstáculos que estaban en el camino del desarrollo, enormes obstáculos, sino que también era una cuestión de poner puentes donde había precipicios, y estos puentes eran buenos derechos de propiedad, buenos contratos, tribunales eficientes, buenas organizaciones empresariales, buen derecho extracontractual.

Ainda, segundo o autor, trata-se de: “Quitar todo lo que es la ley y reglamentos y llegar a una situación de libertad total para que el Perú pueda producir” (p. 279). De Soto estende sua análise aos demais países da América Latina, defendendo que a informalidade converteu um grande número de pessoas em empresários. O que garantiu aos indivíduos o direito de aproveitar oportunidades, de auferir mais eficiência a partir dos recursos disponíveis, incluindo o próprio trabalho.

De Soto argumenta que o Poder Executivo nos países de colonização hispânica sempre fez sombra sobre as clássicas atribuições do Poder Legislativo. Nesse sentido, planta a necessidade do reforço institucional do Poder Legislativo após concluir que:

Os principales interlocutores de los informales; aquellos que al final de cuentas los autorizaban, los ignoraban, o los perseguían. Las leyes y las instituciones legales afectan a los empresarios pobres en forma distinta a nosotros. [...] Suponemos que el resto de los lati-

noamericanos también, no se trataba de que hicieran las cosas ilegalmente porque tenían una vocación, sino porque la ley en sí era sumamente costosa para ellos (De Soto, 1987, p. 279).

Assim, fica clara sua defesa em relação à necessidade de mudanças das instituições legais para baratear os custos de produção e alavancar a prosperidade, visando uma economia de mercado moderna com base no empresário difuso.

De acordo com essa abordagem, denominada “legalista ou neoliberal”, o excesso da quantidade bem como a natureza das formas de regulação do Estado na economia (impostos, taxas, autorizações de funcionamento, regulação de salários, regulação de demissões) tende a estimular o crescimento da ilegalidade. De Soto julga que o setor informal seria uma resposta do mercado à desmedida regulação do Estado e a prova cabal da incapacidade do Estado de controlar a força competitiva do mercado.<sup>10</sup>

Trata-se de uma abordagem interpretativa, segundo muitos críticos, marcada por uma forte debilidade teórica e conceitual, pois De Soto toma a economia subterrânea como um conjunto de atividades econômicas não-registradas, não-declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas. Esse conceito, na forma como é empregado, desconsidera fatores de natureza tecnológica, bem como tamanho de unidades produtivas e interações com os mercados. Tal debilidade teórica é mais detalhadamente colocada pela crítica desenvolvida por Tokman (1987a, p. 529; 1987b, p. 99) quando ele ataca principalmente a noção de informal como economia subterrânea, extralegal ou ilegal. Segundo este autor:

O não-cumprimento das normas é, sem dúvida, resultado de funcionar informalmente e não uma causa. Assim, nem todos que não respeitam as normas podem ser considerados informais. Não seria correto considerar uma grande empresa moderna que não paga

corretamente seus tributos e nem cumpre a legislação trabalhista como unidade produtiva informal. A característica principal da atividade informal é sua incapacidade real de cumprir as normas vigentes, ainda que tivesse vontade de fazê-lo. Ela não geraria excedente suficiente para isso e o cumprimento da legislação colocaria em risco a sua sobrevivência (1987b, p. 99).<sup>11</sup>

No mesmo sentido, Cacciamali (1991, p. 131) afirma que:

A economia informal (diferenciada a partir da “forma de organização da produção”) e a economia subterrânea (diferenciada a partir da “ilegalidade”) representam dois fenômenos diversos e suas denominações devem permanecer separadas. Economia informal é um conjunto de atividades que operam com base no trabalho do proprietário dos meios de produção com a ajuda da família e/ou de alguns auxiliares e economia subterrânea é um conjunto de atividades socialmente aceitas, mas ilegais.

Ao destacar a idéia de que cada indivíduo do setor informal pode se tornar um empresário emergente, principalmente a partir da consolidação progressiva de um modelo de democracia representativa burguesa e de uma economia de livre mercado, De Soto (1987) transfere à “iniciativa privada de origem popular” a responsabilidade de administrar com “relativa eficiência” seus negócios, ainda que em condições adversas, criadas, sobretudo, pela regulação estatal.<sup>12</sup> Enfim, o enfoque legalista ou neoliberal argumenta contra a intervenção estatal na economia e vê no informal a chave para a democracia e a prosperidade geral. Trata-se de uma interpretação do informal muito influente entre Organizações Não-governamentais (ONGs), em particular naquelas mais afinadas com o neoliberalismo econômico.

Para sermos mais precisos, podemos afirmar que há duas tendências, nem sempre

distintas, da abordagem liberal ou legalista sobre o informal. A primeira é a visão positiva e antiestatal de De Soto (1987) sobre a informalidade, visão esta representativa de um subgrupo da abordagem neoliberal, caracterizado por uma coloração política mais conservadora. Característica esta que salta aos olhos quando o autor defende a informalidade como alternativa para promover o desenvolvimento socioeconômico.

Nesta mesma linha, podemos lembrar a posição de Yamada (1996). Para ele, o setor informal urbano, especialmente o auto-emprego informal, é uma espécie de “berçário” que vai permitir o treinamento e a seleção de “futuros empreendedores de grande escala”. Outro autor representativo desse subgrupo é Coutrot (1991, p. 170), que vê na informalidade:

[...] um novo padrão de relações sociais, oriundo das peculiaridades de cada comunidade histórica, nacional ou regional, e mais respeitosa das tradições e das culturas locais do que o fordismo imposto de fora. Segundo essa abordagem, o fim do fordismo e da produção em massa representaria a revanche do indivíduo, do consumidor, das microcomunidades, sobre as instituições alienantes, o Estado burocrático, as multinacionais ou os sindicatos.

A segunda tendência é aquela representada por um subgrupo com coloração política mais progressista e com visão de esquerda “mais autogestionária”, “mais anarquista”, explica Pamplona (2000). Aqui o crescimento da informalidade tende a ser visto como uma resposta da sociedade a um mercado excludente diante de um Estado autoritário, burocrático e incapaz. Pamplona lembra, ainda, que o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase, 1997, p. 13), ao pesquisar empreendedores e empreendimentos informais no Rio de Janeiro, argumenta claramente em defesa de uma visão de informal que:

Recobre uma ampla e heterogênea gama de atividades; dentre estas, destacam-se iniciativas que devem ser compreendidas como práticas econômicas legítimas, desenvolvidas pela população – apesar e independente do Estado – como afirmação cidadã do direito à vida e ao trabalho. Estes empreendimentos devem ser compreendidos em sua dupla dimensão: 1. como estratégia de sobrevivência para setores da população excluídos do mercado formal de trabalho; 2. como experiências criativas e inovadoras, laboratório para novas formas de geração de trabalho e renda, berço de lideranças e empreendedores.

Trata-se de um subgrupo que tem muitos representantes entre ONGs ligadas aos movimentos sociais e ao trabalho pastoral das igrejas, tendo crescido de forma mais intensa nos países em desenvolvimento a partir da década de 1980. Sua atuação é também fortemente caracterizada pelo desenvolvimento de programas de estímulo aos micronegócios (negócios informais). Este segundo subgrupo dos legalistas ou neoliberais defende a promoção de empreendimentos informais como forma de distribuição da renda e base para uma “democracia econômica”.

### **O Enfoque Neomarxista ou Estruturalista: Mercado de Trabalho Não-Regulado ou Economia Subterrânea**

Também autodenominados estruturalistas, autores como Alejandro Portes, Manuel Castells e Bryan Roberts focalizam particularmente a estrutura das relações entre atividades reguladas e não-reguladas pelo Estado.<sup>13</sup> Essas atividades não-reguladas, segundo esse enfoque, perseguem a redução dos custos pela via da exclusão dos direitos e benefícios e sua lógica de funcionamento é a descentralização.

Mas, afinal, o que é a economia informal para esses autores? Podemos dizer que, ao defenderem o fato de que economia informal é uma noção de sentido comum e de fronteiras

muito móveis, que não podem ser captadas por uma definição fruto de um debate prematuro e descolado de realidades históricas diversas e objetivos específicos de cada pesquisa, Castells e Portes (1995, pp. 233-67) tentam determinar o conceito de informal a partir do que ele não é. Assim, afirmam:

La economía informal no es un conjunto de actividades de sobrevivencia desempeñadas por gente desposeída ubicada en las márgenes de la sociedad. [...] La economía informal no es eufemismo de la pobreza<sup>14</sup> (aunque la mayoría de los individuos involucrados en actividades de la economía informal son pobres, particularmente en el tercer mundo). [...] Los procesos económicos informales cortan transversalmente toda la estructura social. [...] existe evidencia sólida de la vinculación sistemática entre los sectores formal e informal. [...] La economía informal no es por tanto una condición individual sino un proceso de generación de ingreso caracterizado por un aspecto central: no está sujeto a la reglamentación de las instituciones de la sociedad (*idem, ibidem*, pp. 234-36).

Tais autores, a partir de pesquisas empíricas diversas e dando mais solidez a este conceito estrutural de informal, afirmam também que “cuanto más institucionaliza una sociedad sus actividades económicas de acuerdo a relaciones de poder colectivamente definidas, más actores individuales intentan escapar de esa lógica institucionalizada” (p. 236). Assim, reforçam a tese segundo a qual: “el sector informal crece, incluso en economías fuertemente institucionalizadas, a expensas de las relaciones de trabajo ya formalizadas” (Tanzi *apud* Tokman, 1987b, p. 102).

Ainda preocupados com uma melhor compreensão e definição do conceito de informal, Castells e Portes (p. 237) se esforçam em distinguir atividades informais de atividades criminais. Para esses autores, “las caracterizadas como ‘criminales’ se especializan en la producción de

bienes y servicios definida socialmente como ilícita”. Ressaltam também a necessidade de contextualizar historicamente o crescimento e o papel contemporâneo desempenhado pela informalidade no capitalismo. Desse modo, nos lembram de que:

[...] la expansión de actividades informales en un contexto ampliamente regulado da un nuevo significado histórico al proceso actual de crecimiento de la economía informal. [...] Pero es precisamente el desarrollo de talleres de ese tipo y de otras actividades no reguladas después de un largo periodo de control institucional o que permite que las viejas formas de producción se conviertan en formas nuevas (*Idem, ibidem*, p. 237).

O trabalho de conceituação também está marcado pela preocupação em tratar aspectos metodológicos do conceito de informal proposto. Assim, os autores chamam-nos a atenção para:

[...] 1) a necessidade de fugir da ilusão estatística – sobretudo para a América Latina – investindo em “una definición alternativa y más apropiada, basada en la fuerza de trabajo excluida de la cobertura de las prestaciones sociales”; 2) o cuidado em trabalhar com base de dados que tomam “trabajos ‘inventados’ em los intersticios de la economía moderna como típico reflejo del empleo de los países más pobres”; 3) uma posição mais crítica em relação a clássica idéia segundo a qual, “entre países del tercer mundo, donde el sector informal es grande y países avanzados, donde casi há desaparecido”; 4) maior esforço visando “superar las limitaciones del enfoque macroeconómico por su baja visibilidad (*Idem, ibidem*, pp. 245-7).<sup>15</sup>

Tal esforço de fundamentação do conceito procura colocar em primeiro plano também a necessidade de não tomar o crescimento do setor informal como mera e homogênea reação ao processo de reestruturação produtiva de base

neoliberal da década dos 1970. Isso seria demasiado genérico. Assim, Castells e Portes (1995) ressaltam a necessidade de combinar a percepção relativa às mudanças estruturais das últimas décadas com: (1) os contextos históricos específicos das lutas sociais<sup>16</sup> dos países, regiões e locais distintamente considerados (pp. 251-4); (2) as relações sistemáticas com a economia formal,<sup>17</sup> já que “el sector informal es um componente integral de las economías nacionales, más que um apéndice marginal a ellas” (p. 255); (3) o fato de que “los trabajadores de la economía informal tienden a poseer características muy específicas que pueden subsumirse en el rótulo general de trabajo degradado”, ressaltam, pois, a necessidade de caracterizar os limites da vulnerabilidade que historicamente são sempre específicos (p. 256); (4) a constatação empírica de que “el sector informal como um todo tiende a desarrollarse bajo los auspicios de la tolerancia del gobierno”.<sup>18</sup>

Ainda na mesma linha do intento de conceituação do informal, Castells e Portes procuram elencar as múltiplas faces e efeitos desse fenômeno: (1) emergência de um modelo descentralizado de organização econômica; (2) a relação entre informalidade e produtividade; (3) as articulações entre informalização e heterogeneidade do trabalho; e (4) a identificação dos limites móveis da informalidade. Partimos para esclarecer brevemente cada um desses itens.

Em primeiro lugar, os autores ressaltam que a informalização contribui para a emergência de um modelo descentralizado de organização econômica (p. 261). Assim, explicam que:

Redes de actividades económicas, redes de firmas y haces coordinados de trabajadores, parecen incluir un modelo emergente de producción y distribución exitosas. [...] hay una tendencia en la economía informal a descansar predominantemente en redes, y su conexión con la economía formal mediante la subcontratación también está basada en redes.

Em segundo lugar (p. 262), tratam da relação entre informalidade e produtividade, argumentando que o melhor efeito conhecido do processo de informalização é a redução substancial dos custos trabalhistas.

Destacam outro efeito contraditório da economia informal sobre a produtividade. Nesse sentido, uma parte importante do setor informal é composta de atividades de serviços, particularmente as relacionadas com serviços de consumo e os de baixa produtividade. Por outro lado, há evidências de que a produtividade do capital pode ser mais alta no setor informal. A razão para isso seria a redução dramática dos custos institucionais diante da estrutura burocrática das organizações em grande escala e a conseqüente concentração da maior parte do capital em inversão diretamente produtiva. Ao baixar o custo da força de trabalho e reduzir as restrições estatais à livre contratação, a economia informal contribui diretamente para a rentabilidade do capital.

Em terceiro lugar, os autores não descuidam de jogar luz sobre as relações entre informalização e heterogeneidade das situações de trabalho. Castells e Portes (pp. 264-5) fazem referência à existência de um proletariado industrial e de serviços que está desaparecendo como a condição social normativa da força de trabalho. Situação reforçada, em termos gerais, pelas características dos trabalhadores que tendem a mergulhar na economia informal: mulheres, imigrantes, minorias étnicas e jovens, bem como alguns agrupamentos sociais que diferem marcadamente dos que se associam com setores estáveis de classe.<sup>19</sup>

Em virtude desse processo, os autores concluem, entre outras coisas, que:

Las clases, viejas y nuevas, pueden llegar a ser definidas más por sus luchas que por su estructura, y los actores colectivos apelarán a sus proyectos y visiones sociales, más que a una posición compartida en el proceso de trabajo. Cuanto más se desarrolle la econo-

mía informal, la economía y la sociedad devienen en mayor medida, en esferas relativamente autónomas de acción social (Castells e Portes, 1995, p. 265).

Em quarto lugar, estes dois principais expoentes da discussão conceitual e metodológica neomarxista sobre o informal procuram trabalhar na identificação dos limites móveis da informalidade. Chamam também a atenção para o fato de que o esforço de conceituação crítica da informalidade, embora conhecendo a não-regulação estatal destas atividades como elemento central do conceito proposto, não pode fazer vistas grossas ao fato de que “los límites de la economía informal variarán sustancialmente en diferentes contextos y circunstancias históricas” (pp. 265-6).

Diante disso, nos perguntamos: será que se manterá a tendência de crescimento da informalidade em oposição ao que as teorias convencionais do desenvolvimento esperavam como padrão considerado secular da absorção formal da mão-de-obra? Os autores assinalam forças poderosas que devem ser consideradas no cenário de crescimento da mão de obra informal. Lembram que, do lado técnico, há muitos processos de produção e distribuição que requerem inversões planejadas para o longo prazo e previsibilidade, que não podem ser deixadas à improvisação de organização *ad hoc* e ao recrutamento laboral ocasional.

Também atentam para obstáculos sociais fundamentais à generalização das relações informais. Citam como exemplo o caso de grupos sociais poderosos como os sindicatos e as burocracias oficiais. Ademais, ressaltam que novas gerações de trabalhadores estão dispostas a se mobilizarem para impor alguma forma de controle sobre a economia. E não deixam de evidenciar o fato de que o Estado mesmo pode ter de intervir contra a lógica corrente do capital carente de restrições. Por fim, esclarecem que as fronteiras móveis da economia informal serão determinadas: (1) pela dinâmica das lutas sociais e (2)

pelas negociações políticas próprias dos conflitos entre capital e trabalho, o que não significa que estão reduzidas a estas. Os autores prosseguem para concluir que:

Aunque el resultado de esta lucha es incierto, resulta claro que un regreso al modelo de producción industrial vertical, centralizado, al estilo de la línea de montaje, es poco probable en el mediano plazo. La crisis estructural de la década de los setenta persuadió a las corporaciones y a las agencias estatales que “negocios como siempre” ya no era una opción viable e que debían buscarse alternativas al modelo normativo vigente. La informalización es una de esas alternativas; otras incluyen la transferencia de plantas a áreas de salarios bajos y la reorganización experimental de la producción dentro de las plantas, dando a los trabajadores más autonomía (Castells e Portes, 1995, p. 266).

Trejos (2002, p. 21) explica que as características da abordagem neomarxista do informal permitiu a ela ultrapassar e separar-se das anteriores, principalmente da abordagem do Prealc e da neoliberal ou legalista. Nesse sentido, o autor assinala que a origem do setor informal está ligada ao excesso estrutural de mão-de-obra (Prealc), ou como De Soto o define, enfatizando suas relações com o Estado.

Entretanto, contrário à proposta do Prealc, explica que o setor não se define como um conjunto de atividades marginais excluídas da economia moderna, mas sim como uma parte integral destas. E, contrário à abordagem legalista-institucional de De Soto, esclarece que a informalidade não pode ser vista como a irrupção das forças verdadeiras do mercado, mas sim como parte do funcionamento normal do capitalismo. Por fim, contrariamente a essas duas perspectivas, afirma que a informalidade não se percebe como um fenômeno limitado às economias periféricas, uma vez que também está presente em economias desenvolvidas.

A partir de Trejos (2002), frisamos também que, para a abordagem neomarxista: (1) a informalidade era muito mais norma do que exceção durante o século XIX e início do XX nas economias industrializadas, marcadas por empresas pequenas e regulações escassas; (2) o excesso de mão-de-obra na América Latina, e seu uso irrestrito combinado com a crescente regulação da mesma (por imitação ou por populismo), têm estimulado empresas pequenas a fugirem das formas de regulação estatais, além de praticarem mais e mais a subcontratação de produtos e serviços de empresas não-reguladas.

Sem deixar de reconhecer a riqueza analítica dos autores neomarxistas com os quais trabalhamos, vale ressaltar, como o fazem Cartaya (1987) e Tokman (1987), a necessidade de não transferirmos “acriticamente” tal enfoque para o contexto latino-americano. É nesse sentido que Tokman (1987, p. 100) esclarece: “En esencia, lo informal se define no sólo por la organización de la producción a nivel (microeconómico), sino también por el contexto estructural en que se presenta”.

### **O Enfoque da Nova Informalidade: uma Nova e mais Complexa Heterogeneidade Ocupacional**

Esta nova abordagem do informal está marcada por um contexto histórico específico, que se caracteriza pela evolução da economia mundial juntamente com as reformas econômicas generalizadas que ocorreram na América Latina, particularmente no decênio dos noventa. A introdução desses elementos transformaram as características do setor informal e, em consequência, a demanda por reelaborações conceituais.

Alguns autores têm contribuído para essa abordagem (aqui lembramos alguns, embora não ignoremos outras contribuições). Em especial, o economista e sociólogo espanhol Juan Pablo Pérez-Sainz (1996, 1999), uma das

principais lideranças no esforço de reconceitualização do tema, agora denominado “neo-informalidade”.

Para ele, as transformações ocorridas no interior da informalidade (nos seus processos de geração, dinâmica e articulação) obrigam-nos a repensar a heterogeneidade do setor. São elas:

[...] 1) os saltos tecnológicos em curso que têm contribuído fortemente para tornar difusa a relação entre tamanho do estabelecimento e tecnologia, relação que se sustentava no modelo fordista baseado nas economias de escala para produção em massa. Assim, manter a assimilação entre produção em pequena escala e informalidade é cada vez mais problemático; 2) a emergência de um setor de bens móveis com técnicas não necessariamente intensivas de capital, mas sim com menores graus de proteção de sua força de trabalho somada à tendência à desregulação nas relações trabalhistas gera dificuldades em manter uma equiparação entre não regulação e informalidade; 3) Este processo, promoveria também a expansão de formas de produção subordinada ou deslocalização produtiva que não persegue só a redução de custos salariais como no passado, mas sim também o aumento da flexibilidade laboral. Esta produção não se remete necessariamente a unidades de escala reduzida de produção, colocando também a necessidade de considerá-la no âmbito informal de unidades produtivas de maior tamanho (Trejos, 2002, p. 22).

Fundamentados em Sassen (2000), Broad (2000) e Tabak (2000), os autores dessa linha reforçam, por conseguinte, o conceito de “nova informalidade” de Pérez-Sainz (1996; 1999) como processo que incorpora novos contingentes de trabalhadores antes no mercado formal e protegido. Juntam-se aos trabalhadores do “velho informal” autônomos de todos os tipos e atividades. Em comum, agora, a falta da perspectiva de inserção na formalidade, antes vista como o futuro desejado. Enfim, muda a

perspectiva, a informalidade deixa de representar algo transitório, para constituir-se em definitivo.<sup>20</sup>

Uma melhor compreensão dos processos que são qualificados nesta abordagem como responsáveis pela denominada “nova informalidade” (em nível internacional, regional e nacional), nos é oferecida por Cacciamali (1999, pp. 2.059-74).

No nível internacional, a autora destaca que o processo de globalização e reestruturação tem resultado em: (1) altas taxas de desemprego nos países centrais e periféricos; (2) aumento da precarização e do desemprego; (3) crescimento das atividades não-regulamentadas/ “economia subterrânea” e do trabalho por conta própria.<sup>21</sup>

No nível regional – da América Latina – ela aponta as seguintes características: (1) diminuição relativa do emprego industrial; (2) maior expansão do terciário; (3) ampliação do informal; (4) ampliação do emprego não-regulamentado; (5) crescimento das taxas de desemprego, atingindo taxas inéditas.

E, no nível nacional – no caso brasileiro –, Cacciamali relata que já no alvorecer dos anos 1980 temos o início do processo de desestruturação do mercado de trabalho, caracterizado pela precarização do emprego, crescimento do trabalho assalariado precário (clandestino, ilegal, não-registrado, por conta própria, sem contribuição previdenciária). Sublinhando que esses movimentos se reproduziram em condições históricas e conjunturais específicas, a autora conclui:

Na década de 1990, constatam-se as maiores taxas de crescimento do desemprego na história do país, uma grande expansão do setor terciário (micro e pequenas empresas). No período 1989-1998, o emprego industrial caiu em 8%; decresceu o emprego com carteira assinada em 12%; aumentou o emprego sem carteira em 7% e os por conta própria em 6%. No período 1989-1995, houve um acréscimo do número de desempregados de 16% em média a cada ano” (Cacciamali, 1999, p. 2.063).

O rápido apanhado dos movimentos que marcaram a relação capital-trabalho nos decênios de 1980 e 1990 nos permite maior entendimento do processo de reconfiguração da “velha informalidade”. Dois outros autores, Dedecca e Baltar (1997, p. 69) engrossam a fileira dessa nova abordagem sobre o setor informal, afirmando que:

Houve uma ampliação da informalidade, como conseqüência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais (capitalistas ou legais) para atividades informais (não tipicamente capitalistas e/ou legais) – dando origem ao que se tem denominado de “nova informalidade” nos países periféricos, tal como a economia subterrânea ou não registrada nos países centrais, decorre do processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos oitenta, nesses últimos, e a partir dos anos noventa nos primeiros.

Eles afirmam que, no Brasil, essa “nova informalidade” – que resulta do processo de reestruturação produtiva – tem se caracterizado por: (1) crescimento do número de autônomos que trabalham para empresas, isto é, uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais; (2) crescimento da entrada de novas pessoas na informalidade, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais; (3) criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como a redefinição de outras anteriormente já existentes – mudanças refletidas na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos diretamente ao público em geral. E acrescentam que:

A “nova informalidade” se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade” que são por eles redefinidas (*Idem, ibidem*).

É a partir dessa análise sobre as principais transformações que têm contribuído para transformar marcadamente o setor informal que Pérez-Sainz (1996; 1999) sugere o conceito de “nova informalidade”. Fundamentado nos principais marcos apresentados de seu trabalho de conceituação, esse autor identifica três tipos de atividades informais para melhor entendimento da *nova heterogeneidade do setor informal*.

A primeira corresponderia às atividades de subsistência, que aglutina as tradicionais atividades desse tipo alimentadas pelos “novos pobres” que surgem dos processos de redução do emprego estatal e do setor formal tradicional afetado pela abertura comercial. A segunda corresponderia às atividades subordinadas ao setor de bens móveis, ou seja, provisão de insumos ou para a subcontratação e reduzidas possibilidades de acumulação pelo tipo de subordinação dominante. O terceiro conjunto de atividades informais diz respeito ao setor dinâmico e com possibilidades de acumulação, isto é, ao conglomerado de microempresas que se situam entre a periferia urbana, onde o contexto sociocultural e o capital social desse entorno comunitário existente é básico em opções de expansão, conforme aborda Trejos (2002, p. 25).

Em recente artigo, Lima e Soares (2002, p. 167) sublinham que uma das grandes contribuições dos autores acima mencionados foi a de problematizar:

A questão da informalidade como processo de casualização do trabalho, através do trabalho *part-time*, temporário, por tarefa, trabalho industrial doméstico, todos em tese, da economia formal, mas nos quais os trabalhadores e suas famílias são forçados a misturar empregos no setor formal e informal, para atender às necessidades da família. Seria o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho.

## Notas

- 1 Trata-se de um conceito que passou a ser usado recentemente. “A Hart (1970) se atribuye haber acuñado el término ‘sector informal urbano’ que popularizó la OIT a partir de su informe sobre Kenia (OIT, 1972) y que el desaparecido Programa Regional del Empleo para América Latina y Caribe de la OIT (Prealc) introdujo en la América Latina en el estudio sobre Paraguay (Prealc, 1973)” (Trejos, 2002, pp. 17-8).
- 2 O Prealc é um programa já extinto da OIT.
- 3 Ver *El trabajo decente y el sector informal en los países del istmo centroamericano* (Trejos, 2002, p. 19).
- 4 Ver também Souza (1980), que traz um resumo dos aspectos mais relevantes da discussão sobre o setor informal, sendo um dos trabalhos mais citados na literatura brasileira sobre o setor informal.
- 5 De acordo com Nunara Chully (1992, p. 213): “A subordinação não é vista aqui como exploração. O setor informal estaria subordinado, mas não necessariamente explorado pela produção capitalista. Há situações nas quais os informais simplesmente ocupam espaços deixados pelo capital, e há situações, como na subcontratação, nas quais o capital efetivamente extrai excedente.
- 6 “la mejor definición conceptual del sector (sector informal urbano) parece ser el conjunto de unidades productivas – incluyendo las que consisten sólo de un trabajador por cuenta propia – que son el refugio económico de quienes, al ser *excluidos* del sector moderno, capital y otros recursos complementarios al trabajo” (Mezzera, 1987, p. 106) (*grifo nosso*).
- 7 Ao garantir sua sobrevivência auto-empregando-se, o excedente de mão-de-obra estaria ao mesmo tempo garantindo a manutenção de um “exército industrial de reserva”, que deprimiria os salários e, ao impedir o desemprego (aberto) em massa, diminuiria os riscos de um conflito social, como uma espécie de “colchão amortecedor” das contradições do capitalismo. As ocupações “não-capitalistas” também forneceriam mercadorias mais baratas que, por sua vez, diminuiriam o custo de reprodução da força de trabalho. As atividades por conta própria poderiam ser realizadas de forma complementar ao assalariamento, de tal sorte que a renda por ela gerada garantisse a sobrevivência do trabalhador e de sua família mesmo que este recebesse um salário suficiente.
- 8 Oliveira acredita que a designação “setor informal” é pouco precisa e reflete a “linguagem asséptica da Organização Internacional do Trabalho”.
- 9 Para o autor, as conseqüências de uma ocupação no informal são as piores possíveis. “As pessoas ocupadas no informal têm rendimentos sempre abaixo daquelas com emprego formal”. “A distribuição de renda é diretamente afetada por essa grave dicotomia no mercado de força de trabalho”. Ressalta também, principalmente nas metrópoles, a falta de identidade social desses trabalhadores e a “ausência de meios institucionais para representar, reivindicar e obter” (Oliveira, 1988, p. 11).

- 10 Rakowski (1994, p. 505) destaca algumas diferenças fundamentais entre os enfoques do Prealc e dos neomarxistas com relação ao neoliberal. Enquanto os primeiros acreditam que a ação estatal pode ajudar a equalizar as diferenças de clivagem entre a composição social e econômica das economias formal e informal; os neoliberais, ou legalistas, argumentam que a clivagem não é estrutural, mas legal, burocrática, feita pelo Estado.
- 11 Tokman cita como exemplo o caso dos mercados “persas” de Santiago do Chile, onde a margem de comercialização é tão estreita que o pagamento do imposto agregado a faria desaparecer.
- 12 Contrariamente ao enfoque neoliberal de De Soto (1987), o enfoque do Prealc e o enfoque neomarxista defendem a necessidade de intervenção do Estado para alcançar o desenvolvimento, a democracia e corrigir os problemas gerados pela informalidade.
- 13 A investigação neomarxista ou estruturalista tem desenvolvido esforços visando refutar as críticas segundo as quais se trataria de mais uma abordagem dualista. Assim, a perspectiva estruturalista tem assinalado que concebe um mercado de trabalho segmentado e, ademais, uma série de inter-relações entre o setor formal e o informal. A vertente neomarxista nega igualmente a existência de um mercado de trabalho dual e sugere a existência de outro com diversos segmentos. Um dos elos seria o setor informal. Ver Carbajal (2006).
- 14 Castells e Portes (1995, p. 237) se preocupam em não confundir *informalidade* com *pobreza*. Demonstram que em muitos países (desenvolvidos ou em desenvolvimento), pesquisas têm detectado no setor informal um forte dinamismo econômico gerador de renda. Afirmam, pois, que a economia informal é uma forma específica de relação de produção, enquanto a pobreza é um atributo ligado ao processo de distribuição.
- 15 Atentam ainda para o fato de que: “las estimaciones económicas varían de manera considerable y plantean serias dudas acerca de su validez. [...] Para superar las limitaciones del enfoque macroeconómico, otros científicos sociales han comenzado a involucrarse en la investigación de terreno de primera mano” (Castells e Portes, 1995, p. 247).
- 16 Entretanto, eles ressaltam que: “la economía informal también evoluciona a lo largo de las fronteras de las luchas sociales, incorporando a quienes son demasiado débiles para defenderse a sí mismos, rechazando a los que resultan demasiado conflictivos y promoviendo a aquéllos con energía y recursos hacia un empresariado subordinado” (Castells e Portes, 1995, p. 256).
- 17 Os autores nos lembram de que “las redes especializadas formadas por las empresas no reguladas liberan a las firmas grandes de las restricciones impuestas por el control social y las formas institucionales. [...] La economía de la mayoría de los países tiende a funcionar en un sistema de dos niveles cuyos límites e interacciones adoptan una geometría variable de acuerdo al ritmo de la inquietud social y de las orientaciones políticas del gobierno. Estos dos niveles de la economía tienen poco que ver con la distinción tradicional entre ‘capital monopolista’ y ‘capital competitivo’, porque las grandes corporaciones también pueden involucrarse en una fiera competencia, y los pequeños negocios actúan a menudo en mercados cautivos, como extensión de las firmas grandes. [...] Este proceso equivale a la formación de redes descentralizadas de producción y distribución que desplazan rápidamente a las jerarquías más rígidas sobre las que reposaban las grandes corporaciones” (Castells e Portes, 1995, p. 255)

- 18 Castells e Portes (1995, p. 257) destacam que “los gobiernos toleran e incluso estimulan las actividades económicas informales como forma de resolver conflictos sociales potenciales o promover el patronazgo político. Ésta es la experiencia de la mayoría de las poblaciones precarias en las ciudades del tercer mundo. [...] La informalización no es un proceso que se desenvuelve siempre fuera de la mirada del Estado; es más bien la expresión de una nueva forma de control, caracterizada por la desvinculación de un gran sector de la clase obrera, a menudo con la aquiescencia del Estado. Para este, la pérdida de control formal sobre esas actividades se compensa en el corto plazo con el potencial de legitimación y de reactivación del crecimiento económico que ofrecen”.
- 19 Assim temos que: “Las comunidades de inmigrantes, por ejemplo, tienden a confinarse en mercados específicos, combinando a menudo funciones residenciales y laborales en un espacio segregado; las trabajadoras no calificadas tienden a desarrollar una cultura laboral particular, distinta de la de los sindicatos dominados por hombres; y con frecuencia, los jóvenes ingresan al mercado de trabajo informal con una ideología de autonomía individual respecto de las instituciones de la generación de su padres” (Castells e Portes, 1995, p. 265).
- 20 Lima e Soares (2002, p. 168) fazem uma inteligente e sugestiva análise a partir dessa discussão bibliográfica ao analisarem uma situação na qual a nova e a velha informalidade se entrelaçam de forma dinâmica e contraditória. Trata-se, segundo eles: “de uma pesquisa conduzida pelos mesmos relativa a um *cluster* do vestuário enclavado no interior de Pernambuco, formado pelas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que, juntas, são responsáveis por 60% da produção do vestuário no estado. Analisam o modo como a informalidade marcou a formação do *cluster* e o modo como suas mudanças decorrem da progressiva integração da economia regional e nacional na chamada globalização. Analisam deste modo: 1) as mudanças que vêm ocorrendo; 2) seus impactos sobre as relações de trabalho; e 3) as especificidades que a ‘velha informalidade’ tem assumido neste novo contexto da globalização, marcado pela incorporação de regiões e países a uma economia internacionalizada e longe de qualquer homogeneização”.
- 21 “No caso dos EUA, os estudos têm constatado um rebaixamento do nível salarial e uma maior desigualdade dos salários, menores taxas de desemprego, porém um crescimento maior do emprego precário (parcial, tempo determinado, não registrado etc.). Na Europa, verificam-se maiores taxas de desemprego e menor desigualdade salarial, mas também cresce o emprego precário”. Ver Cacciamali (1999, pp. 2.059-74).

### Bibliografia

- BALTAR, Paulo Eduardo Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvador (1997), “Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90”. *Estudos Econômicos*, 27 (número especial): 65-84, São Paulo, IPE-USP.
- BROAD, D. “The periodic casualization of work: the informal economy: the informal economy, casual labor, and the longue durée”, in F. Tabak; M. Crichlow, *Informalization. Process and structure*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000. pp. 23-46.
- CACCIAMALI, M. C. (1983), *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. Tese de doutorado. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE-USP).

- \_\_\_\_\_. (1989), “Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal”. *Estudos Econômicos*, 19 (número especial): 25-48, São Paulo, IPE.
- \_\_\_\_\_. (1991), “As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda”, in J. M. CAMARGO; F. GIAMBIAGI (orgs.), *Distribuição de renda no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Globalização e processo de informalidade”, *Anais do Encontro Nacional de Economia – Anpec*, Belém, vol. 3, pp. 2.059-74.
- CARBAJAL, J. Javier Contreras (2006), *Enfoque crítico de las teorías del sector informal urbano en Latinoamérica*. Morella, Michoacán, México, Facultad de Economía “Vasco de Quiroga”. Universidad Michoacana de San Nicholas de Hidalgo. pp. 1-23. Disponível em: <[http://www.economia.umich.mx/publicaciones/EconYSoc/ES13\\_06.htm](http://www.economia.umich.mx/publicaciones/EconYSoc/ES13_06.htm)>. Acesso em: 23 dez. 2006.
- CARTAYA, Vanessa F. (1987), “El confuso mundo del sector informal”. *Nueva Sociedad*, 90: 76-88, jul.-ago.
- CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro (1995), “El mundo debajo: orígenes, dinámica y efectos de la economía informal”, in V. E. Tokman (comp.), *El sector informal en América Latina: dos décadas de análisis*. México-Ciudad del México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, pp. 233-67.
- COUTROT, T. (1991), “Um balanço da Teoria da Dependência”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 29: 156-71, mar.
- DE SOTO, H. (1987), *Economía subterránea: una análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo.
- FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. (2002), “O conceito de informalidade: problema ou solução – um exercício de aplicação empírica dos conceitos”. *Caderno CRH* (Dossiê: trabalho, flexibilidade e precarização, coord. G. Druck), 37: 163-81, jul.-dez., Salvador, BA, UFBA.
- GERRY, C. (1978), “Petty production and capitalist production in Dakar: the crisis of the self-employed”. *World Development*, 6, 9/10: 1147-1160, out.
- HARRIS, J.; TODARO, M. (1970), “Migration, unemployment e development: a two-sector analysis”. *American Economic Review*, 1, 60: 126-42, mar.
- IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (1997), *Informalidade e cidadania: empreendimentos informais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ibase.
- KOWARICK, Lúcio (1977), *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEWIS, M. (1963), “El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo”, in A. N. Agawala; S. Singh (orgs.), *La economía del subdesarrollo*, Madrid, Tecnos.
- LIMA, Jacob C.; SOARES, Maria José B. (2002), “Trabalho flexível e o novo informal”. *Caderno CRH* (Dossiê: trabalho, flexibilidade e precarização, coord. G. Druck), 37: 163-81, jul.-dez., Salvador, BA, UFBA.
- LINO, H. (1992), *Economía informal: una discusión conceitual*. Dissertação de mestrado em Economia. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

- MEZZERA, Jaime (1987), "Abundancia como efecto de la escasez: oferta y demanda en el mercado laboral urbano". *Nueva Sociedad*, 90: 106-17, jul.-ago.
- NUNARA CHULLY, J. B. (1982), *Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989*. Tese de doutorado em Economia. São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1981), *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis, RJ, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1987), *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1988), "O flanco aberto". *São Paulo em Perspectiva*, 2, 3: 10-12, jul./set.
- PAMPLONA, J. B. (2000), *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- PÉREZ-SAINZ, Juan P. (1996), *Neoinformalidad en Centroamérica*. San José, Costa Rica, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso).
- \_\_\_\_\_. (1999), *Mejor cercanos que lejanos: globalización, autogeneración de empleo y territorialidad en Centroamérica*. San José, Costa Rica, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso).
- PRANDI, José R. (1977), *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Edições Símbolo.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (1989), *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- PORTES, A.; SCHAUFFLER, R. (1993), "Competing Perspectives on the Latin American Informal Sector". *Population and Development Review*, 19, 1: 33-60, mar.
- RAKOWSKI, Cathy A. (1994), "Convergence and divergence in the informal sector debate: a focus on Latin America, 1984-92". *World Development*, 22, 4: 501-16.
- SASSEN, Saskia (2000), "The demise of Pax Americana and the emergence of informalization as a systemic trend", in F. Tabak; M. Crichlow, *Informalization, process and structure*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press. pp. 91-118.
- SINGER, P. (1979), *Economia política do trabalho*. 2. ed. São Paulo, Hucitec.
- SOUZA, P. R. (1981), "Emprego e renda na 'pequena produção' urbana no Brasil". *Estudos Econômicos*, 1, 1: 57-82, mar.
- \_\_\_\_\_. (1980), *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo, Hucitec.
- TABAK, Faruk (2000), "The rise and demise of Pax Americana and changing geography and structure of production", in F. Tabak; M. Crichlow, *Informalization. Process and structure*, Baltimore/ London, The Johns Hopkins University Press. pp. 119-35.
- TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline (2000), *Informalization. Process and structure*. Baltimore/ London, The Johns Hopkins University Press.
- TOKMAN, Victor E. (1987a), "El imperativo de actuar: el sector informal hoy". *Nueva Sociedad*, 90: 93-105, jul.-ago.

- \_\_\_\_\_. (1987b), “El sector informal: quince años después”. *El Trimestre Económico*, 215: 513-36, México, FCE, jul.-sept.
- \_\_\_\_\_. (1999), “La informalidad en los años noventa: situación actual y perspectivas”, in J. Carpio; I. Novacovsky (comp.), *De igual a igual: el desafío del Estado ante los nuevos cambios sociales*, Buenos Aires, Argentina, Fondo de Cultura Económica, Siempre y Flacso.
- \_\_\_\_\_. (1995), *El sector informal en América Latina: dos décadas de análisis*. Ciudad del México, México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- TREJOS, Juan Diego (2002), *El trabajo decente y el sector informal en los países del istmo centroamericano*. Costa Rica, OIT (Oficina para Centroamérica, Panamá y República Dominicana).
- YAMADA, Gustavo (1996), “Urban informal employment and self-employment in developing countries: theory and evidence”. *Economic Development and Cultural Change*, 44, 2: 289-314, Jan.

Artigo recebido em julho/2008

Aprovado em agosto/2008

## Resumo

### *Informalidade: um Debate sobre seus Distintos Usos e Significados*

Este artigo confronta as principais abordagens dos estudos a respeito do setor informal. Dividido em duas partes, analisa, na primeira, cinco vertentes tradicionais da informalidade: (1) baseada no excedente da força de trabalho e que se remete principalmente aos ensinamentos da Prealc/OIT; (2) que subordina a produção informal à produção capitalista, e se associa ao viés interpretativo da NEO-Prealc; (3) a de matriz teórica marxista, advinda de estudos clássicos de sociólogos e economistas brasileiros, como Kowarick, Singer, Prandi e Oliveira, que criticam a noção dualista da marginalidade urbana e referem-se ao excedente de mão-de-obra como “modalidades produtivas arcaicas” “novas formas tradicionais na divisão social do trabalho”, “setor autônomo”, categoria dos “por conta própria”, “atividades não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo”; além de destacar o caráter funcional do setor informal para o capital; (4) aquela denominada neoliberal ou legalista, que trata da extralegalidade das atividades informais, conforme as teses de De Soto; e (5) a que é sistematizada por autores como Portes, Castells, Benton e Schaufli, autodenominados neo-marxistas ou estruturalistas, que associam o surgimento de novas formas de trabalho, que buscam a flexibilização, à chamada “economia subterrânea”. Na segunda parte, faz-se uma breve reflexão sobre a mais recente categoria interpretativa do setor informal: a “neo-informalidade” ou “nova informalidade”. Essa abordagem – defendida por autores como Pérez-Sainz, Druck e Filgueiras, Baltar e Dedecca, Broad, Sassen, e Tabak, entre outros – se distingue das demais por defender a tese de que as transformações estruturais pós-década de 1980, particularmente nos países em desenvolvimento, tornaram mais complexa e heterogênea a informalidade.

**Palavras-chave:** Informalidade; Trabalho.

## Abstract

### *Informal Sector: a Conceptual Debate, a New Approach*

The present article has as objective to display and to collate the main approaching about the informal sector present in the base of the majority of the studies about this in the last decades. In this way, the text is divided into two parts. At a first moment, five traditional approaches on informality are analyzed. The first one bases itself on the excess of the force-of-work and refers principally to the teachings of the Prealc/OIT. The second emphasizes the informal production's subordination to the capitalist production, associated to the interpretative point of view of the NEO-Prealc. The third relates to the theses defended by DeSoto (1986), its emphasis falling against the extra-legality of the informal activities; it is called Neoliberal or Legalist. The fourth is represented by systematizations of authors such as Portes, Castells, Benton (1989) and Portes y Schauflier (1993), characterized by the emphasis given to the sprouting of new forms of work that search the flexible way and its association to the so-called "subterranean economy". They are auto-nominated Neo-Marxists or "Structuralists." In a posterior moment, a brief reflection about a new and more recent interpretative category on the informal sector is developed: the so-called "neo-informality" or "new-informality." This approach distinguishes itself from the others for defending the thesis that the structural transformations after the 80s, particularly in developing countries, have been responding to a new and more complex occupational heterogeneity of the informality.

**Keywords:** Informality; Work.

## Résumé

### *Secteur informel: un débat conceptuel, un nouvel abordage*

Cet article confronte les principaux abordages à propos des études sur le secteur informel. Il est divisé en deux parties. La première analyse cinq volets traditionnels de l'informalité: (1) celui fondé sur l'excédent de la force de travail et qui remet principalement aux enseignements de la Prealc/OIT; (2) celui qui subordonne la production informelle à la production capitaliste, et s'associe au volet interprétatif de la NEO-Prealc; (3) celui, de matrice théorique marxiste, issu des études classiques de sociologues et d'économistes brésiliens, tels Kowarick, Singer, Prandi et Oliveira, qui critiquent la notion dualiste de la marginalité urbaine et se réfèrent à l'excédent de main d'œuvre comme des "modalités productives archaïques", des "nouvelles formes traditionnelles dans la division sociale du travail", le "secteur autonome", la catégorie des "à leur compte", les "activités qui ne sont pas typiquement capitalistes à l'intérieur du capitalisme"; outre le fait de souligner le caractère fonctionnel du secteur informel pour le capital; (4) celui dénommé néo-libéral ou légaliste, qui aborde l'extralégalité des activités informelles, suivant les thèses de De Soto; et (5) celui qui est systématisé par des auteurs comme Portes, Castells, Benton et Schauflier, qui se dénomment néo-marxistes ou structuralistes, associent l'apparition des nouvelles formes de travail et cherchent la flexibilisation à la dénommée "économie souterraine". La seconde partie présente une brève réflexion à propos de la plus récente catégorie interprétative du secteur informel: la "néo-informalité" ou la "nouvelle informalité". Cet abordage – défendu par des auteurs tels Pérez-Sainz, Druck et Filgueiras, Baltar et Dedecca, Broad,

Sassen, et Tabak, parmi d'autres – se distingue par le fait de défendre la thèse suivant laquelle les transformations structurelles de l'après 1980, particulièrement dans les pays en développement, ont rendu l'informalité plus complexe et hétérogène.

Mots-clés: Informalité; Travail.

### Introdução

Capital social se tornou, como pode ser facilmente constatado, um dos principais temas de pesquisa nas Ciências Humanas, bem como um dos principais pontos em torno dos quais se discute e se recomenda a implementação de certas políticas públicas. Atualmente, o capital social está entre as principais variáveis dos mais diversos estudos, que vão desde maior envolvimento com a vida pública (Putnam, 2000) até o sucesso na busca de um novo emprego mais prestigioso (Lin, 1999), passando por estudos sobre desempenho governamental e democracia (Boix e Posner, 1998; Boschi, 1999; Putnam, 1993; Paxton, 2002), índices de criminalidade em comunidades de baixa renda (Dias Jr., 2001), alocação de capital estrangeiro (Knowles, 2002) e crescimento e desenvolvimento econômico (Helliwell, 1996; Woolcock, 1998), para citarmos apenas alguns exemplos.

Em consequência dessa multiplicidade de usos, proliferaram definições de capital social. Cada (re)definição realçou certos aspectos, na tentativa de se adequar ao objeto de estudo em questão. Com isso, acabamos por ter um conceito que, apesar de encampar certo significado que se repete, de algum modo, em suas diferentes definições, sempre traz elementos distintos, que variam de uma para a outra.

Desse modo, não temos uma definição única, clara, como se espera de um conceito. Em alguns momentos, o termo capital social aparece como *aspectos* estruturais que *facilitam*

o acesso a certos recursos (Coleman, 1988, 1990), ao passo que em outros aparece como os *próprios recursos* mesmos que se encontram *incrustados* em redes (Bourdieu, 1999; Lin, 2001a, 2001b); em outros, ainda, é tomado como sinônimo de engajamento cívico ou do que se tem correntemente chamado, a partir de Almond e Verba (1963), de “cultura cívica” (Putnam, 2002). O termo aparece ora como causa de certos fenômenos, ora como seu efeito. Por vezes, é apresentado como características do contexto em que certo indivíduo se insere; por outras, aparece como alguma propensão individual. Evidentemente, o fato de ser empregado de uma forma ou de outra altera substantivamente a natureza do argumento desenvolvido (Foley, Edwards e Diani, 2001; Jackman e Miller, 1998). Tratar o termo por uma “perspectiva multifacetada”, como nos propõe o título do volume editado por Dasgupta e Sera-geldin (1999), pouco colabora para a superação de tal dificuldade.

Neste artigo, pretendemos apresentar aquelas que aparecem como as formas mais frequentemente assumidas pelo conceito de capital social na literatura sociológica corrente, através da exploração do argumento de trabalhos bastante debatidos e expressivos a seu modo. Para tal empreendimento, nos centraremos nas definições e abordagens de Pierre Bourdieu, James Coleman e Nan Lin, bem como nas considerações e críticas feitas por alguns comentaristas. Uma rápida passagem é dedicada à obra de Putnam, uma das principais responsáveis pela dimensão tomada pelo conceito, sobretudo

na Ciência Política e na análise e implementação de políticas públicas. A despeito do impacto da contribuição de Putnam, nosso comentário a esse respeito será bastante breve. Sua obra tem sido objeto de um grande número de reflexões e debates no meio acadêmico. Para além de seus méritos, tamanha repercussão se deve, em boa medida, aos equívocos e imprecisões nela contidos. No que diz respeito propriamente à discussão sobre capital social, podemos afirmar que, a despeito de seu inegável papel na difusão e “popularização” do conceito, ela pouco contribuiu para uma análise mais profícua sobre o mesmo.<sup>1</sup> Procuraremos apontar quais são os principais componentes de capital social para cada perspectiva tratada, bem como os possíveis equívocos a que cada forma como o termo aparece na literatura pode nos levar.

#### **Bourdieu e o Capital Social como Recurso Individual**

O primeiro cientista social a propor um tratamento mais sistemático da idéia de capital social, tentando apresentá-lo como uma forma distinta de capital, foi Pierre Bourdieu no texto *Las formas de capital* (1999 [1983]). Assim como as demais formas de capital (cultural, econômico, simbólico etc.), o capital social é apontado como um recurso *individual*, passível de mobilização e utilização – efetiva ou potencial – pela pessoa que o detém. De acordo com esse autor, o capital social de um indivíduo estaria diretamente ligado ao montante de recursos reais ou potenciais disponíveis – e, portanto, passível de mobilização – a ele através de uma rede de relações sociais (ou seja, os recursos possuídos por aqueles que compõem tal rede), visando objetivos privados, sejam eles concretos ou abstratos.

O significado de “capital” na composição do termo tem, aqui, a mesma propriedade que geralmente lhe é atribuído quando nos re-

ferimos a formas de capital como o econômico.<sup>2</sup> Bourdieu (1999, p. 14) define capital social como

[...] o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizadas. Em outras palavras, ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte de capital possuído coletivamente; uma “credencial” que os habilita para o crédito, nos vários sentidos da palavra. [...] Assim o volume de capital possuído por um determinado agente depende do tamanho da rede de conexões que pode mobilizar efetivamente e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por direito próprio por cada um daqueles a quem está conectado.

Ou seja, o capital social de um indivíduo é aquele montante de recursos que ele consegue mobilizar através de uma ampla rede de relações sociais em auxílio de suas intenções. O estoque de capital social de um indivíduo depende tanto do tamanho da rede de relações que ele consegue articular como dos recursos possuídos pelos membros de tal rede.

O pertencimento a uma rede de relacionamentos torna possível ao indivíduo o acesso – quando não real, ao menos potencial – ao agregado de recursos possuídos pelos integrantes dessa rede: “ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte do capital coletivamente possuído” (*idem, ibidem*, p. 14). Assim, evidentemente, o volume de capital (das mais variadas formas) que o indivíduo conseguirá mobilizar dependerá do volume de capital possuído por cada um daqueles que compõem a rede mobilizada (p. 15).

Nessa concepção de capital social como recursos em uma rede de relacionamentos passíveis de mobilização, a idéia de confiança ocupa papel importante.<sup>3</sup> É a confiança entre os mem-

bro do grupo de que se poderá contar com os recursos dos demais quando for preciso que gera a solidariedade necessária para a mobilização conjunta, seja através da utilização dos recursos alheios, seja através da disponibilização dos recursos próprios em favor de outro membro. Essa disponibilização se apóia numa projeção de retribuição futura, através do acesso aos recursos do favorecido quando necessário em outro momento do tempo.<sup>4</sup> Tal expectativa de retribuição só faz sentido se houver confiança de que, quando for acionado no futuro, aquele que foi favorecido no presente também virá a colaborar.

Bourdieu trata ainda das formas de reprodução do capital social e pressupõe que ele se reproduz através de uma continuada relação de afirmação e reafirmação dos laços entre os indivíduos, ou seja, através de constantes relações de sociabilidade entre os membros do grupo, da troca de objetos e coisas que simbolizem o pertencimento ao grupo e o reconhecimento mútuo: “a reprodução do capital social pressupõe um incessante esforço de sociabilidade, uma série contínua de trocas na qual o reconhecimento é infinitamente afirmado e reafirmado” (Bourdieu, 1999, p. 17).<sup>5</sup> A rede de relações não é dada, mas é produto de estratégias, individuais ou coletivas, conscientes ou não, de reprodução de relações sociais – relações que são “utilizáveis” no curto ou no longo prazo. Uma vez que se trata de recursos disponíveis via relações sociais, o reforço dessas relações aumenta tal disponibilidade.<sup>6</sup>

Essa concepção de capital social enquanto recursos disponíveis através de redes cujo acesso depende de investimento para sua manutenção corrobora com a idéia de Bourdieu de que as diferentes formas de capital são interdependentes, podendo certa forma de capital ser utilizada na obtenção de outra; tal fenômeno dá origem à idéia do autor de conversibilidade entre capitais.<sup>7</sup> Esse processo de reprodução do capital social, através de um

constante investimento em relações, implica gasto de tempo e energia – logo, de capital econômico acumulado que permita não estar desempenhando uma tarefa produtiva, para destinar esse tempo no cultivo das relações sociais. Esse é um dos fatores pelos quais, de acordo com Bourdieu, a acumulação e manutenção do capital social são proporcionais ao tamanho do capital econômico – o mesmo se aplicam do ao capital cultural. Temos, assim, em Bourdieu, que o capital econômico é a base para os demais capitais (social e cultural). Esses outros capitais seriam eficientes e produziriam seus efeitos apenas até o ponto em que consigam ocultar suas origens econômicas. Em última análise, o capital econômico está nas raízes dos efeitos dos demais capitais (Bourdieu, 1999, p. 20).

O autor afirma que a lógica de funcionamento e conversão do capital deve superar o economicismo e o semiologismo, geralmente tratados como opostos, ou seja, o entendimento de tal lógica deve apresentar uma tentativa de síntese dessas perspectivas. Entretanto, embora Bourdieu tente superar certa matriz materialista, sem que isso signifique adesão a uma abordagem puramente simbólica, parece-nos que ele não consegue se desvincular de certo materialismo, até certo ponto simplista, ao reduzir todas as demais formas de capital ao capital econômico, como podemos ver na seguinte passagem, sobretudo em seu final:

[...] assim, deve ser postulado, simultaneamente, que o capital econômico está na raiz de todos os outros tipos de capital e que essas formas de capital transformadas, disfarçadas, nunca inteiramente reduzíveis a esta definição, produzem seus mais específicos efeitos somente ao ponto em que ocultam (não somente de seus possuidores) o fato de que o capital econômico está em suas raízes, em outras palavras – mas somente em última análise –, na raiz de seus efeitos. A lógica real de funcionamento do capital, as conversões de um tipo a outro, e a lei de conservação

que os governa não podem ser entendidos a menos que duas visões opostas mas igualmente parciais sejam superadas: por um lado, o economicismo, que, sobre a base de que cada tipo de capital é reduzível em última análise ao capital econômico, ignora o que fazem as eficácias específicas dos outros tipos de capital; por outro lado, o semiologismo (hoje em dia representado pelo estruturalismo, o interacionismo simbólico ou a etnometodologia), que reduz os intercâmbios sociais a fenômenos de comunicação e ignora o fato brutal da redutibilidade universal à economia (Bourdieu, 1999, pp. 20-1).

A transformação de capital econômico em social pressupõe tempo gasto no cultivo de relações, aparentemente desinteressado, que transfigura sua importância “puramente monetária” (*idem, ibidem*, p. 21). Todavia, embora Bourdieu, mesmo que apenas em “última instância” reduza as diferentes formas de capital ao capital econômico, deve ser ressaltado que, como aponta Portes (1998, p. 4), cada forma de capital, inclusive o social, possui uma dinâmica própria e processos próprios para sua obtenção.

É interessante notar, a respeito da contribuição de Bourdieu, a proximidade entre a definição de capital social por ele apontada e o conceito presente na literatura norte-americana sobre redes sociais, denominado *social resources*.<sup>8</sup> Tal literatura trata da mobilização individual de recursos sociais visando fins pessoais,<sup>9</sup> uma vez que os elementos apontados como componentes do capital social são os mesmos dois elementos básicos do outro conceito a que nos referimos: (1) as relações sociais em si, que permitem acesso aos recursos alheios; e (2) a quantidade e a qualidade desses recursos. Ademais, uma eventual correspondência de significados entre “capital” e “recursos” nessas abordagens nos permite apontar ambos os termos, em boa medida, como equivalentes, sendo *social capital* um equivalente, dentro do quadro

teórico de Bourdieu, à idéia norte-americana de *social resources*. Mais adiante, quando tratarmos deste último, esperamos que tal semelhança seja mais bem demonstrada.

### Coleman e o Capital Social como Aspecto Contextual

Embora Bourdieu tenha publicado alguns anos antes de Coleman seu trabalho sobre capital social, foi com este autor que o termo alcançou maior visibilidade. Curiosamente, Coleman sequer menciona o trabalho de Bourdieu no artigo de 1988 – “Social capital in the creation of human capital” –, no qual lança suas principais considerações sobre o conceito. Entretanto, Coleman aborda vários aspectos já apontados por Bourdieu como, por exemplo, as idéias de mobilização de uma rede de relações sociais, de reprodução continuada do capital social através de seu uso, de confiança e reciprocidade. Apesar dessas convergências importantes, estes autores divergem em dois pontos fundamentais: sobre o “local de alocação” do capital social e, principalmente, acerca do que é capital social.

No que diz respeito ao primeiro ponto, os dois autores divergem no que apontam como o *locus* onde se encontra o capital social. Como já foi dito, Bourdieu tem uma concepção de capital social semelhante às demais formas de capital, concebendo-o como o somatório de recursos possuídos pelos indivíduos. Diferentemente de Bourdieu, Coleman teoriza o capital social como um aspecto *inerente à estrutura* das relações entre as pessoas. Como o capital social não se concentra no indivíduo, não é mais ele quem possui o capital social. Esse recurso passa a ser uma característica da estrutura do grupo e, portanto, passível de ser utilizado por qualquer um de seus membros. Em suma, enquanto para Bourdieu trata-se de um recurso individual, para Coleman é um atributo do contexto em que o indivíduo se insere.

O capital social se apresenta, assim, como um tipo de recurso, um tipo de capital diferente do econômico ou humano. Ao contrário de caracterizá-lo como um bem apropriado individualmente, Coleman (1990, p. 315) refere-se ao capital social como um bem público inalienável – ao contrário dos demais capitais, que são de posse individual –, cujo valor repousa em seu uso, não se desgastando com ele.

No que diz respeito ao segundo ponto, esses autores divergem sobre o que, enfim, constitui – ou pode ser apontado como – o capital social. Bourdieu, conforme apresentado acima, define capital social como o montante de recursos potenciais ou reais ao qual um indivíduo tem acesso através de uma rede de relações. James Coleman já não define capital social dessa forma, como recursos possuídos por contatos ou pontos em uma rede. Segundo ele, o capital social não pode ser tido como um recurso possuído individualmente; consiste, sim, em uma variedade de aspectos inerentes à estrutura, com potencial para facilitar certas ações dos indivíduos.

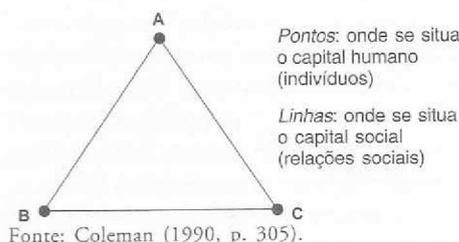
Ademais, para Coleman, o capital social pode assumir diferentes “formas”<sup>10</sup> dentro da estrutura de relações sociais. Em alguns casos, pode se apresentar na forma de coesão grupal, em outros, normas, ou, ainda, obrigações, confiança etc. Desse modo, entendemos que, nessa perspectiva, o capital social não pode ser simplesmente identificado com uma ou outra característica da estrutura. A dimensão estrutural, ou dimensões estruturais, que constitui(em) o capital social pode(m) variar de um grupo para outro, devendo, portanto, ser definida pela *função* que desempenha em cada um. Conforme Coleman (1990, p. 302):

[...] [o] capital social é definido por sua função. Não é um ente simples, mas uma variedade de entes diferentes que têm duas características em comum: todos eles consistem em alguns aspectos da estrutura social, e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro de tal estrutura. [...] Diferentemen-

te de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura de relações entre pessoas. Não se aloca em indivíduos nem em implementos físicos de produção.

E então ele enumera seis diferentes aspectos estruturais que podem atuar como facilitadores da ação individual, ou seja, Coleman aponta seis diferentes “formas” de o capital social se realizar: (1) obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; (2) canais de informação potenciais; (3) normas e sanções efetivas; (4) relações de autoridade; (5) organizações sociais apropriáveis; e (6) organização intencional. A idéia de capital social como aspecto estrutural pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1  
Capital Social e Capital Humano:  
Localização em um Modelo de Três Atores



Essa formulação de Coleman baseia-se nas teorias de redes, nas quais o comportamento do indivíduo está alicerçado na rede de relações sociais que ele estabelece e/ou mantém. Uma das formulações mais bem-sucedidas da idéia de redes é a noção de *embeddedness*, desenvolvida por Mark Granovetter (1985, p. 487), segundo a qual

[...] atores não se comportam ou decidem como átomos fora de um contexto social, nem aderem compulsoriamente a um *script* escrito para eles pela interseção particular de categorias sociais que eles ocupam. Suas tentativas de ações intencionais estão, de fato, inseridas em um sistema concreto e continuado de relações.

Dessa formulação, tendo em mente uma exploração do conceito de capital social, depreendemos que, da mesma forma como o comportamento e as ações de um indivíduo são condicionados pela sua inserção em uma rede de relações, também o sucesso de suas ações sofre influência dessa imersão, podendo beneficiar-se, em maior ou menor grau, de certas peculiaridades do contexto social em que se insere.

Coleman aponta que a interdependência entre indivíduos surge do fato de que atores têm interesses em coisas que estão totalmente ou em parte sob controle de outros. As relações sociais advêm das trocas e das transferências de controle desses recursos para se alcançar certos objetivos. Segundo ele, tais relações não são apenas componentes da estrutura social, são também recursos para os indivíduos (Coleman, 1990, p. 300).

Entretanto, cabe ressaltar que, embora visto por Coleman como um potencial catalisador ou facilitador para realizar determinadas ações, certas “formas” de capital social, como normas e obrigações, podem tanto facilitar quanto constringer objetivos (*idem, ibidem*, p. 311). Assim, uma vez que o capital social pode tanto atuar de maneira positiva como negativa, é lícito apontar que esse recurso *não* é dotado de uma *positividade moral ou valorativa inerente*. Embora indique tal potencial moralmente ambíguo, Coleman não se aprofunda nessa discussão, à qual autores como Alejandro Portes dedicam especial atenção, como veremos adiante.

### **Nan Lin e a Perspectiva dos Social Resources**

Nan Lin é autor de vasta obra dedicada ao estudo de como os indivíduos utilizam recursos sociais visando fins pessoais. Um dos principais objetos de estudo de Lin (como em Lin, Vaughn e Ensel, 1981) é como os indivíduos

utilizam redes e laços sociais para obter mobilidade ocupacional além da predita por sua posição na estrutura social.

Mais recentemente, esse autor tem se dedicado também ao estudo do capital social, buscando delimitar tanto teórica como empiricamente o conceito, bem como sua possibilidade de aplicação concreta em pesquisas. Sua proposta é ambiciosa, uma vez que compreende o conceito de capital social como uma ponte, como um *link* entre indivíduo e grupo, entre ação e estrutura (Lin, 2001a, 2001b).

Em sua concepção, o capital social possui três elementos que possibilitam tal interseção: (1) uma dimensão estrutural, composta pelos recursos incrustados na estrutura social; (2) oportunidade de utilização dos recursos, através da acessibilidade aos recursos sociais pelos *atores individuais*; e (3) mobilização dos recursos pelos indivíduos, determinados pela orientação da ação pretendida (*idem*, 2001b, p. 12).<sup>11</sup> Segundo ele, o capital social “é apreendido a partir de recursos entranhados em uma rede social”, sendo que qualquer tentativa teórica ou empírica que se desvie de tal proposta resultará em confusões na análise dos mecanismos causais de micro e macroprocessos (p. 3).

Nan Lin, assim como Pierre Bourdieu e James Coleman, diz que o capital social está ancorado em redes e relações sociais, devendo ser tratado no âmbito desses termos. Para Lin, o “capital social pode ser definido *como recursos entranhados em uma estrutura social que são acessados e/ou mobilizados em ações intencionais*” (2001b, p. 12; *grifo nosso*). Esta é sua primeira definição geral de capital social, posteriormente mais refinada por ele mesmo.

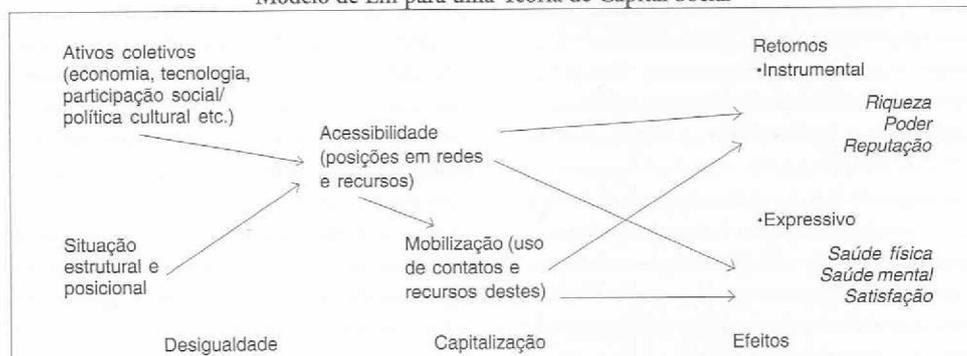
Partindo dessa definição – e que não é original, sendo muitíssimo próxima à apresentada anteriormente por Bourdieu –, Lin pretende apresentar formas para *mensuração* desses recursos incrustados na rede, de modo a tentar tratar, em termos quantitativos, qual o volume de capital social de um indivíduo. Para ele, há duas

formas de mensurar o capital social como recursos capturáveis na rede: (1) mensurar os recursos de outros indivíduos acessíveis via relações (estes, para Nan Lin, são os elementos centrais do capital social), e (2) localizar esses atores na rede, através de pontes ou acesso a pontes que facilitarão o retorno esperado da ação. Pode-se, também, considerar outros fatores, como coesão, densidade etc., mas os dois apresentados são os mais gerais e constantes (Lin, 2001a, p. 14).

Segundo Lin, para operacionalização desses elementos, podemos adequar a definição anterior de capital social para “investimento de indivíduos em relações sociais através do qual ganham acesso aos recursos entranhados para

aumentar os retornos esperados de ações instrumentais ou expressivas” (2001b, pp. 17-9). A partir dessa definição, mais refinada, três processos são identificados, sendo eles (1) investimentos em capital social, (2) acesso e mobilização do capital social, e (3) retornos do capital social; e, também, dois tipos de resultados buscados, que são *retorno para ações instrumentais* ou *retornos para ações expressivas*.<sup>12</sup> Os retornos de tais ações podem ser físicos (manutenção da integridade e da liberdade), mentais (proteção a pressões e preservação do equilíbrio emocional e cognitivo) e satisfação com a vida (otimismo e satisfação gerais) (Lin, 2001b, pp. 19-20) (ver Figura 2).

Figura 2  
Modelo de Lin para uma Teoria de Capital Social



Fonte: Lin (2001a, p. 246; 2001b, p. 21).

O primeiro bloco representa pré-condições para o capital social: fatores da estrutura social e da posição do indivíduo na estrutura que facilitam ou constroem o investimento em capital social. A passagem do primeiro para o segundo bloco descreve a formação da desigualdade na posse ou acesso de capital social – há forças sociais que condicionam diferentes distribuições desse recurso, já que variações estruturais e de posição levam a assimetrias na acessibilidade a recursos e a melhores posições na rede. No segundo bloco, tem-se elementos de acesso e mobilização de capital social. Dada

a desigualdade na sua distribuição, como um indivíduo pode mobilizá-lo para certas ações? A resposta indicará que quanto maior o acesso a recursos da rede (devido a uma posição mais favorável em seu interior), mais recursos são ou podem ser mobilizados. Por que agentes com mesmo acesso a recursos os mobilizam de forma diferente? Uma possibilidade é sua posição privilegiada na rede: indivíduos mais próximos de pontes podem utilizar melhor o estoque de recursos, e o reconhecimento de que se está em lugar privilegiado também pode afetar. O *link* entre o segundo e o terceiro blocos mostra como

o capital social produz retornos e resultados (Lin, 2001b, pp. 20-2).

O trabalho de Nan Lin se apresenta como uma tentativa de avanço em alguns pontos em relação às propostas anteriores, devido à sua tentativa de maior refinamento no processo de constituição e mobilização do capital social, das formas de apreendê-lo empiricamente e da natureza dos resultados que podem ser facilitados através de sua utilização. Nele podemos notar um forte viés individualista, uma vez que trata o capital social como um recurso individualmente possuído/alocado (concepção que criticaremos mais adiante). Ademais, em sua obra, o capital social é tratado de modo bastante similar ao que o próprio Lin apresentou em trabalhos anteriores como *social resources*: “a riqueza, *status* e poder, bem como laços sociais, destas pessoas que estão direta ou indiretamente ligados aos indivíduos e que, portanto, abranja sua rede social, são considerados recursos potenciais para o indivíduo” (Lin, Vaughn e Ensel, 1981, p. 1.165).

Segundo Lin, os conceitos de capital social e *social resources* mantêm forte ligação. Tem-se tornado claro que o capital social se refere primariamente a recursos acessados em redes sociais. Para ele, a teoria do capital social tem também focado na utilidade instrumental de tais recursos, uma vez que

[...] a convergência das teorias dos recursos sociais e do capital social complementa e fortalece o desenvolvimento de uma teoria social focada na utilidade instrumental de acesso e mobilização de recursos entranhados em redes sociais. Ela localiza a significância de recursos de capital social em uma discussão teórica mais ampla do capital social e molda a definição e operacionalização do capital social como um conceito de pesquisa (Lin, 1999, p. 471).

A premissa por trás da concepção de Nan Lin de capital social parece simples: trata-se de

um investimento em relações sociais que aguarda retorno. Segundo o autor, indivíduos entram em interações e redes para produzir ganhos, o que caracteriza o capital social, mais uma vez, como um recurso instrumental (Lin, 2001b, p. 6). Esta afirmação de que se trata do investimento intencional em relações se contrapõe a certas considerações de Coleman e Bourdieu, que alegam que, mesmo relações não criadas para certos fins determinados, podem ser para eles utilizadas, embora se aproxime da proposta do autor francês no que diz respeito à necessidade de investimento em relações sociais para a obtenção de retornos futuros.

### Putnam e a Discussão entre Capital Social e Cultura Cívica

Em boa medida, foi a partir do livro *Comunidade e democracia* (Putnam, 2002) que o conceito de capital social ganhou destaque e passou a ser o centro de um número cada vez maior de artigos, críticas, pesquisas, resenhas e teses no âmbito das Ciências Sociais. A despeito de todo o conteúdo e dos méritos dessa obra, não nos deteremos aqui na análise da pesquisa levada a cabo por Putnam, pois tal tarefa não caberia no escopo e nas intenções deste texto.<sup>13</sup> Empreenderemos somente uma breve incursão no modo como Putnam utiliza o conceito de capital social.

Putnam (2002), em sua pesquisa de quase duas décadas sobre o processo de descentralização política na Itália,<sup>14</sup> verifica que certas regiões deste país têm um desempenho institucional (muito) melhor do que outras, o qual é medido por diversos índices. Ao final do livro, Putnam se vê na necessidade de prover uma explicação para a diferença de desempenho nas diversas regiões italianas: as províncias do Norte possuem um desempenho marcadamente superior às províncias do Sul, ao passo que as províncias do Centro possuem um desempenho intermediário; ou seja, o desempenho institucional

dos governos regionais italianos aumenta quase linearmente à medida que se vai do Sul ao Norte do país. Como é possível que regiões dotadas da mesma estrutura político-administrativa tenham desempenhos tão díspares? A resposta de Putnam propõe que as províncias do Norte possuíam maior estoque de “capital social”, ao passo que as do Sul não teriam tal recurso disponível. Mas o que Putnam compreende por capital social?

Segundo Prates (2001), Putnam trata o capital social como o que é conhecido por “cultura cívica” desde o livro *The civic culture*, de Almond e Verba (1963): disposição dos indivíduos em participar de grupos, associações e ações coletivas que buscam objetivos socialmente positivos. A crítica de Prates (1997) feita a Putnam está na identificação que este autor faz entre os conceitos de capital social e de cultura cívica. Através dessa ligação entre capital social e certo civismo, Putnam empreende uma associação moral e uma valorização do capital social como algo inequivocamente benéfico para a sociedade como um todo. Putnam pretende partir da definição de James Coleman, de capital social como um recurso público. Entretanto, o autor se esquece de que o próprio Coleman afirma que *nem sempre* o uso de tal recurso resulta em benefícios, ao contrário da cultura cívica, que é um conceito com conteúdo social e moralmente positivo.<sup>15</sup>

### A Neutralidade Moral do Conceito

Conforme vimos, Putnam associa o capital social a resultados benéficos decorrentes de sua existência e utilização, fazendo assim uma avaliação social e moralmente positiva desse recurso.

Putnam toma a definição de capital social de Coleman como suporte teórico à sua abordagem. Todavia, esses autores diferem no que respeita à neutralidade valorativa do conceito. Ao tratar o capital social como um aspecto estrutural de certas relações sociais e não como

valor ou norma, Coleman apresenta certa neutralidade moral do termo, encarando-o tal qual um recurso propiciado por determinado arranjo nas relações sociais. Por seu turno, Putnam equivale o conceito em debate a certa “cultura cívica”.

Coleman propõe tratar o capital social como recurso desprovido de qualquer julgamento ou aspecto moral, encarando-o tão-somente como um recurso facilitador de ações, independente do caráter ou finalidade das mesmas. Tal recurso pode tanto facilitar ações consideradas socialmente benéficas como ações indesejadas.

Granovetter também trata do caráter ambivalente do pertencimento a uma rede. Se, por um lado, ele afirma que “relações sociais, mais do que arranjos institucionais ou moralidade generalizada, são as principais responsáveis para a produção de confiança” (Granovetter, 1985, p. 491), também é fato que ele próprio sugere que tal confiança pode produzir um resultado não-positivo. Cabe ressaltar que, para ele, a existência de *embeddedness* constitui uma forma de se contornar o problema do “carona” em ações coletivas: “O argumento do *embeddedness*, pelo contrário, ressalta o papel de relações pessoais concretas e de estruturas (ou redes) de tais relações na geração de confiança e desencoraja comportamentos desviantes” (*idem, ibidem*, p. 490). Isso nos parece tornar claro a separação entre normas e valores (no caso, confiança) e a real inserção de um ator em uma rede.

Paxton também dissocia a existência de capital social de seus eventuais efeitos. Tal recurso pode se associar a efeitos positivos ou negativos: a ação realizada pode trazer efeitos positivos para certo grupo, mas tais efeitos podem ser tanto positivos como negativos para a sociedade – a natureza do resultado dependerá dos objetivos do grupo que mobiliza o recurso. Efeitos negativos do capital social podem, por exemplo, ocorrer em casos de grande coesão

intragrupos, mas baixa coesão intergrupos, gerando a potencialidade de conflitos entre facções, grupos religiosos, étnicos etc. (Paxton, 2002, p. 256).

Portes e outros autores também dissociam o capital social de seus efeitos, uma vez que, por suas potencialidades, muitas vezes acaba não prevenindo as desvantagens trazidas por certos níveis de determinadas “formas” de capital social (Portes e Landolt, 1996). Um dos efeitos negativos do excesso de capital social apontados na literatura mostra que o peso das obrigações com o grupo pode constranger as ações individuais. Certa “hipercoesão” pode limitar de tal forma o comportamento individual que qualquer ação realizada ou direcionada para fora do grupo passa a ser percebida como uma ameaça ao mesmo e, portanto, passa a ser reprimida, podendo levar, em último caso, a um isolamento do grupo em relação aos demais. Tal comportamento grupal pode resultar, também, em discriminação e ostracismo dos membros não-conformistas do grupo (Portes e Sensenbrenner, 1993, pp. 1.338-44; Portes e Landolt, 1996; Karner, 2000, pp. 2.640-1).

Podemos resumir a discussão acima concluindo que, se o capital social pode atuar como recurso facilitador de ações, também pode operar em sentido contrário em três diferentes níveis: (1) *individual*, tolhendo a liberdade individual; (2) *grupal*, pois o excesso de coesão interna, em detrimento da manutenção de laços com outros grupos, pode levar ao isolamento; e (3) *social*, ao ser acionado para fins socialmente indesejados.

### **Natureza, Manutenção e Reprodução do Capital Social**

No que respeita à reprodução e/ou manutenção do capital social, encontramos um ponto sobre o qual convergem tanto Bourdieu como Coleman, Lin e Putnam. É o que se refere à natureza própria do capital social como uma

forma de capital que, diferente do que ocorre com o capital físico e com o capital econômico, não se desgasta com o seu uso. Ao contrário, os quatro autores corroboram com o argumento de Albert Hirschman que, nas palavras de D’Araújo (2003, p. 40), define capital social “como aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança [...]”. Ou seja, o capital social é um recurso que aumenta conforme o seu uso: quanto mais um grupo utiliza seu estoque de capital social, maior se torna o estoque do mesmo dentro da rede de relações. O argumento em defesa de tal posição é bastante simples, e mesmo intuitivo, pois uma vez que o capital social é inerente à rede de relações, quanto mais relações e mais contatos os indivíduos mantêm entre si, maior a densidade dessa rede social e, portanto, maior a densidade e o volume de capital social.

Para Bourdieu, a reprodução do capital social pressupõe uma incessante relação entre os membros do grupo, para constante afirmação e reafirmação dos vínculos entre si. Entretanto, como já apontamos anteriormente, a manutenção desses vínculos implica gasto de tempo e de energia, sendo estes alguns dos fatores que tornam a “lucratividade” de acumulação, manutenção e reprodução de capital social proporcional ao tamanho do capital econômico (Bourdieu, 1999, p. 17).

James Coleman traz diferentes elementos relacionados com a criação, manutenção e, também, destruição do capital social. Para esse autor, *network closure*, ou “fechamento”/densidade de uma rede, é um importante gerador de capital social, uma vez que cria e aumenta as relações e contatos no interior do grupo, levando a um progressivo adensamento das relações intragrupais. Sistemas fechados levariam, portanto, a espirais de confiança. Contudo, cabe ressaltar que essas espirais atuam tanto no sentido de expansão quanto no de contração da confiança interpessoal.<sup>16</sup> Outro fator de destaque

é a estabilidade da estrutura de relações, da qual dependem todas as “formas de capital social” – com exceção das derivadas de organizações formais com estrutura baseada em posições. Desse modo, disrupções de relações sociais ou da organização social se mostram nocivas à manutenção do capital social. O papel das ideologias também é levantado por Coleman, uma vez que elas podem impor ao indivíduo que aja em prol de interesses que não lhes são próprios. Todavia, ideologias de auto-suficiência podem atuar em sentido contrário, estimulando atitudes mais individualistas, auto-interessadas, e menos cooperativas.<sup>17</sup> Outro ponto passível de afetar de forma negativa o capital social é a afluência que torna os indivíduos menos dependentes um do outro, dificultando ou impedindo a renovação do capital social (Coleman, 1990, pp. 318-21). Segundo Portes (1998, p. 6), a grande contribuição de Coleman para a discussão da manutenção do capital social é a noção de “*closure*”, que significa a existência de suficientes laços entre certo número de indivíduos, garantindo assim a observância das normas.

A contribuição de Lin a esse respeito é mais pontual: capital social são recursos incrustados numa rede de relações através das quais tais recursos são acessados; esse acesso demanda investimento *intencional* nessas relações; a manutenção, reprodução ou deterioração do estoque de capital social de cada um depende da intencionalidade do indivíduo de se dedicar ou não ao adensamento e/ou ampliação de sua rede de contatos. Não havendo investimento de tempo e recursos no cultivo de relações sociais, sua rede tenderá a se deteriorar (Lin, 2001a, 2001b).

### Considerações Finais

Este artigo fez uma revisão da contribuição de autores que apresentam definições influentes e freqüentes – mesmo que muitas vezes díspares, como tentamos demonstrar – do conceito

de capital social. Considerando os objetivos deste artigo, não cogitamos avançar o debate, nem chegar a uma proposição de “unificação” dos diversos significados. Entretanto, como apontamos na última seção do texto, parece ser possível a identificação de uma dimensão comum às diversas definições do termo. Tratar-se-ia de sua ancoragem na *idéia de mobilização de redes sociais como recurso para a realização de ações*.

Tentativas futuras de redefinição do conceito também não deveriam desconsiderar o apontamento de diversos autores e comentaristas na direção de uma neutralidade moral do capital social, como em Coleman (1990) e Paxton (2002), tornando-o independente de uma base normativa como recurso dotado de valor positivo eminente. Tal apropriação valorativamente neutra do conceito desautorizaria, portanto, associações entre a existência de capital social e ações cujo resultado seja considerado socialmente positivo. Os resultados obtidos dependem dos objetivos e intenções de indivíduos e grupos que mobilizam tal recurso.

Diante dos múltiplos significados imputados ao termo e das inúmeras comparações e equivalências ao qual ele é submetido, a pertinência da “sobrevivência” e da continuidade da utilização do conceito de capital social parece apontar para a necessidade de maior refinamento e definição de um significado específico para o termo. Sem isso, o capital social se reduziria a um termo intercambiável com vários outros, o que dificultaria sua compreensão – uma vez que comportaria os mais diversos significados – e, em último caso, o tornaria dispensável, uma vez que não traria novos ganhos analíticos.

A aposta na validade e pertinência para análises sociológicas e políticas do conceito de capital social passaria por uma redefinição e maior precisão de seu significado. Se, de fato, às diferentes abordagens subjaz um sentido comum, como parece demonstrar a discussão realizada acima, talvez tenhamos algumas pistas a serem seguidas nessa direção.

## Notas

- 1 Devido à extensão e à intenção desta resenha, não nos aprofundaremos no debate sobre o conceito de capital social na obra de Putnam. Ressaltamos, todavia, que esse autor vem desenvolvendo, em outro artigo, discussão mais minuciosa acerca do tema (Fialho, s. d.).
- 2 “O capital é trabalho acumulado (em sua forma materializada ou em sua forma ‘incorporada’), que, quando é apropriado de forma privada, i.e., exclusiva, por um agente ou grupo de agentes, os capacita a se apropriarem da energia social na forma de trabalho vivo ou reificado” (Bourdieu, 1999, p. 1).
- 3 O debate em torno do conceito de confiança é, em si mesmo, extenso e complexo o suficiente para comportar discussão e texto específicos, não cabendo nos limites desta revisão sobre capital social. Diferentes abordagens do tema encontram-se em Coleman (1990, pp. 91-116, 175-96), Gambetta (2000), Bateson (2000), Hardin (2002) e Reis (2003).
- 4 Notamos, aqui, uma aproximação com a teoria da troca-dom de Marcel Mauss (1974 [1926]), no que diz respeito a uma prestação de serviço no presente aguardando um retorno equivalente ou maior no futuro.
- 5 Nota-se, nessa colocação de Bourdieu, forte influência da escola sociológica francesa, sobretudo do conceito de densidade moral (Durkheim, 1999 [1894]), e, novamente, da teoria do dom (Mauss, 1974).
- 6 Como nos aponta Alejandro Portes (1998, p. 3), um dos principais comentadores das teorias sobre capital social, Bourdieu faz um tratamento instrumental do capital social, que visa o beneficiamento individual, e que é obtido devido ao pertencimento a grupos e à construção deliberada de sociabilidade com o propósito de criar esse recurso.
- 7 Desse modo, capital pode ser tomado como o análogo sociológico do conceito físico de energia: capacidade de realizar trabalho, conversível em várias formas. Sou grato a Bruno Reis por esta observação.
- 8 Ambos os conceitos surgem, quase simultaneamente, no início da década de 1980. As datas de publicação dos textos de Bourdieu e Lin indicam que o conceito do autor francês aparece com antecedência de aproximadamente um ano. Entretanto, se considerarmos os prazos com que alguns periódicos trabalham, talvez seja fictícia essa diferença. Podemos supor que, quando o termo de Bourdieu apareceu pela primeira vez, em 1980, na revista francesa *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, os textos de Lin, publicados em 1981 nas revistas norte-americanas *Social Forces* e *American Sociological Review*, poderiam já estar escritos, encontrando-se em processo de editoração e publicação. Esta nota intenta, apenas, apontar a dificuldade de atribuirmos uma precedência temporal de um conceito em relação ao outro, parecendo-nos mais adequado assumir a simultaneidade de ocorrência dos mesmos.
- 9 Uma definição mais precisa de *social resources* será apresentada quando tratarmos da contribuição de Nan Lin.
- 10 Utilizamos “forma” entre aspas ao discutirmos a abordagem de Coleman por não aderirmos inteiramente à idéia de diferentes “formas” de capital social, como faz esse autor. Optamos pela

utilização do termo para nos mantermos o mais fiel possível às idéias desse autor. Entretanto, acreditamos que possa fazer mais sentido pensar não em *formas* diversas de capital social (pois, como apontamos na conclusão desse artigo, trata-se sempre da mobilização de redes sociais), mas em diferentes *fontes* desse recurso.

- 11 Para Portes (1998, p. 6), um tratamento sistemático do conceito deve distinguir: (1) os detentores do capital social, que fazem as requisições (ou seja, os indivíduos que têm a capacidade de acessar os recursos disponíveis na rede); (2) as fontes de capital social, que são aqueles que as apóiam; (3) os recursos propriamente ditos. Segundo Portes, esses três pontos muitas vezes aparecem misturados em discussões do conceito que seguem as proposições de Coleman. Lin também parece fazer uma aproximação entre o conceito de capital social e o de *social resources*, como veremos.
- 12 Uma *ação instrumental* visa obter recursos não-possuídos, sendo eles possíveis retornos sociais (como reputação), econômicos e políticos. As trocas não são simétricas: o “doador” espera criar um débito. Este débito deve ser reconhecido pelo “recedor” publicamente; o reconhecimento público espalhará a reputação do “doador”; quanto maior o débito, a rede, e a necessidade de ambos se relacionarem, maior a propensão da reputação do “doador” se espalhar; e ele ganhará reputação, juntamente com acesso às outras formas de recurso. Uma *ação expressiva* visa consolidar a posse de recursos e evitar possíveis perdas. Trata-se de mobilizar indivíduos com interesses partilhados e recursos similares para que os recursos partilhados pela rede sejam preservados. Os indivíduos partilham seus recursos porque a preservação do ego reforça e realça a legitimidade deles para acessar tais recursos (Lin, 2001b, p. 19).
- 13 Para crítica metodológica do trabalho de Putnam, ver Morlino (1995) e Jackman e Miller (1998).
- 14 Embora a Itália se constitua como um Estado unitário, e não uma federação, na década de 1970 foi iniciado um projeto de descentralização administrativa. O Estado italiano fora dividido em vinte regiões administrativas dotadas de relativa autonomia em relação ao governo central, sendo outorgada a cada uma delas a mesma estrutura político-administrativa.
- 15 Para crítica mais detalhada sobre o conceito de capital social em Putnam, bem como da discussão realizada na seção seguinte, ver Fialho (s. d.).
- 16 Certamente, o ponto de partida para Putnam (2002) pensar a respeito dos “círculos virtuosos” e “círculos viciosos” de confiança.
- 17 Como também aponta Putnam (2002). Para uma exploração das idéias deste autor, ver Reis (2003).

### Bibliografia

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1963), *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, Princeton University Press.

BATESON, Patrick (2000 [1988]), “The biological evolution of cooperation and trust”, in D. Gambetta (ed.), *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford, Department of

- Sociology, University of Oxford, pp. 14-30. Disponível em: <<http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/trustbook.html>>.
- BOIX, Carles; POSNER, Daniel N. (1998), "Social capital: explaining its origins and effects on government performance". *British Journal of Democracy*, 28, 4: 686-93.
- BOSCHI, Renato Raul (1999), "Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador". *Dados*, 42, 4: 655-90.
- BOURDIEU, Pierre (1980), "Le capital social". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3.
- \_\_\_\_\_. (1983), "Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital", in R. Kreckel (ed.), *Soziale Ungleichheiten*, Goettingen, Otto Schartz & Co. (Soziale Welt, Sonderheft, 2). pp. 183-98.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Las formas de capital*. Lima, Piedra Azul. [Tradução de Bourdieu (1983)].
- COLEMAN, James S. (1988), "Social capital in the creation of human capital". *American Journal of Sociology*, 94, Supplement: S95-S120.
- \_\_\_\_\_. (1990), *Foundations of social theory*. Cambridge, Harvard University Press.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (2003), *Capital social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (eds.) (1999), *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington, DC, World Bank.
- DIAS Jr., Cláudio Santiago (2001), *Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DURKHEIM, Émile (1999 [1894]), *Da divisão do trabalho social*. Santos, SP, Martins Fontes.
- FIALHO, Fabrício M. (s. d.), "Considerações sobre o conceito de 'capital social' em *Comunidade e democracia*" (manuscrito).
- FOLEY, Michael W.; EDWARDS, Bob & DIANI, Mario (2001), "Social capital reconsidered", in B. Edwards; B. Foley; M. Diani (eds.), *Beyond Tocqueville: civil society and the social capital debate in comparative perspective*. Hanover, NH, University Press of New England. pp. 266-80.
- GAMBETTA, Diego (2000 [1988]), "Can we trust trust?", in D. Gambetta (ed.), *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford, Department of Sociology, University of Oxford, pp. 14-30. Disponível em: <<http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/trustbook.html>>.
- GRANOVETTER, Mark S. (1973), "The strength of weak ties". *American Journal of Sociology*, 78: 1360-80.
- \_\_\_\_\_. (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 3: 481-510.

- HARDIN, Russell (2002), *Trust & trustworthiness*. New York, Russell Sage Foundation.
- HELLIWELL, John F. (1996), *Economic growth and social capital in Asia*. Cambridge, National Bureau of Economic Research (NBER Working Paper, 5.470).
- JACKMAN, Robert W.; MILLER, Ross A. (1998), "Social capital and politics". *Annual Review of Political Science*, 1: 47-73.
- KARNER, Tracy X. (2000), "Social capital", in E. F. Borgatta; R. J. V. Montgomery (eds.), *Encyclopedia of Sociology*, v. 4. New York, Macmillan. pp. 2637-41.
- KNOWLES, Stephen (2002), *Does social capital affect foreign aid allocations?* Nottingham, Center for Research in Economic Development and International Trade, University of Nottingham.
- LIN, Nan (1999), "Social networks and status attainment". *Annual Review of Sociology*, 25: 467-87.
- \_\_\_\_\_. (2001a), *Social capital: a theory of social structure and action*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (2001b), "Building a network theory of social capital", in N. Lin; K. Cook; R. S. Burt (eds.), *Social capital: theory and research*, New York, Aldine de Gruyter. pp. 3-29.
- LIN, Nan; VAUGHN, John C.; ENSEL, Walter M. (1981), "Social resources and occupational status attainment". *Social Forces*, 59, 4: 1163-81.
- MAUSS, Marcel (1974 [1926]), "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". *Sociologia e Antropologia*, v. II. São Paulo, EPU/ Edusp. pp. 37-184.
- MORLINO, Leonardo. (1995), "Italy's civic divide – Review of making democracy work: civic traditions in modern Italy, by Robert D. Putnam". *Journal of Democracy*, 6, 1: 173-7.
- PAXTON, Pamela (2002), "Social capital and democracy: an interdependent relationship". *American Sociological Review*, 67: 754-78.
- PORTES, Alejandro (1998), "Social capital: its origins and applications in modern Sociology". *Annual Review of Sociology*, 24: 1-24.
- PORTES, Alejandro; LANDOLT, Patricia (1996), "The downside of social capital". *American Prospect*, 26: 18-21.
- PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia (1993), "Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action". *American Journal of Sociology*, 98, 6: 1320-50.
- PRATES, Antônio Augusto P. (1997), "Resenha – Making democracy work. Civic traditions in modern Italy". *Teoria & Sociedade*, 1: 193-201.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Capital social e cultura cívica: seus efeitos sobre indicadores de qualidade de vida*. Belo Horizonte (Projeto de pesquisa não publicado).
- PUTNAM, Robert D. (2000), *Bowling alone: the collapse and the revival of American community*. New York, Simon & Schuster.

PUTNAM, Robert D.. (2002 [1993]), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro, FGV.

REIS, Bruno P. W. (2003), "Capital social e confiança: questões de teoria e método". *Revista de Sociologia e Política*, 21: 35-49.

WOOLCOCK, Michael. (1998), "Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework". *Theory and Society*, 27: 151-208.

Artigo recebido em abril/2007

Aprovado em abril/2008

## Resumo

### *As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social*

O conceito de capital social tem sido alvo das mais diversas definições, muitas delas contrastantes. Este artigo pretende revisar algumas contribuições a este debate, como as propostas por três importantes autores: James Coleman, Pierre Bourdieu e Nan Lin. Embora concordem com a idéia de que capital social é um recurso baseado na mobilização de redes sociais, esses autores têm opiniões divergentes no que diz respeito à alocação e à constituição do recurso. Após a apresentação do argumento principal de cada um deles, discute-se a neutralidade moral do capital social, seus mecanismos de reprodução, bem como a apropriação do conceito na obra de Robert Putnam e a crítica de alguns comentaristas a tal abordagem. Por fim, são levantadas algumas possibilidades de uma definição unificada de capital social.

**Palavras-chave:** Capital Social; Redes; Confiança; Recursos; Teoria Social.

## Abstract

### *The Multiple Definitions of Social Capital*

The concept of social capital has been defined in various ways. These definitions are not only numerous and distinct but, in some cases, opposite and incompatible. This article aims at revising the contributions of three leading authors in this discussion: James Coleman, Pierre Bourdieu, and Nan Lin. In spite of their agreement with the idea of social capital as a resource based on mobilization of social networks, they support divergent perspectives concerning the constitution and allocation of such kind of capital. After exploring these authors' major arguments, we also discuss the moral neutrality of social capital, its mechanisms of reproduction, and its use in Robert Putnam's work, and review a set of critiques toward his approach. Concluding, we point out some possibilities toward a unified definition of social capital.

**Keywords:** Social Capital; Networks; Trust; Resources; Social Theory.

## Résumé

### *Les multiples définitions du concept de capital social*

Le concept de capital social a été l'objet des plus diverses définitions, plusieurs d'entre elles contrastantes. Cet article a pour but de réviser certaines des contributions à ce débat, comme celles proposées par trois importants auteurs: James Coleman, Pierre Bourdieu et Nan Lin. Bien que d'accord sur l'idée que le capital social est une ressource basée sur la mobilisation des réseaux sociaux, ces auteurs ont des opinions divergentes en ce qui concerne l'allocation et la constitution de cette ressource. Après la présentation de leurs principaux arguments, l'article aborde la neutralité morale du capital social, ses mécanismes de reproduction ainsi que l'appropriation du concept dans l'œuvre de Robert Putnam et la critique de quelques commentateurs à son abordage. Finalement, certaines possibilités pour une définition unifiée de capital social sont proposées.

**Mots-clés:** Capital social; Réseau; Confiance; Ressources; Théorie sociale.

# 32º Encontro Anual da ANPOCS

27 a 31 de outubro de 2008 Caxambu - MG

- Conferências
- Fóruns
- Mesas Redondas
- Grupos de Trabalho
- Sessões de Vídeo
- Exposições
- Cursos
- Feira de Livros

**ANPOCS**

Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

**BR**

**PETROBRAS**

**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar 05508-900 - São Paulo - SP  
Telefax: 55(11) 3091-4664 / 3091-5043 [anpocs@anpocs.org.br](mailto:anpocs@anpocs.org.br) [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)



Petrobras. 40 anos em Minas.

## Sobre a “Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira\*

Roberta Bivar C. Campos

### Cultura Brasileira e Sincretismo: Multiculturalismo Bem-sucedido

Refletir sobre (in)tolerância, tanto racial como religiosa, no Brasil, nos leva a pensar sobre a cultura brasileira e sua “lógica”. Já há algum tempo, estudiosos da religião tendem a associar à natureza sincrética do catolicismo português a herança cultural e matrícia da nossa lógica antropofágica, da nossa *identitofagia*, para usar um termo de Roberto Motta. Muitas vezes, essa lógica é identificada como um paradigma de “multiculturalismo” (pluralismo cultural) bem-sucedido (Brumana, 2002; Motta, 2003, 1998), no qual a confraternização e a emblematização da cultura se sobressaem. No entanto, a idéia de um multiculturalismo bem-sucedido é ponto de controvérsias entre autores que abordam o assunto.

Por um lado, há vários modelos de pluriculturalismo; por outro, no Brasil, a idéia de pluriculturalismo está relacionada à de sincretismo. Sincretismo que se torna ele mesmo emblema da natureza ou essência da identidade brasileira, e que, mesmo quando não se apresenta como categoria de compreensão de nosso país, é certamente um elemento empírico sempre lembrado e ressaltado como mecanismo multicultural criador da socia(bi)lidade brasileira e de seu *ethos*. Ao comentar a obra de Sergio Ferretti, que estuda o tambor-de-mina, Prandi (1995, pp. 10, 11) afirma:

A pesquisa de Ferretti nos revela – e aqui situo o maior mérito de sua obra – a capacidade do sincretismo religioso de remontagem de aspectos institucionais e rituais para respostas específicas a situações sociais problemáticas, historicamente definidas. O sincretismo, deste modo, não é simplesmente um dado observável, mas um processo sócio-cultural.

[...]

No limite antropológico, trata-se de estudar o sincretismo em seus elementos constitutivos e mostrar que não há nada de errado com ele, pois sem sincretismo não há tambor-de-mina, não no Maranhão de hoje, ou pelo menos não ainda. Os voduns são “católicos” e assim serão enquanto católicas serão suas vodúnsis.

Sincretismo é mais que um fato empírico, é um mecanismo sociocultural (ou um processo social, para alguns), o qual, no caso brasileiro, sempre remete às tradições afro-brasileiras e católica e, em menor grau, às indígenas. Segundo Segato (1997), esse processo sincrético leva à criação de uma emblematização da cultura, mas que, por sua vez, enfraquece a concepção territorializada, essencial, da etnia como parcela da nação (Segato, 1991a, 1991b, 1997, p. 236). Em outras palavras, palavras *freyrianas*, ganharíamos em confraternização em detrimento de uma etnização.

No meio acadêmico, e fora dele, a imagem do Brasil é extraordinariamente associada à

\* Agradeço a Cecília Mariz, Marcelo Camurça, Renata Menezes e, em especial, a Pierre Sanchis que me fizeram não desistir deste artigo.

categoria de sincretismo, a ponto de muitos autores representarem a intensificação dos processos de hibridização no mundo como um fenômeno de *brasilianização* (Motta, 1998). Mas falar de catolicismo como a religião dos brasileiros já não é tão certo e direto, e outros autores, se não se apresentam mais céticos quanto à nossa ontológica docilidade sincrética, acreditam que a subjetividade dos brasileiros e a própria lógica cultural estejam passando por profundas transformações (Souza, 1999, 2000, 2001; Soares, 1993; Pierucci, 2006; Sanchis, 1999). Alguns autores até têm duvidado da vitalidade de nossa tradição inclusiva e neutralizadora da diferença que o sincretismo expressaria e entendem que a questão não está em negar a catolicidade como constitutiva da cultura popular brasileira, mas em salientar as transformações culturais e sociais diante da formação do Estado Moderno e democrático e, em consequência, do mercado e da liberdade religiosos, com destaque cada vez maior para a presença do pentecostalismo entre as camadas sociais mais baixas.

São inúmeros os autores que comentam e investigam essas transformações. Birman (2006) observa que, nos últimos quinze anos, houve redirecionamento das pesquisas com significativa diminuição dos trabalhos sobre os chamados cultos afro-brasileiros. Segundo ela, “a motivação para estudar os cultos afro-brasileiros diminuiu na medida em que estes, pouco a pouco, deixaram de ser uma referência importante para pensar a articulação do religioso tradicional com a totalidade nacional” (Birman, 2006, p. 189). Burity (1997, p. 13), por exemplo, bem aponta para o fato de que “parte da celeuma em torno dos (neo)pentecostais decorre de uma rearmarcação no campo religioso que vai de encontro a uma secular associação entre catolicismo e nacionalidade, por um lado, (e) entre pluralismo e perda de sentido de nacionalidade, de outro”. Não seria demais ainda citar Pierre Sanchis (1994, p. 63):

O fenômeno pentecostal é de bom tamanho. Ele implica um desafio a uma tradição cultural, precisamente porque desta tradição ele sabe reencontrar algumas das linhas mestras. O que é faca de dois gumes, tanto para esta cultura quanto para ele próprio.

Dessa forma, o foco das preocupações de muitos pesquisadores (Pierucci, 1996, 2006; Camurça, 2006, Mariz, 2006, entre outros) voltaram-se para as transformações no campo religioso com o viés sócio-antropológico. Pensar sobre a relação entre catolicismo e cultura brasileira contemporânea exige, portanto, que se leve em conta essas mudanças, das quais fazem parte o declínio do catolicismo e o intenso processo de descristianização do mundo.

A identidade religiosa do brasileiro tornou-se mais variada nos tempos atuais. Esse fato tem se traduzido não só na quantidade de novas religiões, mas também na identificação dos indivíduos com mais de uma delas, com somente partes de uma ou partes de várias. Uma verdadeira mutação, que tem alterado o mapa das religiões juntamente com os sentidos e funções da religião (Hervieu-Léger, 1993, 2005).

Com as fraturas já expostas, expressas na própria diversificação da identidade religiosa de seus adeptos (Sanchis, 1992, 2001, 2003), o catolicismo declinou em termos estatísticos, e sua hegemonia, tanto religiosa como política, deixou de ser certa para tornar-se disputada.

### **O Retorno do Sincretismo e sua Polifonia nas Ciências Sociais**

A discussão sobre pluralismo religioso no contexto brasileiro tem sido marcada por duas categorias analíticas: “sincretismo” e “mercado”, conforme Giumbelli (2002, 2003). Esse autor nota que o modelo de mercado como representação do pluralismo permeia pesquisadores de orientações diferenciadas e une interpretações divergentes. Para alguns autores, a idéia de falta de liberdade religiosa é totalmente desca-

bida para o contexto brasileiro, em virtude da própria diversidade de oferta e da tamanha facilidade com que se troca de religião no Brasil, a ponto de a religião transformar-se em consumo de bens de salvação e o fiel em consumidor (Prandi, 1996; Pierucci, 1997). Por outro lado, os autores que se utilizam do modelo de mercado destacam a situação privilegiada de que goza a Igreja Católica brasileira, em contraste com o *status* dessa instituição no contexto norte-americano. No Brasil, há uma afinidade histórica entre Estado e Igreja, sendo esse mais aliado que mediador (Pierucci, 1997).

Contudo, há críticas de que o modelo de mercado não daria conta de pensar sobre o comportamento efetivo dos agentes do campo religioso. Dessa forma, a categoria sincretismo volta a ganhar força e a renovar o seu potencial explicativo (Sanchis, 1992, 1999, 2001, 2003). Sanchis (1999, p. 202) reabre a caixa que já se pensava fechada para sempre:

Ser, ao mesmo tempo, uma coisa e outra coisa é – ou não? – sincretismo? Em caso afirmativo, tal sincretismo representa uma riqueza, ou um empobrecimento epistemológico? Essas perguntas recebem entre os APNs respostas diversificadas e que não se confinam num plano teórico. Articulam-se existencialmente a uma experiência coletiva ao mesmo tempo nova e tradicional, que reabre, em função de problemas contemporâneos, uns dossiês que alguns pensavam definitivamente fechados.

Sanchis (1999) procura avançar na construção da compreensão epistemológica e teórica do sincretismo, apontando para a necessidade de o conceito abarcar a sua multiplicidade empírica sem se tornar uma abstração vazia. Reconhece no sincretismo um problema mais da atualidade do que algo propriamente brasileiro: homologias do fenômeno poderiam ser encontradas na Índia, Grécia, África e em tantos outros contextos (Sanchis, 1994, 1999). E ques-

tiona se o problema contemporâneo do sincretismo não seria a recusa de absolutizar uma das modalidades da razão (pré-modernidade, modernidade ou pós-modernidade), tentando torná-las mútuas e eficazmente compatíveis.

Em artigos mais recentes, Pierre Sanchis (2001, 2003) dá prosseguimento às suas reflexões enfocando a religiosidade brasileira. Defende que, para além de toda diversidade e da oposição nela presente, pode-se perceber pontes, relações e transferências de sentidos entre religiões, e assim teorizar a respeito de um *habitus* católico no modo de sermos brasileiros.

Ele elabora “algo como história feita em estrutura” (Sanchis, 2003) e Regina Novaes (2003) interpreta “uma marca católica que impregna o espaço da cultura”. Essa estrutura, esse *habitus*, seria uma espécie de matriz católica sincrética. Nas palavras de Sanchis, uma estrutura virtualmente sincrética, um catolicismo propenso ao sincretismo (Novaes, p. 28). Em outras palavras, o catolicismo português seria uma espécie de referência civilizatória (Sanchis, 2001, 2003). Esse modelo serviria como uma espécie de chave para perceber “porosidades hipertensas” e processos de “contaminação”.

Regina Novaes (2003) chama ainda a atenção para as discussões de Sanchis, que propiciam ir mais além. Através do sincretismo, podemos perceber outras assimetrias e conflitos na dinâmica do campo religioso e, por sua vez, social.<sup>1</sup> Permite-nos, inclusive, perceber seus efeitos em outras dimensões da vida social, como no caso do próprio trabalho de Regina Novaes sobre o *hip-hop*.<sup>2</sup> Entretanto, esse sincretismo original recebe diferentes interpretações, ora negativas ora positivas, ao longo da história do pensamento social brasileiro, como já bem observou Motta (2000, 2003) desde a “ilusão de catequese” (em Nina Rodrigues),<sup>3</sup> passando pela versão mais otimista de uma “profunda confraternização de valores e sentimentos”, como na versão *freyriana*, para uma nova versão negatizada, só que invertida, como nas versões

de Édison Carneiro e Roger Bastide, para quem o processo sincrético é causa da decomposição da essência africana e da pureza do “rito nagô”, interpretação que muito influenciará o movimento negro na Bahia e tendências anti-sincréticas de identidades definidas e excludentes.

Na interpretação *freyriana*, o catolicismo português, além de ser caracterizado como tradicional e representado pelo culto aos santos, e de forte teor sincrético, é também fundamentalmente representado por um imaginário de gênero, uma religião mais feminina, acolhedora e dócil, contraposta à religião da “lei do Pai”, violenta e segregadora, que é, por sua vez, em geral, identificada com o protestantismo. Foi a lógica inclusiva do catolicismo português, pré-moderna, que permitiu, na descrição de Gilberto Freyre, que a religião se tornasse

[...] o ponto de encontro e de confraternização entre duas culturas, a do senhor e a do negro; e nunca uma intransponível e dura barreira... A liberdade do escravo de conservar e até de ostentar em festas públicas [...] formas e acessórios de sua mítica, de sua cultura fetichista e totêmica, dá bem idéia do processo de aproximação das duas culturas no Brasil (1980, p. 356).

[...]

Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e sentimentos... Confraternização que dificilmente se teria realizado se outro tipo de cristianismo tivesse dominado a formação social do Brasil; um tipo mais clerical, mais ascético, mais ortodoxo; calvinista ou rigidamente católico; diverso da religião doce, doméstica, quase de família entre santos e homens que, das capelas patriarcais, das casas-grandes, das igrejas sempre em festas – batizados, casamentos, festas de bandeira dos santos, crismas, novenas – presidiu o desenvolvimento social brasileiro... (p. 355).

Gilberto Freyre encontra assim no catolicismo português uma lógica mais inclusiva, menos violeta.

Se, por um lado, tal religiosidade é positivada, como no caso de Freyre, por outro, muitos são os estudiosos que viram estreita relação entre essa cosmologia com o sistema de dominação patriarcal. Em verdade, na interpretação *freyriana*, essa lógica teria suavizado, no Brasil, a violência patriarcal. Carlos Steil (2001) comenta que é através das imagens dos santos que se estabelece uma comunicação entre vivos e mortos, e que esse modelo de catolicismo cria uma cosmologia em que as fronteiras entre a vida e a morte são continuamente ultrapassadas sem a necessidade de mediação de agentes especializados. As relações entre os santos e os fiéis são pessoais e baseadas no princípio da proteção e lealdade. Cada fiel tem seu santo protetor, ou seu padrinho celestial, que em contrapartida lhe pede lealdade. Entendem os estudiosos mais críticos do sincretismo que, apesar das transformações na organização social brasileira, esse modelo relacional ainda permanece como elemento cultural de longa duração, observadas nas relações de clientelismo e patronagem do universo da política brasileira. Tal interpretação expressa uma visão que negativa a influência católica no modo de pensar e viver do brasileiro; esta mesma visão é encontrada nas explicações para o atraso do Brasil, com relação aos Estados Unidos, no desenvolvimento técnico e econômico. Mas se, no Brasil, o avanço econômico e o desenvolvimento técnico-científico puderam superar essa herança, parece que, no âmbito das explicações sobre a nossa socia(bi)lidade e de nossos valores, ainda seríamos guiados por essa tradição católica. Aqui é interessante notar que o pensamento social brasileiro reconhece em nossa sociedade áreas mais quentes no dizer de Lévi-Strauss, ou áreas mais performativas no dizer de Sahlins. Teríamos sofrido transformações significativas nas questões econômicas, técnicas e científicas, mas seríamos ainda muito frios e prescritivos em termos de nossos valores, idéias, enfim de nossa lógica cultural.

Apesar das interpretações negativadas, uma visão alternativa mais positivada da lógica relacional brasileira, que se traduz na valoração do sincretismo católico e de sua docilidade, ainda está presente, como afirmei anteriormente, em muitos autores contemporâneos nativos e estrangeiros, em especial quando se pensa sobre política identitária no contexto pós-colonial. Se antes perdíamos na comparação com os Estados Unidos e Europa, agora temos vantagens. Segundo o antropólogo espanhol Fernando Gobelina Brumana (2002, p. 9):

Identidade é uma categoria na Europa que pode gelar o sangue; boa parte das tragédias do século XX – e ainda as que ficamos por sofrer – percebem sua consecução: os campos de extermínios hitlerianos, a grande Sérvia, os carros-bomba do ETA são todos declinações suas. Mas as coisas mudam quando pensamos no Brasil. Por quê? Porque deste lado do Atlântico, de onde escrevo estas linhas, “identidade” é, acima de tudo, equivalente à pureza do outro, se pensa e vive como uma singularidade feita de singularidades: uma complexa articulação entre unidade e diferença.

Sanchis compartilha com Freyre a interpretação de que o catolicismo português teria a qualidade simbólica de permitir a plurivalência semântica e, portanto, a abertura para o outro. Em Sanchis, entretanto, fica claro que essa abertura significa uma assimilação *hierárquica* e *neutralizadora da diferença* e não exatamente uma confraternização. Este autor adverte ainda, com razão, que sincretismo e tolerância não são sinônimos.

Uma radicalidade duradoura e constantemente reinvestida teria assim dotado o Brasil de um *habitus* (história feita estrutura) de porosidades das identidades e de ambivalência dos valores, de uma tendência, sempre frustrada mas permanentemente retomada, em direção à conjugação do múltiplo numa unidade nunca atingida. Com a

condição de situá-la claramente em seu nível estrutural, de não confundi-la com fáceis convergências e de explicar a diversidade das versões que, em lugares e momentos diferentes, ela apresenta, talvez continue sendo epistemologicamente produtivo chamar esta porosidade de “sincretismo”. Mas “sincretismo” e articulação do diacrônico na mesma sincronia está longe de querer significar tolerância (Sanchis, 2001, pp. 45-6).

Cecília Mariz (2005) já comentou que hibridez, mistura, há em todas as culturas e em todas as sociedades; no entanto, o que nos diferencia é o valor dado a essa mistura. Enquanto algumas sociedades expressam, ideologicamente, horror à mistura, outras não só a recebem bem, como exaltam o sincretismo. Acrescento à observação de Mariz (2005) que anti-sincretismo necessariamente não é intolerância, assim como sincretismo não é tolerância, como já advertiu Sanchis. Outro autor, Umberto Eco (2000, p. 16), observa:

Todo fundamentalismo será necessariamente intolerante? No plano da hermenêutica, sim, mas não necessariamente no plano da política. Pode-se muito bem imaginar uma seita fundamentalista, que atribua a seus eleitos o privilégio de compreender o Livro da única forma verdadeira, sem por isso fazer proselitismo, obrigar os outros a partilhar de sua crença, ou lutar para construir uma sociedade que aceite essa crença como obrigatória.

Portanto, a (in)tolerância no (anti-)sincretismo deve ser buscada no contexto, nas condições sociais e políticas dos agentes sociais, na sua capacidade social de enfretamento e nas estratégias ou astúcias possíveis. O valor do particular já foi demonstrado por Geertz (1971), na análise comparativa das formas de apropriação de uma mesma religião (o islamismo) em dois contextos culturais diferentes: no Marrocos e na Indonésia.

Alguns autores concentram-se na ambigüidade do conceito de sincretismo, para elaborar suas teorias. Souza (1999, 2000), por exemplo, vai em busca do “pecado original” para reinterpretar o Brasil. Prandi (1995), Souza (2001), Soares (1993), S. Ferretti (1995), M. Ferretti (1985, 1987) vêem a razão para esse encontro e essa suposta confraternização na estratégia política dos escravos negros, mais do que, como em Freyre, na qualidade inclusiva, doce do catolicismo português. Souza, no entanto, lembra que o próprio Gilberto Freyre aborda a importância da lógica da escravidão muçulmana na colonização portuguesa, na sociogênese de nossa matriz cultural sincrética:

Para Freyre, a escravidão muçulmana é aquela que repete a estratégia muçulmana nas suas guerras de conquista e escravidão, que permitia ao escravo nascido de muçulmano ser equiparado a este em *status* caso assumisse a religião e os “valores” do pai (Freyre, 1969, p. 181). Essa astuciosa estratégia propicia uma expansão e durabilidade da conquista inigualáveis, na medida em que associa o acesso a bens materiais e ideais muito concretos à identificação do dominado com os valores do opressor. A conquista pode assim abdicar da vigilância e do emprego sistemático da violência para garantia do domínio e passar a contar crescentemente com um elemento volitivo internalizado e desejado pelo próprio oprimido (Souza, 2001, p. 59).

Em Albino Gonçalves Fernandes, contemporâneo de Gilberto Freyre, a ênfase recai sobre os processos psicossociais e interativos em vez de uma abordagem macrossociológica:

Sabe-se que o sentimento de inferioridade cria um estado psíquico especial que se projeta [...] como ânsia de compensação. A identificação dos orixás negros a santos de brancos, expressão dum poder anímico dominante, os santos dos seus senhores, encer-

ra, duma só vez, uma manobra de imaginação de prestígio e duma atitude destrutiva, visando um só alvo de compensação ideal, elevando a sua crença dum plano inferior para um plano superior e predominante [...] nóculo duma espécie de reação psicológica à ambiência e a ela condicionado pelas resultantes da luta entre sentimentos de inferioridade, a necessidade de compensação e a projeção de todo esse complexo num “*arrangement*” compensador. O sincretismo gege-nagô-católico parece-nos, pois, surgir como uma expressão dramática dum choque de situações, polarizando a insegurança e a inferioridade num artifício lógico de conduta (Fernandes, 1953, p. 126, *apud* Motta, 2003; *grifo meu*).

Destaca-se nesta citação algo que se encontra no conceito de astúcia desenvolvido por De Certeau (2003) para definir a *ratio popular*, a noção de uma ação subversiva dos oprimidos, que se faz nas margens, nos interstícios, no silêncio, na invisibilidade. Vale ainda salientar que o sincretismo brasileiro não é obra unilateral das tradições afro-brasileiras. Como Soares (1993, p. 215) observa, “é linguagem plenamente compatível com a plasticidade do imaginário católico”.

A questão não está em negar o sincretismo, ou a hibridez. Hibridez sempre houve em toda parte. Cecília Mariz (2005) já comentou que, embora o sincretismo, cultural ou religioso, sempre ocorra e seja a forma quase inevitável do encontro de culturas distintas, há uma tendência nas Ciências Sociais brasileiras de caracterizá-lo como algo tipicamente nosso. E ainda que haja exclusividade de identidade religiosa e aversão a misturas, características do catolicismo romano oficial e do pensamento protestante, estas constituem a exceção e não a regra. Entretanto, para Mariz, deveríamos considerar outros fatores além da lógica interna do catolicismo como elemento gerador de uma propensão ao sincretismo da cultura brasileira, como, por exemplo, o contingente populacional

africano no território nacional. No passado, a escravidão muçulmana, na observação de Souza (2001), teve papel importante na geração de nossa matriz cultural, valores que foram “habituados” em atitudes e disposições psicológicas e sociais. Mas, como Luiz Eduardo Soares aponta, em seu artigo provocador, se ontem tínhamos a senzala, hoje temos a rua, e nela o Estado e o mercado.

Os elos entre Casa-grande e Senzala começam a fragilizar-se e partir-se. Os “meninos de rua”, personagens contemporâneos, substituem os “pretinhos da senzala”, que brincam com os filhos do patrão e não raro obtêm, deste, a bênção do padrinho e a proteção do senhor das terras. Se a Senzala, mal ou bem, faz parte do complexo dominado pela Casa-grande, como sua extensão, ainda que subordinada, a rua, como nos ensinou Da Matta, não apenas está fora da casa, como representa o seu oposto. O “menino de rua” não brincará com os filhos do patrão, nem receberá bênção e proteção; mais frequentemente provocará medo e repulsa, matizados pela piedade, quando não fortalecidos pelo ódio. Neste mundo em que casa e rua já não podem contar com a mediação da Senzala, a guerra religiosa no interior das camadas populares é o maior sinal de que, no Brasil pós-ditadura, as classes subalternas se aproximam e se ligam entre si, organicamente, através, mais uma vez, da principal de suas linguagens: a religiosidade! (Soares, 1993, p. 207).

Soares (1993, p. 208) acredita que a tolerância complacente (característica da tradição católica sincrética) esteja sendo substituída pelo confronto igualitário, expresso pela recusa ao compromisso sincrético. Já Fry e Maggie (2006, p. 15) fazem comentário interessante sobre a obra de Nina Rodrigues, questionando se fora por condescendência que o branco permitiu a expressão da religiosidade dos negros:

Condescendência, salvo melhor juízo, é algo praticado pelos situacionalmente dominantes. Ao utilizar este conceito, NR insinua que, no campo religioso pelo menos, os escravos exerceram poder sobre seus senhores. É possível, pois esta é a grande “revelação” de *O animismo fetichista dos negros baianos. A crença no feitiço não era exclusiva dos negros baianos, era de todos os baianos, inclusive de sua elite, não por condescendência dos poderosos, mas pelo poder religioso dos politicamente fracos, ou seja, dos próprios negros (grifo meu).*

Se por complacência dos dominantes ou por “medo do feitiço” que fora possível, no período colonial, uma “cultura sincrética”, para muitos autores atuais, e em especial para Soares (1993), a “guerra santa” dos pentecostais contra o povo-de-santo expressa a emergência de uma nova configuração sociológica, de orientação igualitária, em cenário político que se democratiza. Para ele, essa guerra santa revela a instalação de um igualitarismo por baixo, de uma aliança paradoxal por hostilidade das classes subalternas, de um horizontalismo nas relações entre modalidades religiosas não-hegemônicas. Isso mostra que a cultura brasileira está passando por transformações significativas; mas o autor salienta que tais mudanças (culturais e sociológicas) não correspondem à passagem do holismo ao insulamento privado de uma individualidade absolutamente singularizada e autogestada por uma ideologia da emancipação herdada do liberalismo kantiano esclarecido. Características de nossa tradição certamente persistem, porém transformadas. No Brasil, nas camadas populares, tem sido construído um igualitarismo bastante peculiar, que alia os princípios referenciais e normativos da igualdade com a participação em corpos associativos ou comunitários, redefinindo assim a própria experiência da individualidade. Situação exemplificada pelo pentecostalismo e expressa na guerra santa. Soares (1993), tal qual Jessé Souza

(2001), coloca a importância das instituições na geração de valores e de novas subjetividades. Em Souza, destaca-se a importância do Estado e do mercado; e, em Soares, além dessas instituições, acrescentam-se principalmente as igrejas pentecostais. Já Sanchis (2001, p. 27) destaca a diferença entre a esfera institucional e aquela do cotidiano, entre as instituições, nos interstícios destas:

Duas distinções devem intervir aqui. Uma que acabamos de evocar, entre as posições institucionais – que muitas vezes se prendem estrita e fechadamente definidoras de identidade – e a comunicação no cotidiano entre os sujeitos portadores de sínteses religiosas que vivenciam por sua própria conta e que podem articular mutuamente dentro de si mesmos, sendo ao mesmo tempo “isto” e “aquilo”.

Por outro lado, Ricardo Mariano (2007) chama a atenção para o poder institucional (mídia televisiva, a política, jornais e revistas) das igrejas neopentecostais, negando a relação entre a intolerância neopentecostal com o poder dos fracos. Desse modo, valoriza na análise a esfera institucional em detrimento do espaço entre as margens e os interstícios, as mil maneiras de caça não-autorizadas, salientado por Sanchis (2002) e De Certeau (2003), onde encontraríamos o poder dos fracos.

Há ainda que se comentar sobre a situação perturbadora que implica ver positividade em expressões religiosas intolerantes. Walzer (1999, p. 128) comenta sobre o caso específico dos Estados Unidos:

Os pobres de hoje não contam com instituições sólidas ou bem fundadas que possam canalizar suas energias ou disciplinar membros indóceis. Estão socialmente expostos e vulneráveis.

O que vem acontecendo nos Estados Unidos nas últimas décadas é ao mesmo tem-

po inesperado e perturbador – mas talvez seja também animador, sob um aspecto que preciso explicar. A brecha econômica aumentou mesmo enquanto diminuiu a brecha social; as desigualdades de renda e recursos são hoje maiores do que eram há meio século. *Mas esse fato não gera como consequência, no quarto ou quinto escalão mais baixos da ordem social, uma conscientização “apropriada”, o reflexo mental da derrota: resignação e deferência. Não existe uma cultura difundida de aceitação passiva, nenhum grupo de pessoas moralmente preparadas para serem maleáveis e resignadas, como os “respeitáveis pobres” de muito tempo atrás.* Ou se existem pessoas assim, elas são, mais do que nunca, invisíveis – cultural e politicamente desarticuladas e representadas. O que vemos é sem dúvida muito deprimente: um grande número de homens e mulheres isolados e impotentes e muitas vezes desmoralizados, que são representados, e também explorados, por um grupo cada vez maior de demagogos religiosos e raciais e falsos carismáticos. Mas pelo menos essas pessoas não estão caladas, esmagadas, quebradas, e assim percebe-se no mínimo que algumas delas poderiam estar disponíveis para uma mobilização mais promissora num contexto político diferente (*grifo meu*).

Mariz e Machado (1998), tal qual Soares (1993), também alertam para uma transformação significativa nas disposições e atitudes das camadas menos privilegiadas da população brasileira, em referência ao comportamento religioso das camadas mais abastadas dos países do Terceiro Mundo. Segundo as autoras, o que marca o comportamento das camadas mais instruídas é uma visão monista, a qual permite a hibridação de crenças e rejeita a necessidade de exclusividade religiosa, bem como a acusação de demoníacas para outras crenças. A contraface desse fenômeno no Brasil é o crescimento, entre as camadas mais desfavorecidas, de grupos religiosos que defendem a ortodoxia e desencadeiam “guerras espirituais” contra outras

religiões e, especialmente, contra o descomprometimento com a fé, a superindividualização e as bricolagens religiosas (Mariz e Machado, 1998, pp. 36-7). O que se destaca, nesse fenômeno, é a transformação de um comportamento tradicionalmente mais cordato e submisso (ou como caracterizado por Soares de *tolerância complacente* ou de  *piedade arrogante*) a um estilo religioso bélico de confrontação e acusações explícitas na religiosidade dos mais pobres.

Ari Pedro Oro comenta que a intolerância neopentecostal em relação às religiões afro-brasileiras se não configura uma prática de racismo, constitui, ao menos, uma situação de heterofobia, ou seja, de fobia do outro, que se transforma em recusa e que conduz à agressividade. O autor vai além do fenômeno mais visível (a agressividade neopentecostal) e se pergunta qual o motivo da debilidade da reação dos afro-brasileiros. A resposta pode estar não só na desunião do campo religioso afro-brasileiro e na sua própria concepção do Mal (Mariz, 1997), como no *ethos* tradicional sincrético (maleabilidade e ambigüidade), que fora no passado importante para a reprodução da cultura e religiões africanas no Brasil (Oro, 1997). Nesse sentido, o sincretismo aparece como desmobilizador da comunidade negra ou da comunidade religiosa afro-brasileira. Não deveríamos nos surpreender, então, que algumas vertentes do movimento negro expressem atitudes e discursos anti-sincréticos.

Sobre a produção de novas sínteses no âmbito “afro-brasileiro”, muitos autores (Prandi, 1995, 1999; Consorte, 1999; S. Ferreti 1995; Silva, 1999; Sanchis, 1999; Negrão, 1996; Ortiz, 1978) já problematizaram o sincretismo e a reafricanização. Fry e Maggie (2006) atentam para uma oscilação ou ambigüidade, desde a obra de Nina Rodrigues, entre sincretismo e brasilidade, por um lado, e africanização e pureza, por outro, tanto no âmbito da academia como no próprio campo religioso afro-brasileiro.

Dando seguimento à discussão do presente artigo – a relação entre identidade nacional e catolicismo e de como essa relação tem sido tencionada com as mudanças no campo religioso –, vejamos uma observação de Prandi (1999, p. 96):

Se a religião negra, ainda que em sua reconstituição fragmentada, era capaz de dotar o negro de uma identidade negra, africana, de origem, que recuperava ritualmente a família, a tribo e a cidade perdidas para sempre na diáspora, era por meio do catolicismo, contudo, que ele podia se encontrar e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade do branco dominador, que era o responsável pela garantia da existência do negro, ainda que em condições de privação e sofrimento, e que controlava a sua vida completamente. *Qualquer tentativa da sua condição escrava, como realidade ou herança histórica, implicava primeiro a necessária inclusão no mundo branco. E logo passava a significar o imperativo de ser, sentir-se e parecer brasileiro. Os negros não podiam ser brasileiros sem ser ao mesmo tempo católicos (grifo meu).*

Ele ainda acrescenta:

O próprio catolicismo, como cultura de inclusão, hegemônica, não fez oposições que não pudessem ser vencidas ao fato do negro manter uma dupla ligação religiosa.

Assim, as religiões afro-brasileiras sempre foram devedoras e dependentes do catolicismo, ideológica e ritualmente. Só muito recentemente, as religiões de origem negra começaram a se desligar do catolicismo, já numa época em que a sociedade brasileira não precisa mais do catolicismo como a grande e única fonte de transcendência que possa legitimá-la e fornecer-lhe os controles valorativos da vida social. *Mas isso é um projeto de mudança nos referenciais de identidade que mal começou e que exige, antes, outras experiências de situar-se no mundo com mais liberdade e direitos de pertença* (Prandi, 1999, p. 97; *grifo meu*).

Posição esta que se alinha a outras de autores da academia. Burity (1997), tal qual Soares (1993) e Souza (2001), comenta que o padrão sincrético associa-se à posição hegemônica da Igreja Católica, caracterizado pela inibição e domesticação da diferença.

### Reflexões para Pesquisa

Com o surgimento do Estado moderno e democrático, o mundo tem sofrido intenso processo de descristianização, bastante visível no declínio do catolicismo. Em meio às transformações culturais e sociais, destacam-se as que se deram no campo das religiões, com a formação de um mercado e, portanto, de maior liberdade religiosa.

Tendo isso por base, este artigo pretendeu refletir sobre a relação, já cristalizada nas Ciências Sociais, entre matriz sincrética católica e cultura brasileira.

Um dos pontos centrais foi pensar se o sincretismo ainda permanece como o valor englobante (Dumont, 1997), ou em que medida ele não estaria recuando para dar lugar ao individualismo, ou mesmo percebê-los – sincretismo e individualismo – como “mútuos e eficazmente compatíveis” (Sanchis, 1999). Como equacionar o sincretismo à idéia de brasilidade no atual contexto? Qual seja, de uma sociedade fundamentada em instituições como o Es-

tado e o mercado? Afirmar a prevalência da lógica sincrética não nos estaria levando a eclipsar a lógica dessas instituições? Ou melhor, afirmar que os brasileiros se comportam de modo inverso aos estímulos das instituições sociais fundamentais, como o Estado e o mercado (ver Souza, 2001)? Como é possível dar visibilidade para os deslocamentos que essas instituições exercem sobre o nosso sistema cultural?

A literatura tem concedido bastante espaço à guerra santa deflagrada entre as camadas mais populares, mas como tais tensões e conflitos são negociados e se acomodam entre os setores médios ainda merece investigações sócio-antropológicas. Há ainda uma idéia generalizada de que as camadas populares são as grandes protagonistas da intolerância, a exemplo dos neopentecostais. Eco (2000), Walzer (1999), Homi Bhabha (1997) comentam que a situação de exclusão não une as minorias no contexto de pluralismo, mas as colocam em competição pelo reconhecimento social. Dessa forma, entender como as categorias de classe, raça e religião cruzam-se e são acionadas em diferentes contextos sociais é de fundamental importância para compreendermos o comportamento efetivo dos agentes do campo religioso, e nisso os processos de conflito e acomodação, e como esses são expressos e negociados através de linguagens sincréticas e anti-sincréticas, também moduladas pela condição de classe.

### Notas

- 1 Aqui percebemos uma ressonância com a visão de Geertz (1978) da religião como sistema cultural, que penetra no senso comum, apesar de se distinguir dele, através de atitudes e disposições.
- 2 É justo observar que, ao final do texto, Novaes (2003) ainda pondera sobre qual seria o melhor conceito ou metáfora para o fenômeno da mistura, da bricolagem cultural. Se sincretismo (já tão desgastado) ou hibridismo.
- 3 Fry e Maggie (2006, p. 15) comentam na apresentação da obra de Nina Rodrigues que ele insinua que “A crença no feitiço não era exclusiva dos negros baianos, era de todos os baianos, inclusive de sua elite, não por condescendência dos poderosos, mas pelo poder dos politicamente fracos, ou seja, dos próprios negros.”

## Bibliografia

- BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas (2004), *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BHABHA, Homi (1997), *The location of culture*. London/ New York, Routledge.
- BIRMAN, Patrícia (2006), "Percurso afro e conexões sociais: negritude, pentecostalismo e espiritualidades", in F. Teixeira; R. Menezes (orgs.), *As religiões no Brasil, continuidades e rupturas*, Petrópolis, RJ, Petrópolis, RJ, Vozes.
- BRUMANA, Fernando Giobellina. (2002), "Prefácio", in M. O. Andrade, *500 anos de catolicismos & sincretismos no Brasil*, João Pessoa, ed. UFPB.
- BURITY, Joanildo (1997), *Identidade política no campo religioso*. Recife, Ipespe/ ed. UFPE.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres (2006), "A realidade das religiões no Censo do IBGE-2000", in F. Teixeira; R. Menezes (orgs.), *As religiões no Brasil, continuidades e rupturas*, Petrópolis, RJ, Petrópolis, RJ, Vozes.
- CONSORTE, Josildeth Gomes (1999), "Em torno de um manifesto de ialorixás baianas contra o sincretismo", in C. Caroso; J. Bacelar (orgs.), *Faces da tradição afro-brasileira*, Rio de Janeiro/ Salvador, Pallas.
- DE CERTEAU, Michel (2003), *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- DUMONT, Louis (1997), *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo, Edusp.
- ECO, Umberto (2000), "Definições léxicas", in F. Barret-Ducrocq (ed.), *A intolerância*. Foro Internacional sobre Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- FERRETI, Mundicarmo M. R. (1985), *Mina, uma religião de origem africana*. São Luís, MA, Sioge.
- \_\_\_\_\_. (1987), "La integración del 'Caboclo' sobre la 'Línea de la Selva': estudios sobre el sincretismo afro-indígena em cultos brasileiros". *Montalbán*. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello.
- FERRETI, Sergio Figueiredo (1995), *Repensando o sincretismo*. São Paulo, São Luís (MA), Fapema.
- FREYRE, Gilberto (1942), *Uma cultura ameaçada: a luso-tropical*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1959), *A propósito de frades*. Salvador, UFBA.
- \_\_\_\_\_. (1980), *Casa grande & senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro/ Brasília, José Olympio/ INL.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Sobrados e mucambos*. 14. ed. revista. São Paulo, Global Editora.
- FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne (2006), "Apresentação". *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional / ed. UFRJ.

- GEERTZ, Clifford (1971), *Islam observed*. Chicago/ London, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1978), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HÉRITIER, Françoise (2000), “O eu, o outro e a intolerância”, in F. Barret-Ducrocq (org.), *A intolerância*. Foro Internacional sobre Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HERVIEU-LÉGER, Daniëlle (1993), *La religion pour mémoire*. Paris, Les editions du CERF.
- \_\_\_\_\_. (2005), *O peregrino e o convertido*. Lisboa, Gradiva.
- MARIANO, Ricardo (2007), “Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros”, in V. G. Silva (org.), *A intolerância religiosa*, São Paulo, Edusp.
- MARIZ, Cecília L. (1997), “Reflexões sobre a reação afro-brasileira”. *Debates do NER*, ano 1, n. 1, NER-PPGAS da UFRGS, pp. 96-103.
- \_\_\_\_\_. (2005), “De vuelta al baile del sincretismo: um dialogo com Pierre Sanchis”. *Ciências Sociais y Religion*, 7, Porto Alegre, pp. 189-202.
- \_\_\_\_\_. (2006), “Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade”, in F. Teixeira; R. Menezes (orgs.), *As religiões no Brasil, continuidades e rupturas*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- MARIZ, Cecília; MACHADO, M. das Dores (s. d.), “Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais”. *Comunicações do ISER*, 45: 24-34.
- \_\_\_\_\_. (1998), Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. *Antropolítica*, 5: 21-43.
- MAYBURY-LEWIS, David (2003), “Identidade étnica em Estados pluriculturais”, in R. P. Scott; G. Zarur (eds.), *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*, Recife, ed. UFPE.
- MOTTA, Roberto (1998), “Gilberto Freyre e o estudo das relações raciais: os perigos da ortohistória”. *Antropológicas*, número especial (Antropologia, memória. Tradição e perspectivas), ano III, v. 7, pp. 15-43.
- \_\_\_\_\_. (2000), “Paradigms in the study of race relations in Brazil”. *International Sociology*, 15, 4: 665-82, Dec.
- \_\_\_\_\_. (2002), “A propósito de Frades: Gilberto Freyre, Max Weber e o Franciscanismo”, in E. Madruga; J. M. de Britto (eds.), *Interpretações do Brasil*, João Pessoa, ed. UFPB.
- \_\_\_\_\_. (2003), “Antropologia, pensamento, dominação e sincretismo”. *Anais do VII Encontro de Antropologia do Norte-Nordeste*. Recife, 2001.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira (1996), *Entre a cruz e a encruzilhada*. São Paulo, Edusp.
- ORTIZ, Renato (1978), *A morte branca do feiticeiro negro. Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes*. São Paulo, Paz e Terra.
- ORO, Ari Pedro (1997), “Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra?”. *Debates do NER*, ano 1, n. 1, pp. 10-38.
- \_\_\_\_\_. (2007), “Intolerância religiosa iurdiana e reações afro no Rio Grande do Sul”, in V. G. da

- Silva (org.), *Intolerância religiosa, impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo, Edusp.
- ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos (orgs.) (1997), *Globalização e religião*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- PIERUCCI, Antonio Flávio (2006), “Ciências Sociais e religião – A religião como ruptura”, in F. Teixeira; R. Menezes (orgs.), *As religiões no Brasil, continuidades e rupturas*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- PRANDI, Reginaldo (1995), “Prefácio”, in S. F. Ferreti, *Repensando o sincretismo*, São Paulo, São Luís (MA), Fapema.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Herdeiras do axé: sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização”, in C. Caroso; J. Bacelar (orgs.), *Faces da tradição afro-brasileira*, Rio de Janeiro/ Salvador, Pallas.
- SANCHIS, Pierre (1992), *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. Rio de Janeiro, Loyola.
- \_\_\_\_\_. (1994), “O repto pentecostal à cultura católica-brasileira”, in R. Valle; I. Sarti (eds.), *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1997), “O campo religioso contemporâneo no Brasil”, in A. P. Oro; C. Steil (orgs.), *Globalização e religião*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Sincretismo e pastoral: o caso dos agentes de pastoral negros no seu meio”, in C. Caroso; J. Bacelar (orgs.), *Faces da tradição afro-brasileira*, Rio de Janeiro/ Salvador, Pallas.
- \_\_\_\_\_. (2001), “Religiões, religião. Alguns problemas de sincretismo no campo religioso brasileiro”, in P. Sanchis (org.), *Fiéis e cidadãos*, Rio de Janeiro, ed. Uerj.
- \_\_\_\_\_. (2003), “A religião dos brasileiros”. *Teoria & Sociedade*, número especial, maio 2003, pp. 16-51.
- SEGATO, Rita L. (1991a), “Uma vocação de minoria: a expansão dos cultos afro-brasileiros na Argentina como processo de re-etnização.” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 2.
- \_\_\_\_\_. (1991b), “Cambio religioso y desetnización. La expansión evangélica em los Andes Centrales de Argentina”. *Religiones Latinoamericanas*, 1, México, Aler.
- \_\_\_\_\_. (1997), “Formações e diversidade: nação e opções religiosas no contexto da globalização”, in A. P. Oro; C. Steil (orgs.), *Globalização e religião*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- SOARES, Luiz Eduardo (1993), “Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro”, in L. E. Soares, *Os dois corpos do presidente*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- SOUZA, Jessé (1999), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e singularidade cultural brasileira*. Brasília, UnB.
- \_\_\_\_\_. (2000), *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, UnB.
- \_\_\_\_\_. (2001), “A sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?”. *RBCS*, 16, 45: 79-96.

SILVA, Vagner Gonçalves da (1999), "Reafricanização e sincretismo: interpretações acadêmicas e experiências religiosas", in C. Caroso; J. Bacelar (orgs.), *Faces da tradição afro-brasileira*, Rio de Janeiro/ Salvador, Pallas.

\_\_\_\_\_. (2007), *Intolerância religiosa, impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo, Edusp.

STEIL, Carlos (2001), "Catolicismo e cultura", in R. Valle (org.), *Religião e cultura popular*, Rio de Janeiro, DP&A.

SCHWARCZ, Lília Moritz (2001), *Racismo no Brasil*. São Paulo, PubliFolha.

WALZER, Michael (1999), *Da tolerância*. São Paulo, Martins Fontes.

Artigo recebido em agosto/2007

Aprovado em março/2008

### Resumo

*Sobre a "Docilidade" do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na Cultura*

O presente artigo faz uma revisão bibliográfica crítica sobre a relação entre uma suposta identidade brasileira com o fenômeno do sincretismo. Tal reflexão exige que se leve em conta o problema da transformação da religião na atualidade, após a formação do Estado Moderno democrático, e com ele da ascensão do mercado religioso. Todavia, a relação entre catolicismo e cultura brasileira não tem sido por isso enfraquecida. A idéia de uma matriz sincrética geradora da sociabilidade brasileira é compartilhada por antropólogos nativos e estrangeiros e tem se tornando paradigma de um multiculturalismo bem-sucedido. Um dos pontos centrais é a reflexão sobre se o sincretismo ainda permanece como valor englobante ou se não estaria recuando para dar lugar a outras lógicas.

**Palavras-chave:** Sincretismo; Multiculturalismo; Cultura brasileira; (In)Tolerância; Catolicismo.

### Abstract

*On the "kindness" of Catholicism: Interpretations of Syncretism and Anti-syncretism within Brazilian Culture*

This article offers a critical bibliographical review on a supposed identity connection between Brazilian identity and syncretism. A critical analysis on this issue must take into account the transformation on the role of religion in modern age, the emergence of the modern nation state, religious freedom, and market. However, the identity relation between Catholicism and the Brazilian Culture has not been challenged. Many authors, both Brazilian and non-Brazilian, have been sustaining conceptual approaches that understand the Brazilian sociability as a product of a symbolic catholic syncretism matrix which is itself identified with a multiculturalism well succeeded. The main point the article intends to stress within the literature is whether the syncretism can still be understood as a broad encompassing value or it has been giving away space to other logics.

**Keywords:** Catholicism; Syncretism; Multiculturalism; (In)Tolerance; Brazilian Culture.

## Résumé

*À propos de la "docilité" du catholicisme: interprétations du syncrétisme et de l'antisyncrétisme dans la culture brésilienne*

Cet article présente une révision de la bibliographie critique concernant la relation entre une soi-disant identité brésilienne avec le phénomène du syncrétisme. Une telle réflexion exige que l'on considère le problème de la transformation de la religion dans l'actualité, suite à la formation de l'État moderne démocratique et de la conséquente ascension du marché religieux. Toutefois, la relation entre le catholicisme et la culture brésilienne ne s'est pas, de ce fait, affaiblie. L'idée d'une matrice syncrétique génératrice de la sociabilité brésilienne est partagée par les anthropologues natifs et étrangers et est devenue le paradigme d'un multiculturalisme réussi. Un des points centraux est la réflexion sur la question de savoir si le syncrétisme demeure toujours une valeur englobante ou s'il serait entrain de reculer pour laisser place à d'autres logiques.

**Mots-clés:** Syncrétisme; Multiculturalisme; Culture brésilienne; (In)Tolérance; Catholicisme.



## Los colores de la izquierda

**217**  
SEPTIEMBRE-OCTUBRE 2008

COYUNTURA: **Camilo Echandía Castilla**. El fin de la invulnerabilidad de las FARC. El estado actual del conflicto armado en Colombia. **Oscar Ugarteche**. Entre la realidad y el sueño. La construcción de una arquitectura financiera sudamericana.

APORTES: **Yesko Quiroga**. De modelo ejemplar a objeto de enmiendas: el sistema de pensiones de Chile.

TEMA CENTRAL: **Jorge Lanzaro**. La socialdemocracia criolla. **Fernando Mires**. Socialismo nacional versus democracia social. Una breve revisión histórica. **Manuel Alcántara Sáez**. La escala de la izquierda. La ubicación

ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina. **Kenneth M. Roberts**. ¿Es posible una socialdemocracia en América Latina? **Wolfgang Merkel / Alexander Petring**. La socialdemocracia en Europa. Un análisis de su capacidad de reforma. **Marco Aurélio García**. Nuevos gobiernos en América del Sur. Del destino a la construcción de un futuro. **Edgardo Mocca**. Las dos almas de la izquierda reformista argentina. **Rosario Espinal**. De los ideales al pragmatismo. La evolución del Partido Revolucionario Dominicano. **Brasilio Sallum Jr.** La especificidad del gobierno de Lula. Hegemonía liberal, desarrollismo y populismo. **Martín Tanaka**. Del voluntarismo exacerbado al realismo sin ilusiones. El giro del APRA y de Alan García. **Fernando Henrique Cardoso**. «Las líneas de separación entre izquierda y derecha son otras, pero existen». Entrevista de José Natanson.



**215**  
MAYO-JUNIO 2008

La equidad,  
entre  
macroeconomía  
y política social



**216**  
JULIO-AGOSTO 2008

¿Cuba  
cambia?

PAGOS: Solicite precios de suscripción y datos para el pago a <info@nuso.org> o <distribucion@nuso.org>.

EN NUESTRO PRÓXIMO NÚMERO  
**Género**

**Programas de Pós-Graduação  
e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs**

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de  
Pesquisa – COC  
[www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br)

Centro Brasileiro de Análise e  
Planejamento – CEBRAP  
[www.cebrap.org.br](http://www.cebrap.org.br)

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP  
[www.fflch.usp.br/cea](http://www.fflch.usp.br/cea)

Centro de Estudos de Cultura  
Contemporânea – CEDEC  
[www.cedec.org.br](http://www.cedec.org.br)

Centro de Estudos da Religião – CER-USP  
[www.fflch.usp.br/cer](http://www.fflch.usp.br/cer)

Centro de Estudos Rurais e Urbanos  
CERU-USP  
[www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm](http://www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm)

Centro de Pesquisa e Documentação  
História Contemporânea CPDOC –  
FGV-RJ  
[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)

Centro Josué de Castro  
[www.josuedecastro.org.br](http://www.josuedecastro.org.br)

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA  
[www.crh.ufba.br](http://www.crh.ufba.br)

FGV – Programa de Pós-Graduação em  
Administração Pública e Governo  
[www.easp.fgvsp.br](http://www.easp.fgvsp.br)

Fundação Casa de Rui Barbosa  
[www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de  
Pesquisas Sociais – FJN  
[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)

Instituto de Estudos da Religião – ISER  
[www.iser.org.br](http://www.iser.org.br)

Instituto de Relações Internacionais IRI-  
PUC-RJ  
[www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/iri](http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/iri)

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política  
[www.iuperj.br/pos\\_graduacao](http://www.iuperj.br/pos_graduacao)

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia  
[www.iuperj.br/pos\\_graduacao](http://www.iuperj.br/pos_graduacao)

Museu Paraense Emilio Goeldi – UFPA  
[www.museu-goeldi.br/informacaocientifica](http://www.museu-goeldi.br/informacaocientifica)

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –  
NAEA – UFPA  
[www.naea.ufpa.br](http://www.naea.ufpa.br)

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-  
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP  
[www.nadd.prp.usp.br](http://www.nadd.prp.usp.br)

Núcleo de Documentação Cultural – UFC

Núcleo de Documentação e Informação  
Histórica – NDHIR/UFPB  
[www.reitoria.ufpb.br/ndhir](http://www.reitoria.ufpb.br/ndhir)

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP

[www.unicamp.br/pagu/consulta.htm](http://www.unicamp.br/pagu/consulta.htm)

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP

[www.nepp.unicamp.br](http://www.nepp.unicamp.br)

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP

[www.unicamp.br/nepo](http://www.unicamp.br/nepo)

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades  
[www.pucminas.br/cursos/mestrado](http://www.pucminas.br/cursos/mestrado)

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg](http://www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg)

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.pucsp.br/pos](http://www.pucsp.br/pos)

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.uel.br/cch/pos/mestsoc](http://www.uel.br/cch/pos/mestsoc)

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

[www.uenf.br/uenf.pages](http://www.uenf.br/uenf.pages)

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.2.uerj.br/-ppcis](http://www.2.uerj.br/-ppcis)

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

[www.ufal.br/propeg/posgraduacao](http://www.ufal.br/propeg/posgraduacao)

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.ppgs.ufba.br](http://www.ppgs.ufba.br)

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

[www.ufc.br/posgraduacao](http://www.ufc.br/posgraduacao)

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

[www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm](http://www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm)

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política

[www.uff.br/pgcp](http://www.uff.br/pgcp)

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito

[www.uff.br/ppgsd](http://www.uff.br/ppgsd)

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia

[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.mestradosociais.ufjf.br](http://www.mestradosociais.ufjf.br)

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[www.pgsc.ufma.br](http://www.pgsc.ufma.br)

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política

[www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm](http://www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm)

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia

[www.fafich.ufmg.br/soa](http://www.fafich.ufmg.br/soa)

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

[www.fafich.ufmg.br/antro-pos](http://www.fafich.ufmg.br/antro-pos)

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia

[www.ufpa.br/cfch](http://www.ufpa.br/cfch)

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

[www.prrpg.ufpb.br](http://www.prrpg.ufpb.br)

UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política  
[www.politica.ufpe.br](http://www.politica.ufpe.br)

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
[www.ufpe.br/antropologia](http://www.ufpe.br/antropologia)

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br](http://www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br)

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
[www.humanas.ufpr.br/pos/antropol](http://www.humanas.ufpr.br/pos/antropol)

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.humanas.ufpr.br/pos/socio](http://www.humanas.ufpr.br/pos/socio)

UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional  
[www.ufrgs.br/propur](http://www.ufrgs.br/propur)

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
[www.ufrgs.br/ifch/ppgas](http://www.ufrgs.br/ifch/ppgas)

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
[www.cienciapolitica.ufrgs.br](http://www.cienciapolitica.ufrgs.br)

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia](http://www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia)

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional  
[www.acd.ufrj.br/~museuhp/pesq.htm](http://www.acd.ufrj.br/~museuhp/pesq.htm)

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
[www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp)

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social  
[www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa)

UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais  
[www.cchla.ufrn.br](http://www.cchla.ufrn.br)

UGRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
[www.cchla.ufrn.br](http://www.cchla.ufrn.br)

UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
[www.alternex.com.br/~cpda](http://www.alternex.com.br/~cpda)

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais  
[www.posgrap.ufs.br](http://www.posgrap.ufs.br)

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
[www.chf.ufsc.br/~antropos](http://www.chf.ufsc.br/~antropos)

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política  
[www.reitoria.ufsc.br/prpg](http://www.reitoria.ufsc.br/prpg)

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
[www.ppgpol.ufscar.br](http://www.ppgpol.ufscar.br)

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
[www.ufscar.br/~ppgcso](http://www.ufscar.br/~ppgcso)

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br)

UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política  
[www.unb.br/ipol](http://www.unb.br/ipol)

UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais  
[www.unb.br/dpp.ppg.htm](http://www.unb.br/dpp.ppg.htm)

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
[www.unb.br/ics/dan/manual\\_pos](http://www.unb.br/ics/dan/manual_pos)

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.unb.br/ics/sol/posgraduacao](http://www.unb.br/ics/sol/posgraduacao)

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
[www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias\\_sociais](http://www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais)

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.fclar.unesp.br/possoc](http://www.fclar.unesp.br/possoc)

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
[www.unesp.br/santiagodantassp](http://www.unesp.br/santiagodantassp) ;  
[www.unicamp.br/santiagodantassp](http://www.unicamp.br/santiagodantassp) ;  
[www.pucsp.br/santiagodantassp](http://www.pucsp.br/santiagodantassp)

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais  
[www.ifch.unicamp.br/pos](http://www.ifch.unicamp.br/pos)

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social  
[www.ifch.unicamp.br/pos](http://www.ifch.unicamp.br/pos)

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política  
[www.ifch.unicamp.br/pos](http://www.ifch.unicamp.br/pos)

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.ifch.unicamp.br/pos](http://www.ifch.unicamp.br/pos)

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica  
[www.ige.unicamp.br/dcpt](http://www.ige.unicamp.br/dcpt)

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas  
[www.unisinis.br/ppg.ciencias\\_sociais](http://www.unisinis.br/ppg.ciencias_sociais)

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
[www.fflch.usp.br/da](http://www.fflch.usp.br/da)

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
[www.fflch.usp.br/dcp](http://www.fflch.usp.br/dcp)

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
[www.fflch.usp.br/ds](http://www.fflch.usp.br/ds)

## Fontes de Pesquisa

### Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives  
[dwardmac.pitzer.edu/anarchist\\_archives/](http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/)

Archiv der sozialen Demokratie  
[www.fes.de/archive/index\\_gr.html](http://www.fes.de/archive/index_gr.html)

Archives de France  
[www.archivesdefrance.culture.gouv.fr](http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr)

Arquivo Ana Lagôa  
[www.arqanalagoa.ufscar.br](http://www.arqanalagoa.ufscar.br)

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da  
unicamp  
[www.unicamp.br/suarq/siarq/](http://www.unicamp.br/suarq/siarq/)

Arquivo de História da Ciência do MAST  
[www.mast.br/histciencia2.htm](http://www.mast.br/histciencia2.htm)

Arquivo do Centro de Comunicação da  
unicamp  
[www.unicamp.br/cco/areas/acervo/  
index.htm](http://www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm)

Arquivo do Estado de São Paulo  
[www.arquivoestado.sp.gov.br/](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/)

Arquivo Edgar Leuenroth  
[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias  
[www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html](http://www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html)

Archivo General de la Guerra Civil  
Española  
[www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html](http://www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
[www.rio.rj.gov.br/arquivo/](http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/)

Arquivo Histórico da Universidade Federal  
de Juiz de Fora  
[www.clionet.ufjf.br/ahufjf/](http://www.clionet.ufjf.br/ahufjf/)

Arquivo Histórico do Museu Histórico  
Nacional  
[www.visualnet.com.br/mhn/](http://www.visualnet.com.br/mhn/)

Arquivo Histórico do Museu Imperial  
[www.museuimperial.gov.br/  
arquivohistorico.htm](http://www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm)

Arquivo Histórico Municipal de Salvador  
[www.pms.ba.gov.br/fgm](http://www.pms.ba.gov.br/fgm)

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo  
[www.prodam.sp.gov.br/dph](http://www.prodam.sp.gov.br/dph)

Arquivos do Komintern  
e-mail: [iisgmofl@glasnet.ru](mailto:iisgmofl@glasnet.ru)

Arquivos Históricos/Centro de Lógica,  
Epistemologia e História da Ciência da  
unicamp  
[www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/](http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/)

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/  
Unicamp  
[www.iar.unicamp.br/multimeios/  
arquivo.htm](http://www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm)

Arquivo Nacional  
[www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte  
[www.pbh.gov.br/cultura/arquivo](http://www.pbh.gov.br/cultura/arquivo)
- Arquivo Público do Distrito Federal  
[www.arpdf.df.gov.br/](http://www.arpdf.df.gov.br/)
- Arquivo Público do Estado da Bahia  
[www.apeb.ba.gov.br/](http://www.apeb.ba.gov.br/)
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)  
[www.ape.es.gov.br/web/index2.htm](http://www.ape.es.gov.br/web/index2.htm)
- Arquivo Público do Estado do Pará  
[www.arqpep.pa.gov.br/](http://www.arqpep.pa.gov.br/)
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
[www.aperj.rj.gov.br/](http://www.aperj.rj.gov.br/)
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul  
[www.sarh.rs.gov.br/apers/](http://www.sarh.rs.gov.br/apers/)
- Arquivo Público de Mato Grosso  
[www.apmt.mt.gov.br/](http://www.apmt.mt.gov.br/)
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Estado de Pernambuco)  
[www.fisepe.pe.gov.br/apeje/](http://www.fisepe.pe.gov.br/apeje/)
- Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte  
[www.ape.rn.gov.br/](http://www.ape.rn.gov.br/)
- Arquivo Público do Paraná  
[www.pr.gov.br/arquivopublico/](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/)
- Arquivo Público Mineiro (APM)  
[www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)
- Arquivo Público Municipal de Além Paraíba – MG (Arquivo Público Municipal Geraldo de Andrade Rodrigues)  
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)  
[www.cebrap.org.br](http://www.cebrap.org.br)
- Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio – Unicamp  
[www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html](http://www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html)
- Centro de Documentação e Informação em Arte da Funarte (Cedoc)  
[www.funarte.gov.br/cdoc/](http://www.funarte.gov.br/cdoc/)
- Centro de Documentação e Memória – Unesp  
[www.cedem.unesp.br/](http://www.cedem.unesp.br/)
- Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural (CDR)  
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd\\_pagina=120&cd\\_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)
- Centro de Documentação Maurício Tragtenberg  
[www.nobel.com.br/~cdmt/](http://www.nobel.com.br/~cdmt/)
- Centro de Documentação Memória Sindical – CUT  
[www.cut.org.br/index.htm](http://www.cut.org.br/index.htm)
- Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Ceea)  
[www.candidomendes.br/ceaa](http://www.candidomendes.br/ceaa)
- Centro de Estudos da Metrópole  
[www.centrodametropole.org.br](http://www.centrodametropole.org.br)
- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)  
[www.cedec.org.br](http://www.cedec.org.br)
- Centro de Memória da unicamp  
[www.unicamp.br/suarq/cmu/](http://www.unicamp.br/suarq/cmu/)
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)  
[www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/)

Consórcio de Informações Sociais – CIS/  
NADD

[www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx](http://www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx)

Fundação Arquivo e Memória de Santos

[www.web@santos.sp.gov.br](http://www.web@santos.sp.gov.br)

Fundação Casa de Rui Barbosa

[www.casaruibarbosa.gov.br/](http://www.casaruibarbosa.gov.br/)

Fundação Joaquim Nabuco

[www.fundaj.gov.br/](http://www.fundaj.gov.br/)

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de  
Arquivo de Documentação

[www.fiocruz.br/coc/dad1.html](http://www.fiocruz.br/coc/dad1.html)

Fundação Patrimônio Histórico da Energia  
de São Paulo

[www.fphesp.org.br/](http://www.fphesp.org.br/)

Marxists.org Internet Archive

[www.marxists.org/](http://www.marxists.org/)

National Archives and Records  
Administration (Nara)

[www.nara.gov/](http://www.nara.gov/)

National Archives of Australia

[www.naa.gov.au/](http://www.naa.gov.au/)

National Archives of Canada

[www.archives.ca/](http://www.archives.ca/)

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea)

[www.naea.ufpa.br](http://www.naea.ufpa.br)

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da  
Unicamp (Nepp)

[www.nepp.unicamp.br](http://www.nepp.unicamp.br)

### **Associações e Conselhos**

Arquivistas Associados (ARQAS)

[znap.to/arqas/](http://znap.to/arqas/)

Associação Brasileira de Educação em Ciência  
da Informação (abecin)

[www.abecin.org/Home.htm](http://www.abecin.org/Home.htm)

Associação Brasileira de Normas Técnicas  
(ABNT)

[www.abnt.org.br/](http://www.abnt.org.br/)

Associação Brasileira de Arquivologia  
(Abarq)

[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/  
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do  
Estado de Santa Catarina

e-mail: [associacaoamigos.sc@bol.com.br](mailto:associacaoamigos.sc@bol.com.br)

Associação de Arquivistas de São Paulo  
(ARQ-SP)

[www.arqsp.org.br/](http://www.arqsp.org.br/)

Associação dos Arquivistas do Estado do  
Rio Grande do Sul (AARS)

[www.arquivologia.ufsm.br/aars/](http://www.arquivologia.ufsm.br/aars/)

Associação dos Arquivistas Brasileiros  
(AAB)

[www.aab.org.br/](http://www.aab.org.br/)

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-  
Graduação em Ciência da Informação e  
Biblioteconomia (Ancib)

[www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html](http://www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html)

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)

[www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)

[www.arquivonacional.gov.br/conarq/  
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos  
Municipais

e-mail: [forumdam@uol.com.br](mailto:forumdam@uol.com.br)

International Council on Archives

[www.ica.org/](http://www.ica.org/)

### **Bibliotecas Virtuais**

ABU: la Bibliothèque Universelle  
[abu.cnam.fr/](http://abu.cnam.fr/)

Bibliomania  
[www.bibliomania.com/](http://www.bibliomania.com/)

Biblioteca Virtual Carlos Chagas  
[www.prossiga.br/chagas/](http://www.prossiga.br/chagas/)

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais  
[www.prossiga.br/csociais/pacc/](http://www.prossiga.br/csociais/pacc/)

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais  
[www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/](http://www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/)

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do Amaral Lapa  
[143.106.59.6/index.htm](http://143.106.59.6/index.htm)

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro  
[www.bibvirt.futuro.usp.br/](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/)

Bibliotecas Virtuais Temáticas  
[www.prossiga.br/bvtematicas/](http://www.prossiga.br/bvtematicas/)

UNESBIB – Bibliographic records of Unesco documents, publications and Library collections  
[unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html](http://unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html)

The Library of Congress  
[www.loc.gov](http://www.loc.gov)  
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP  
[www.usp.br/sibi](http://www.usp.br/sibi)

### **Faculdades e Institutos**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)  
[www.ibict.br/](http://www.ibict.br/)

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) (Especialização em Organização de Arquivos)  
[www.ieb.usp.br/](http://www.ieb.usp.br/)

Instituto Superior de Estudos da Religião  
[www.iser.org.br](http://www.iser.org.br)

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (iuperj)  
[www.iuperj.br](http://www.iuperj.br)

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Graduação em Ciência da Informação)  
[www.inf.pucminas.br/ci/](http://www.inf.pucminas.br/ci/)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Mestrado e Doutorado em Comunicação e Semiótica – área: Tecnologias da Informação)  
[www.pucsp.br/~cos-puc/](http://www.pucsp.br/~cos-puc/)

Universidade do Rio de Janeiro (Graduação em Arquivologia)  
[www.unirio.br/cch/index.htm](http://www.unirio.br/cch/index.htm)

Universidade Estadual de Londrina/Depto. de Ciências da Informação/Depto. de História (Graduação em Arquivologia; Especialização em Gerência de Unidades e Serviços de Informação)  
[www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm](http://www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm)

Universidade Federal de Santa Maria/ Arquivologia (Graduação em Arquivologia)  
[www.arquivologia.ufsm.br/](http://www.arquivologia.ufsm.br/)

Universidade Federal Fluminense/Depto. de Documentação (Graduação em Arquivologia, Especialização em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos)  
[www.uff.br/#](http://www.uff.br/#)

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Bacharelado em Arquivologia)  
[www.unb.br/deg/cursos.htm](http://www.unb.br/deg/cursos.htm)

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação – área: Planejamento de Processos Documentários)  
[www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s](http://www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s)

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)  
[www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s](http://www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s)

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)  
[www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/posgrad/index.htm](http://www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/posgrad/index.htm)

#### **Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão**

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)  
[www.usp.br/cpc/cpcinfo.html](http://www.usp.br/cpc/cpcinfo.html)

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)  
[www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/)

infocafé  
[www.infocafe.cjb.net/](http://www.infocafe.cjb.net/)

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia  
[br.egroups.com](http://br.egroups.com)  
e-mail: [owner@egroups.com](mailto:owner@egroups.com)

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)  
[www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm](http://www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm)  
e-mail: [hbr-mod@ah.ufjf.br](mailto:hbr-mod@ah.ufjf.br)

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)  
[www.clionet.ufjf.br/](http://www.clionet.ufjf.br/)

#### **Museus**

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)  
[www.eastman.org/](http://www.eastman.org/)

Memorial do Imigrante  
[www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/](http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/)

Museu da Pessoa  
[www2.uol.com.br/mpessoa/](http://www2.uol.com.br/mpessoa/)

Museum of Television & Radio, The  
[www.mtr.org/](http://www.mtr.org/)

#### **Publicações Eletrônicas**

Archival Science  
[www.wkap.nl/journals/archival\\_science](http://www.wkap.nl/journals/archival_science)

Arquivologia no Brasil  
[www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/)

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)  
[www.asis.org/Publications/Thesaurus/tntime.htm](http://www.asis.org/Publications/Thesaurus/tntime.htm)

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet  
e-mail: [andrew@unicamp.br](mailto:andrew@unicamp.br)

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)  
[www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm](http://www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm)

Bulletin des Archives de France-Publications  
[www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/](http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/)

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology  
[www.asis.org/Bulletin/](http://www.asis.org/Bulletin/)

Journal of the American Society for Information Science and Technology  
[www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html](http://www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html)

Informação e Sociedade – Estudos  
[www.informacaoesociedade.ufpb.br/](http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/)

Revista Brasileira de História  
[www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public\\_html/revista.htm](http://www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm)

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)  
[www.ibict.br/cionline/300101/index.htm](http://www.ibict.br/cionline/300101/index.htm)

Scientific Electronic Library Online (Scielo  
Brazil)  
[www.scielo.br/](http://www.scielo.br/)

## TRABALHOS PUBLICADOS: 1975-2008

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

### BIB 5

*Bolivar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

### BIB 8

*Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil".

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

### BIB 12

*Maria Teresa Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

### BIB 13

*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

### BIB 14

*Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"; *Bila Sorj*, "O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa".

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

**BIB 17**

*Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

**BIB 18**

*Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Marizá Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

**BIB 19**

*Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil".

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sônia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Givalda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Laís Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior*, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

**BIB 35**

*Sérgio Adorno*, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais* e *Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campepinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

**BIB 36**

*Maria Lígia de Oliveira Barbosa*, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

**BIB 37**

*Fernando Limongi*, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro* e *Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

**BIB 38**

*Theodore Lowi*, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais”); *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

**BIB 39**

*Marta T. S. Arretche*, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas”); *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira* e *Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

**BIB 40**

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna*, *Maria Alice Rezende de Carvalho* e *Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Laís Abramo* e *Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

**BIB 41**

*Gustavo Sorá*, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Morais*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

#### BIB 42

*Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismos e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

#### BIB 43

*Sérgio Costa*, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estaduais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

#### BIB 44

*Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni*, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

#### BIB 45

*Eli Diniz*, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

#### BIB 46

*Julia S. Guivant*, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruschinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

#### BIB 47

*Eduardo G. Noronha*, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

#### BIB 48

*Priscila Faulhaber*, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

**BIB 49**

*Licia Valladares e Roberto Kant de Lima*, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

**BIB 50**

*Marcus André Melo*, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

**BIB 51**

*Maria Hermínia Tavares de Almeida*, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

**BIB 52**

*Ângela Maria Carneiro de Araújo*, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

**BIB 53**

*Gláucio Ary Dillon Soares*, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

**BIB 54**

*Maria Helena de Castro Santos*, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

**BIB 55**

*Fernando Limongi*, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

#### BIB 56

*Walquiria Leão Rêgo*, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

#### BIB 57

*Maria Arminda do Nascimento Arruda*, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painele das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

#### BIB 58

*Argelina Cheibub Figueiredo*, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

#### BIB 59

*Luiz Felipe Miguel*, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

#### BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “*Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*”; *Fabiola Rohden*, “*A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise*”; *Piero de Camargo Leirner*, “*Perspectivas Antropológicas da Guerra*”; *Artur Zimerman*, “*Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil*”; *Paulo Sérgio Peres*, “*O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico*”

#### BIB 61

*Elisete Schwade*, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “A cigarra e a formiga: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

#### BIB 62

*Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha*, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

#### BIB 63

*Reginaldo Prandi*, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

#### BIB 64

*Sônia M.K. Guimarães*, “Sindicatos em Transformação. “Modelos” de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

#### BIB 65

*André Marengo*, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrcio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: interpretações do sincretismo e anti-sincretismo na/da cultura brasileira”.



## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos apresentados, inéditos, devem ser entregues em três cópias impressas e uma em disquete, de preferência no programa Word for Windows, em espaço 1,5 com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou seis mil palavras; as resenhas não devem ultrapassar sete laudas.

O texto deve ser acompanhado de um resumo e de cinco palavras-chave, bem como de dados sobre o autor (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e dois últimos livros publicados, se for o caso).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação enviarão seu trabalho por e-mail, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaripe, 1962) ou (Jaguaripe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.
- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo os critérios abaixo.
- O título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços.

### Crerios bibliográficos

**Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em *itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2 ed. São Paulo, Vértice.

**Artigo:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ “título do artigo entre aspas” /PONTO/ nome do periódico em *itálico* /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição entre parênteses /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

**Coletânea:** sobrenome do autor em caixa alta /VÍRGULA/ seguido do nome em caixa alta e baixa /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ “título do capítulo entre aspas” /VÍRGULA/ *in* (em *itálico*) / nome seguido do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em *itálico* /VÍRGULA/ local da publicação /

VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in Olavo Brasil de Lima Jr. e Sérgio Henrique Abranches (org.), *As origens da crise*, Rio de Janeiro, Vértice.

**Tese acadêmica:** sobrenome do autor em caixa alta/VÍRGULA/seguido do nome em caixa alta e baixa/PONTO/ da data entre parênteses/VÍRGULA/ título da tese em *itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/cidade da instituição/VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/sigla da instituição/PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ESPSP.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais a ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Endereço: Editoria RBCS  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 –  
1º andar – Cidade Universitária –  
CEP 05508-900 São Paulo – SP





Publicações

**ANPOCS**

Associação Nacional  
de Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

E-mail: [rbcsc@anpocs.org.br](mailto:rbcsc@anpocs.org.br).

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que oferece balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e contos de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

E-mail: [bib@anpocs.org.br](mailto:bib@anpocs.org.br).

**Assinatura anual da RBCS (3 edições)**

Nacional: R\$ 60  
Internacional: US\$ 70

**Assinatura anual do BIB (2 edições)**

Nacional: R\$ 40  
Internacional: US\$ 60

**Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)**

Nacional: R\$ 90  
Internacional: US\$ 100

*Envie cheque nominal à ANPOCS:*

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP  
Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_



**A Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB – passou a divulgar recentemente endereços de fontes de pesquisa visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.**

**Depende, portanto, da colaboração dos leitores para a manutenção de um catálogo mais completo e atualizado.**

**Envie suas contribuições para o endereço eletrônico [anpocs@anpocs.org.br](mailto:anpocs@anpocs.org.br) ou para a sede da instituição:**

**ANPOCS – Editoria da revista BIB  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar  
Universidade de São Paulo – FFLCH  
05508-900 São Paulo – SP**